



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 08

I Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 28 de Janeiro de 2009

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos)

Após a leitura da correspondência, passou-se de imediato a um **Voto de Protesto contra o ataque que Israel realizou à Faixa de Gaza**, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

No debate deste voto, após a apresentação feita pelo Sr. Deputado José Cascalho (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Zuraída Soares (*BE*).

Submetido à votação, o voto foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações políticas os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Na sequência destas declarações políticas, usaram da palavra os Srs. Deputados Hélder Silva (*PS*), António Marinho (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*).

Para intervenções de interesse político relevante usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Cláudio Almeida (*PSD*), António Pedro Costa (*PSD*), Catarina Furtado (*PS*), Isabel Rodrigues (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Cláudia Cardoso (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Rui Ramos (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Agenda da Reunião:

1 – Continuação da apreciação do **Projecto de Resolução – “Constituição de uma Comissão de Inquérito às obras da Fajã do Calhau**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Não havendo mais intervenções sobre este Projecto de Resolução, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*) e Hernâni Jorge (*PS*).

2 – **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão para o Projecto de Resolução - Encarrega a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de, no âmbito das suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa, proceder à avaliação dos impactos da obra do caminho de acesso à Fajã do Calhau, na freguesia de Água Retorta, Concelho da Povoação, em São Miguel**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade, após as intervenções dos Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Luís Silveira (*CDS/PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

3 - **Projecto de Resolução - Encarrega a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de, no âmbito das suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa, proceder à avaliação dos impactos da obra do caminho de acesso à Fajã do Calhau, na freguesia de Água Retorta, Concelho da Povoação, em São Miguel**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

No debate deste Projecto de Resolução usaram da palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado (*PS*), que fez a sua apresentação, e os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*), Hernâni Jorge (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Gomes (*PSD*), Alexandre Pascoal (*PS*), bem como Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

Submetido à votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.

4 – Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Primeira alteração aos Estatutos da Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E. (APIA), aprovados pelo Decreto Legislativo Regional nº 24/2006/A, de 28 de Julho”.

Após a apresentação do diploma, feito pelo Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Jorge Macedo (*PSD*), Francisco César (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

5 – Proposta de Resolução – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2009”, apresentada pela Mesa da ALRAA.

A apresentação da Proposta de Resolução coube ao Sr. Presidente da Assembleia, tendo proferido intervenções os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Hernâni Jorge (*PS*) e Clélio Meneses (*PSD*).

Posta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

6 – Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Que altera o Decreto Legislativo Regional nº 19/2007/A, de 23 de Julho”.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade, após a justificação da urgência por parte do Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco cordeiro*).

7 - Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Que altera o Decreto Legislativo Regional nº 19/2007/A, de 23 de Julho”.

No debate deste diploma usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*), que fez a sua apresentação, bem como os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), José do Rego (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Pedro Gomes (*PSD*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado, na generalidade, por unanimidade e por maioria na especialidade e votação final global.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), José do Rego (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 20 minutos)

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados:

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Vamos proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

Ana Luísa Pereira **Luís**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**

Helder Guerreiro Marques da **Silva**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Maria Silva **Gonçalves**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António Silveira **Jorge**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (Cláudio Lopes): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Projecto de Resolução que encarrega a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de, no âmbito das suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa, proceder à avaliação dos impactos da obra do caminho de acesso à Fajã do Calhau, na Freguesia de Água Retorta, Concelho da Povoação, em São Miguel.

Presidente: Não havendo mais correspondência, vamos passar ao período destinado à emissão de votos e temos um Voto de Protesto, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

Deputado José Cascalho (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Protesto

O BE/Açores apresenta um voto de protesto contra o ataque que Israel realizou à Faixa de Gaza e que deixou, segundo a directora-executiva da UNICEF, “mais de 300 crianças mortas e outras 1.500 feridas em Gaza”, cito. Acrescentou, como eu hoje acrescento aqui que “Nenhum pai ou mãe pode assistir a isto sem pensar nos seus próprios filhos. Isto é trágico e inaceitável”.

O BE/Açores apresenta este voto de protesto na convicção de que ele possa expor ao mundo a indignação desta “casa” e que este voto se junte a muitos outros votos de protesto. Estamos convictos que existem soluções para esta guerra que se perpetua no Médio Oriente, mas que essa solução apenas surgirá quando, em conjunto, todos tomarmos em mãos a responsabilidade de denunciar as violações dos tratados de paz, dos direitos humanos e da Convenção de Genebra, de dar a conhecer a história do conflito, de fazer ouvir todos os verdadeiros interlocutores pela paz e de denunciar e punir aqueles que são autores das atrocidades e responsáveis por crimes de guerra.

Pouco se tem feito pela defesa do povo Palestiniano que vive encurralado na Faixa de Gaza e que, pouco a pouco, tem sido expulso pelos Israelitas das suas terras da Cisjordânia ou Margem Ocidental. O Estado da Palestina é agora apenas 23% do que é considerada a terra Sagrada que se estende desde o Mediterrâneo ao rio Jordão, e as duas regiões que formam o Estado estão isoladas uma da outra. Com a política de apartheid dentro dos territórios ocupados da Palestina, os Israelitas constroem muros e paliçadas, deixando os Palestinos isolados em pedaços de terra, sem que possam escoar os seus produtos agrícolas, sem que possam deslocar-se dentro da sua própria terra, tornando a Palestina um estado inviável.

Não podemos deixar de repudiar com veemência este ataque de Israel que há muito estava planeado. Esta é uma guerra suja que é preciso denunciar e compete-nos a todos nós lutar contra ela, e pugnar por soluções justas, que tragam uma paz duradoura à região do Médio Oriente.

Infelizmente a Região Autónoma dos Açores tem sido usada, mesmo que indirectamente, para “alimentar” o conflito Israelo-Palestiniano. Louvamos que em 17 de Janeiro deste ano o Governo Português tenha dado instruções precisas para impedir a aterragem ou sobrevoos de aviões com material militar para Israel, mas esta foi uma proposta que pecou por tardia e que ao mesmo tempo foi assustadoramente reveladora do que é uma prática “normal”. Já na guerra entre Israel e o Líbano está documentada a denúncia de que um avião militar israelita usa a Base das Lajes. Falta no entanto clarificar que instrumentos de fiscalização têm que existir para que a referida decisão do Estado Português tenha credibilidade e alcance.

Como podem constatar não podemos ignorar, como políticos e como cidadãos, a responsabilidade que estes factos demonstram: Se nada fizermos, estaremos a tomar partido por um dos beligerantes, Israel.

O BE/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reclame em forma de voto de protesto:

- 1 - O repúdio pela ofensiva de Israel sobre a Faixa de Gaza com a consequente morte de crianças e civis palestinianos, vítimas indefesas de uma guerra sangrenta;
- 2 - O apoio incondicional às Resoluções das Nações Unidas no que respeita à ocupação dos territórios ocupados por Israel e futuras iniciativas do Conselho de Direitos Humanos que venham a reclamar uma investigação sobre os Crimes de Guerra alegadamente perpetrados por Israel;
- 3 - A exigência de uma investigação detalhada, a realizar sob a égide da Comunidade Europeia e das Nações Unidas, sobre o alegado uso de armamento não convencional apontados pelas organizações Human Rights Watch e Amnistia Internacional, tais como, o uso de fósforo branco (WP weapons), o uso de munições com pó de tungsténio (DIME weapons) bem como o uso de urânio empobrecido.
- 4 - A exigência de que o acordo da Base das Lajes inclua uma cláusula que impeça a autorização de sobrevoos ou aterragem de aeronaves que transportem material

contencioso para Israel ou para a Palestina, enquanto não for estabelecido um acordo de paz duradouro entre estes dois estados.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na qualidade do seu Presidente, fará o devido encaminhamento deste voto para a Assembleia da República.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores, Zúrida Soares, José Cascalho”.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresentou-nos um voto de protesto contra o ataque que Israel realizou à Faixa de Gaza.

Não vamos, naturalmente, questionar esta iniciativa que tem toda a legitimidade. Muito embora estejamos perante uma matéria de Estado, naturalmente todos nos podemos pronunciar sobre ela e em consciência todos reflectimos e acompanhamos, com preocupação, a situação que se vive na zona da Faixa de Gaza.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista repudia as ofensivas de Israel, como repudiamos todos os ataques antes desferidos pelo Hamas direccionados para Israel.

Esta é, para nós, uma questão importante e, perante uma situação com esta dimensão, perante as tensões que se vivem e que não são de hoje, tem uma história de décadas, pensamos que a melhor forma de defender a paz nesta como, de uma maneira geral, em todas as matérias que envolvem situações de guerra, não tem a ver com um posicionamento de um lado da barricada e tem antes a ver com o repúdio da guerra *per si*.

Portanto, julgamos que ao posicionar-se de um lado desta guerra, como aparentemente faz o Bloco de Esquerda com este seu voto não está efectivamente, ao contrário daquilo que pode aparentar a defender a paz, está antes, na nossa opinião, a alimentar a guerra.

Quero também realçar o facto de que são aqui referidos palestinianos. Nós lamentamos muito as perdas de vida de palestinianos, mas também lamentamos os milhares de vidas que foram perdidas por israelitas no decurso desta guerra e

anteriormente a esta guerra por ataques sucessivos que foram desferidos pelo Hamas, mas queremos realçar e destacar a diferença que existe entre palestinianos e uma organização que tem pelo nome Hamas.

Quero também dizer que repudiamos as afirmações que são feitas neste voto por parte do Bloco de Esquerda, designadamente quando pretende e afirma que a Região Autónoma dos Açores, veja-se bem, a Região Autónoma dos Açores alimenta o conflito israelo-palestiniano da seguinte forma: por suspeitas, ao que julgamos infundadas, de que as orientações da República, que são contra a passagem e permanência de aviões norte-americanos em direcção a Israel, não estejam a ser cumpridas.

Repare-se bem na afirmação imbricada que nos é aqui apresentada pelo Bloco de Esquerda. Isto é algo que só pode merecer da nossa parte, em nome da Região Autónoma dos Açores, o forte repúdio.

Quero também dizer, Srs. Deputados do Bloco de Esquerda que tantas vezes têm aqui trazido à liça a necessidade de dialogarmos sobre todas as matérias, que naturalmente não é habitual, não é prática, mas acontece, nós dialogarmos sobre votos que são apresentados da parte de algum dos grupos ou representações parlamentares. Não tem que ser assim, mas quem pede tanto diálogo, perante uma questão com esta natureza e com esta dimensão, deixe-me dizer-lhe, Sra. Deputada: se pretendia ver este voto aprovado, deveria também ter dialogado connosco e até poderia, com grandes alterações no preâmbulo, ter visto um voto favorável desta bancada não fosse, no conteúdo do protesto, o ponto 4, que nós não aceitamos, porque claramente se põe, como disse, de uma lado desta barricada.

É pena, porque o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda perde assim uma oportunidade de ver votado favoravelmente um voto de protesto relativamente a uma situação que, posta de outra forma, merecia também o nosso protesto.

Deputado Hernâni Jorge (PS) *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para dizer que o Partido Social Democrata subscreve sempre uma resolução pacífica dos conflitos, sejam eles entre Estados, entre Estados e Regiões ou qualquer outro tipo de conflito.

A solução pacífica dos conflitos é a primeira opção do Grupo Parlamentar do PSD e do Partido Social Democrata.

Em segundo lugar o PSD lamenta sempre e em qualquer circunstância que em todos os conflitos, inocentes, cidadãos que são atingidos pelos efeitos da guerra, sejam mortos, sejam feridos e merece também, da parte do Grupo Parlamentar do PSD, uma expressão sincera de repúdio pela circunstância de haver vítimas inocentes, que não são apenas, na linguagem militar, danos colaterais.

Em terceiro lugar achamos que as questões relativas à matéria que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda aqui traz são questões de Estado, são questões de relações internacionais, de diplomacia entre os Estados e na relação do Estado português com o conjunto das nações e não podem ser susceptíveis de estados de alma ou de tentativas de imposição duma visão ideológica sob a forma de um voto de protesto, que é aquilo que hoje assistimos com este voto que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta...

Deputado António Marinho (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... e, sobretudo, quando, alimentando este voto, o Bloco de Esquerda faz na rua, nos cafés uma campanha que tem por título “Israel fora de Gaza”, em folhetos de cor vermelha intensa, procurando transformar, aquilo que aparentemente é apenas um voto de protesto, numa campanha que alimenta uma agenda mediática do Bloco de Esquerda e em relação a isso o Grupo Parlamentar do PSD não pode estar numa posição concordante.

Não podemos também concordar com a linguagem deste voto, com os seus considerandos, com a sua parte deliberativa, porque ela tem e contém uma visão unilateral da problemática e ignora todas as circunstâncias que redundam no conflito que hoje decorre e num cessar fogo que ainda esta madrugada voltou a ser violado com a morte dum soldado israelita e posteriormente com a reacção da aviação israelita na Faixa de Gaza.

É um conflito complexo que remonta à década de 40, ao início, se quisermos situar desta maneira, da criação do Estado de Israel em 1948 por uma Resolução da Organização das Nações Unidas e que tem um longo percurso que também culmina hoje com esta violação que ocorreu esta madrugada do cessar fogo.

Não podemos concordar com a linguagem, com o conteúdo e com as conclusões, porque elas reflectem uma visão não verdadeira e distorcida do problema que está em causa e, sobretudo, como acentuou e muito bem o Sr. Deputado Hélder Silva, a perspectiva que é dada à posição da Região Autónoma dos Açores nesta matéria é completamente deslocada da realidade.

Por estas razões o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votará contra este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria exactamente pelo fim, e pelo que disseram os Deputados Helder Silva e Pedro Gomes, por repudiar firmemente a tentativa do Bloco de Esquerda de associar a cumplicidade da Região Autónoma dos Açores neste conflito. É uma infeliz tentativa que nós todos açorianos devemos repudiar veementemente.

Devo dizer que o Bloco de Esquerda tenta aqui, de uma forma ardilosa, misturar aquilo que é uma questão histórica entre o território de Israel e da Palestina com a questão da guerra.

Ora, o CDS/PP repudia a guerra seja qual seja a guerra e nessa matéria repudiamos também a superioridade moral do Bloco de Esquerda. O BE vem aqui promover a guerra, vem incentivar a guerra ao tomar partido por uma das partes e como dizem os ingleses *It takes two for tango* (é preciso dois para dançar o tango), e onde é que está o outro beligerante? Não se fala nele? Quem é o Hamas? É uma organização terrorista.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda refere aqui o *Human Rights Watch*. O Hamas está inscrito nesta organização? O Hamas faz parte de alguma organização de direitos humanos? O Hamas faz parte das Nações Unidas?

Os senhores vêm aqui defender uma organização terrorista. Isto tem que ser dito claramente.

Este voto é claramente sectário, é claramente guerrilheiro e vem condenar um Estado de direito que também pode usar do direito de se defender quando é atacado.

Quem lançou os primeiros roketes? Estou a falar deste conflito específico, não estou a falar do problema histórico que existe. Quem começou a guerra? Quem provocou?

Nós nestas coisas temos que ser firmes, ou estamos do lado do Estado de direito ou estamos do lado de organizações terroristas e, neste caso, o Bloco de Esquerda está nitidamente do lado duma organização terrorista que é o Hamas e da qual o Governo da Palestina até se demarca e tenta fugir, mas não pode, porque a democracia terrorista oprime, sim, na própria Palestina o povo palestiniano, mas isso não se condena, isso branqueia-se, que é isso que o Bloco de Esquerda faz, branqueia essa situação despidoradamente e, portanto, não podemos nunca concordar com este voto nos seus termos, pela sua intenção e, sobretudo, também porque tenta envolver a Região Autónoma dos Açores.

Como já aqui foi dito, são questões de Estado que nós devemos ... *“o sapateiro não deve ir além do chinelo”* e, portanto, nessa matéria acho que também foram um bocadinho além do chinelo, numa tentativa demagógica de trazerem um assunto que duvidamos que esta Assembleia, sobre alguns pontos que aqui estão, para não dizer a maioria deles, se possa pronunciar.

É claro que todos nós aqui dentro, e julgo que não há nenhuma excepção, repudiamos a guerra e sobre isto não fique nenhuma dúvida, e sobre isto alguns países têm dado um contributo para que ela acabe, promovendo a voz dos pares, nomeadamente os Estados Unidos da América.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Três coisas muito rapidamente.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda parte do princípio que a defesa da paz não se faz sentado e não se faz o descompromisso moralmente tranquilizante.

“Coitados, que bom que era se houvesse paz no mundo!” Não, do nosso ponto de vista só podemos contribuir para a paz, seja em Israel, na Palestina ou noutra local qualquer, compreendendo as razões dela e atacando exactamente essas razões quando elas são desrazões.

Portanto, por muito que nos custe, porque isso é, de facto, difícil, isso compromete e muitas vezes isso cria-nos problemas de consciência, é preciso tomar partido e o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não tem a mínima dúvida em tomar partido por dois lados:

Primeiro, há um povo que ocupa e outro que é ocupado e sobre isto nós tomamos partido.

Segundo, há um povo que mata em quantidades, e isto é absolutamente obsceno chegarmos ao ponto de termos que contar as baixas humanas, neste último conflito. Eu convido-os a contarem quantos israelitas morreram com os roketes e quantas crianças e mulheres morreram na Palestina com armas internacionalmente proibidas.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não apoiado!

(Vozes inaudíveis das diversas bancadas)

A Oradora: O que é que isto quer dizer? Quer dizer que há um lado desta guerra que tem um apoio do ponto de vista internacional que não deveria ter.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Há três lados nessa guerra e os senhores escolheram o pior lado!

A Oradora: Em terceiro lugar, a nossa afirmação e o nosso voto de protesto não é de forma nenhuma imbricado, Sr. Deputado, a leitura é que é, voluntariamente, imbricada, porque aquilo que aqui está escrito é muito claro.

Quando o governo português proíbe e decide não autorizar nem a aterragem nem a passagem de voos pelo nosso território que previsivelmente transportem armamento, e nós dizemos, seja para Israel, seja para a Palestina, e mais uma vez estamos a tomar um partido, estes voos não devem ser permitidos.

Ora, por onde é que passam os voos? Onde é que está uma base por onde passam esses voos? O mundo hoje reconhecidamente sabe-o e se não houver nenhum tipo de

fiscalização e se não houver medidas que o possam impedir, na prática, objectivamente, continuam a passar.

Infelizmente não é o Bloco de Esquerda que liga a Região Autónoma dos Açores à guerra e à ocupação dos povos, é a existência de uma base nesta Região que se chama Base das Lajes.

Sr. Deputado Pedro Gomes, não foi o folheto que o Bloco de Esquerda trouxe a esta Assembleia, foi um voto de protesto, como eventualmente a vossa bancada não trará também para esta Casa os folhetos e a propaganda política que, com toda a legitimidade, faz fora dela.

Portanto, eu acho essa associação de uma demagogia e de mau gosto, para não lhe dizer de má fé.

Finalmente, *o sapateiro e o chinelo*: eu quando com honra entrei nesta Casa, parti do princípio que as questões de Estado dizem respeito à Assembleia Legislativa dos Açores. Não sabia que havia temas que estavam fora do nosso *chinelo* nem sabia que havia *sapateiros* privilegiados. Isso nós repudiamos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está sempre a aprender.

A Oradora: Eu não quero aprender isso, Sr. Deputado. Eu penso é que o senhor está enganado.

Se esta Assembleia não tem legitimidade para se pronunciar sobre uma situação mundial, segundo a qual e sobre a qual todo o mundo se tem pronunciado, então as competências legislativas que nós acabámos de ganhar com a aprovação do novo Estatuto Político-Administrativo, mesmo assim ainda estão incompletas.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições vamos proceder à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de protesto, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor der se sentar.

Secretário: O Voto de Protesto foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos passar para o ponto seguinte.

Temos uma declaração política do Partido Social Democrata. Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É a ordem natural das coisas. Tudo, ou quase tudo, evolui por ciclos. Na natureza, nas nossas vidas, na economia ou nas organizações.

É isso que nos evidencia a história. No caso dos Açores, são bem evidentes os benefícios que resultaram do ciclo que se iniciou em 1976, afinal a razão de ser da existência deste órgão máximo da Autonomia a que todos, certamente, se orgulham de pertencer.

É por isso que consideramos que a política não é a excepção na evolução cíclica das coisas, dos seres vivos, das pessoas e das suas actividades. Aliás, só dessa forma entendemos que é possível dar o melhor contributo para o desenvolvimento desta Região, sendo certo que entendemos que o nosso trabalho apenas se pode dirigir à melhoria dos níveis de bem-estar das pessoas. Para nós, os Açorianos são a origem e o destino da actividade que desenvolvemos e, por esse motivo, só podemos considerar como saudáveis e normais quaisquer mudanças que inevitavelmente vão ocorrendo.

Os ciclos, efectivamente, só podem ser a norma na actividade política. É essa a essência da democracia. As alternativas constroem-se ao longo do tempo e vão-se sucedendo, dando novos coloridos à responsabilidade pela condução da actividade governativa. É das mudanças que vão surgindo respostas refrescadas, mais inovadoras. É com a alternância que se constrói uma sociedade democrática que pode responder de forma mais plena aos anseios das pessoas.

Em democracia, os partidos são núcleos de convergência ideológica. Mas, especialmente neste século XXI, quando as ideologias fizeram cedências a um certo pragmatismo, são também os centros onde se agregam todos aqueles que mais se revêem num determinado modelo de sociedade, sendo defendido aqui ou ali um maior ou menor papel que se quer ver reservado a públicos ou a privados, uns defendendo práticas mais intervencionistas ou outros que deixam às pessoas e suas organizações o papel de actor principal. É por isso que, também nos partidos, os ciclos se sucedem.

Foi justamente isso que aconteceu no XVIII Congresso do PSD-Açores, que se realizou nos passados dias 16, 17 e 18 de Janeiro, culminando um processo iniciado a 16 de Dezembro de 2008, nas eleições directas que legitimaram a Dra. Berta Cabral, de forma clara, como líder do partido.

Deputado Rui Ramos e Carla Bretão (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: O PSD iniciou um novo ciclo. Há um novo rumo traçado para o maior partido da oposição nos Açores. Há um novo caminho a seguir pelo partido que se constitui como efectiva alternativa de poder na Região.

A renovação dos quadros dirigentes é notória. O PSD sai do seu Congresso com caras novas que refrescam o partido e o preparam para os novos desafios que se abrem já a partir do presente ano. Por outro lado, e porque é um partido que se orgulha da sua própria história, naturalmente que a nova liderança conta também com a colaboração e a experiência de protagonistas que se empenharam na fase mais difícil, mas também mais entusiasmante, do processo de construção da Autonomia Açoriana.

A mudança na estrutura partidária constitui um forte trunfo na construção de uma alternativa clara de poder na Região. Nos tempos mais próximos, é um passo fundamental para o reforço da posição autárquica dominante que o PSD já detém no conjunto dos concelhos e freguesias dos Açores.

Pronto para contagiar os Açorianos com o clima de confiança que está já instalado no interior do partido, o PSD está preparado para os confrontos eleitorais que tem pela frente. Quer naqueles que ocorrerão já no presente ano de 2009, quer nos anos que se seguem, período em que se vai processar a transição para a assumpção plena das responsabilidades de governo na Região, a verificar-se em 2012.

O PSD está preparado para fazer renovar nos Açorianos os sinais de esperança no futuro dos Açores. Sinais que tanto têm andado arredados do seu dia-a-dia. O PSD está pronto para apresentar uma alternativa de verdade, assente na estabilidade.

Berta Cabral é uma líder clara. Tem provas dadas e de todos conhecidas.

A sua credibilidade técnica e a sua forte capacidade de decisão são reconhecidas e admiradas. Politicamente já provou do que era capaz, quer como governante, quer como autarca.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Não o reconhecer, é passar um atestado pouco digno às decisões que os eleitores sucessivamente têm tomado, aliás sempre reforçadas de forma evidente e retumbante. Quaisquer tentativas de minimizar as vitórias que tem alcançado em termos eleitorais, além de inábeis, são ridículas.

Aos olhos dos açorianos, o PSD, sob a liderança de Berta Cabral, é a garantia de uma verdadeira alternância, a afirmação de uma aposta que tem na democracia um ponto de honra inalienável, a certeza de uma alternativa assente na credibilidade e na estabilidade.

Deputado José San-Bento (PS): Ainda não perceberam onde se meteram.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Deputado José San-Bento, o senhor está despertado.

O Orador: É a mudança que os açorianos querem conhecer, confiantes nas capacidades amplamente demonstradas pela Presidente do PSD à frente dos destinos da maior Câmara Municipal da Região. É a certeza de um rumo bem definido, que assegurará aos Açorianos um futuro capaz de responder de forma adequada aos novos desafios que a sociedade actual permanentemente nos lança.

Os Açorianos confiam nas capacidades de liderança e na vontade de vencer de Berta Cabral. A vontade de vencer os desafios do futuro que os Açorianos, de todas as ilhas dos Açores, tanto prezam. Quer para si próprios, quer para aqueles que escolhem para conduzir os destinos da condução da actividade política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, com Berta Cabral, tem para oferecer um projecto de futuro e com futuro. Um projecto onde não há filhos e enteados, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: ... também no que concerne ao desenvolvimento harmónico do Arquipélago. Uma proposta de desenvolvimento da Região em que as comunidades mais pequenas têm tanto a dar e a receber como as maiores e mais desenvolvidas.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O PSD, com Berta Cabral, representa um novo projecto de desenvolvimento da sociedade açoriana, onde a igualdade de oportunidades é um

lema, onde a justiça social é um objectivo a atingir, onde a aposta na juventude é uma certeza e o apoio aos mais frágeis é uma garantia.

O PSD, com Berta Cabral, é sinónimo de um projecto político amplamente conhecido. Um projecto político novo que vai ao encontro das necessidades dos Açorianos.

O PSD, com Berta Cabral, projecta um futuro de mais desenvolvimento, de mais progresso, de maior justiça social.

Berta Cabral é uma aposta segura, é uma aposta estável, é uma aposta em que os Açorianos confiam. É uma aposta num futuro em que existem verdadeiras oportunidades de desenvolvimento, numa mudança que vai levar os Açores aos caminhos do progresso.

Os Açorianos sabem o que podem esperar da liderança de Berta Cabral.. Confiam nas suas capacidades de liderança, de trabalho e de vontade de vencer.

Os açorianos revêem-se no dinamismo de Berta Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Nem todos!

O Orador: Os jovens sentem a sua energia. Os mais frágeis pressentem a sua sensibilidade solidária.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Só alguns!

O Orador: O PSD está preparado. Os Açorianos sabem disso. Como se verá já em 2009. Como se verificará, com toda a certeza, em 2012.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Está inscrito o Sr. Deputado Helder Silva, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, pela voz do Sr. Deputado António Marinho, líder da sua bancada, trouxe-nos aqui um verdadeiro auto de fé, aliás não será o primeiro que o PSD nos apresenta.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não sabe o que é um auto de fé! Um auto de fé é uma coisa. Um acto de fé é outra coisa.

O Orador: Continua o PSD a falar dos ciclos. Os ciclos passaram a fazer parte da linguagem do discurso do PSD há 12 anos atrás. Sempre acreditando em ciclos, sempre acreditando que o ciclo do PS é um ciclo curto, sempre tendo que resolver as suas situações e os seus problemas internos, passados 4 anos, com lideranças atrás de lideranças, não são capazes de se afirmar à frente do PSD. Lamentamos todos, porque todos gostaríamos de ter o maior partido da oposição com uma maior capacidade de trabalhar pelos açorianos do que aquilo que tem demonstrado ao longo destes últimos 12 anos.

O PSD pretende ser alternativa de poder na Região. Pois, alternativa de poder teoricamente são há largos anos.

Em relação à Dra. Berta Cabral o PSD apresenta e utiliza umas expressões que me fazem lembrar o PSD nacional aqui há uns meses atrás: capacidade técnica da Dra. Berta Cabral; é uma senhora com uma enorme capacidade técnica, com uma enorme credibilidade também...

Deputado Berto Messias (PS): A Dra. Manuela Ferreira Leite também é!

O Orador: ... e isto faz-me, assim, soar umas campainhas, porque foi há tão pouco tempo e eu olho para aquilo que é a liderança actual do PSD a nível nacional, olhamos todos, e percebemos quão próximos estão os discursos e, provavelmente, quão próximas estarão dentro de pouco tempo também as próprias lideranças.

O PSD fala-nos nas vitórias da Dra. Berta Cabral. Em relação às vitórias da Dra. Berta Cabral, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas lembrar que a Dra. Berta Cabral nas últimas eleições, e a memória não pode ser tão curta assim, porque as últimas eleições foram apenas há três meses, teve uma derrota histórica. A Dra. Berta Cabral, enquanto cabeça de lista por S. Miguel, teve a maior derrota que o PSD alguma vez teve em S. Miguel.

Deputada Catarina Furtado (PS): *Muito bem!*

O Orador: Portanto, os senhores têm que ter vergonha para virem aqui dizer que a Dra. Berta Cabral tem tido vitórias por cima de vitórias. Isso não é verdade.

Quando se dá a cara como cabeça de lista por uma lista numa ilha, tem-se que, naturalmente, pesar aquilo que são as consequências de uma não vitória, neste caso de uma enorme derrota que foi o que o PSD e a Dra. Berta Cabral tiveram em S. Miguel. Relativamente às vossas intenções e aos vossos discursos, eu apenas quero registar uma evolução, porque efectivamente há uma evolução no discurso do PSD. O PSD durante largos meses só nos falava nas pessoas e nos últimos dois meses acrescentou às pessoas também as empresas, mas têm que continuar a trabalhar, porque a boa política, em nome da nossa Região, exige trabalhar para as pessoas, exige trabalhar para as empresas, exige trabalho ao nível do território e existem muito mais exigências do que aquelas que os senhores muito devagarinho parecem acrescentar ao vosso discurso.

Por outro lado, quero lembrar que, ao contrário daquilo que pretendeu o PSD afirmar no decurso do Congresso, aquilo a que os açorianos assistiram durante o próprio Congresso foi divisões internas no PSD.

(Risos do Deputado Clélio Meneses))

O Sr. Deputado não se ria, porque o senhor fez parte das divisões a que todos nós assistimos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O PSD vive de liberdade, coisa que o seu partido não tem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo, em primeiro lugar, por salientar o clima de nervos que se instala nessas duas bancadas quando se fala em Berta Cabral. Os senhores ficam nervosos e depois têm um discurso preparado para um determinado registo.

Os senhores pensavam que na declaração política que o PSD acabou de fazer há pouco, e quando estávamos a falar dos ciclos, que íamos dar pancadaria no PS. Não foi isso, nós estamos pela positiva e daí o despropósito completo das palavras do Sr.

Deputado Helder Silva, líder parlamentar do Partido Socialista, o despropósito do seu discurso, porque o senhor vinha formatado para o discurso que ali fosse feito e que iria ser frontal em relação ao PS. Não foi isso, nem falámos em Partido Socialista, nem era isso que nos interessava na mensagem que ali transmitimos, interessava-nos, sim, salientar a vida com que saímos de um congresso onde houve muita discussão.

Nós temos um clima democrático nos nossos congressos, não temos alguém que nos condicione naquilo que dizemos e por isso num partido grande é óbvio que há quem pense de uma determinada forma e quem pense de outra forma. Nós consideramos saudável essa diversidade de opiniões que só nos enriquece, só enriquece o partido.

O senhor, pelos vistos, considera que o unanimismo, a que estamos remetidos há vários anos, é o melhor. Assim se verá.

Sr. Deputado Hélder Silva, o senhor nem ouviu o discurso do PSD ao longo da campanha eleitoral, nem ouviu, uma vez que diz que só falámos de pessoas, quando bastava ler-lhe o programa eleitoral que é dedicado essencialmente às empresas, nem acabou de ouvir o discurso que eu fiz ali. A resposta já estava formatada e não havia necessidade de o ouvir. Por que é que não ouviu o discurso?

A peça central da parte introdutória do meu discurso foi o de trabalharmos para as pessoas. Não ouviu o que eu disse. O senhor vinha formatado, trazia a ficha 4 e foi essa que aplicou. Enganou-se, não era para aquele discurso.

Deputado Helder Silva (PS): Sr. Deputado, está aqui registado nas minhas notas aquilo que o senhor leu ali!

O Orador: A falta de argumentos é por isso notória.

Quando o senhor salienta a sua honestidade política, levou-o a dizer que a Dra. Berta Cabral tinha tido a maior derrota na ilha de S. Miguel nas últimas eleições.

Alguns membros da sua bancada lembrar-se-ão certamente da pesada derrota eleitoral que sofreram nas últimas autárquicas. Não há nenhum município nos Açores em que a câmara municipal seja detida com uma percentagem de 70% dos votos e em que o PS se limita a 25%.

Portanto, o senhor que falar nos bons e tem que falar nos maus resultados. Politicamente foi desonesto aquilo que o senhor aqui disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão do PPM)

O nervoso continua e é por isso que nós estamos muito contentes e a única nota que demos no discurso e que queremos deixar, de uma forma clara, é que nós estamos muito confiantes e estamos muito contentes com o congresso que fizemos. É isso que enerva o Partido Socialista, e notou-se agora mesmo no tipo de discurso do Sr. Deputado Helder Silva.

O Partido Socialista, como sabe dessa confiança de que o PSD actualmente está imbuído, acabou aqui de mostrar que começou um outro tipo de discurso neste momento, e foi consigo, se calhar, Sr. Deputado Helder Silva. O Partido Socialista virou-se definitivamente para um discurso que é o discurso da oposição. É isso que lhe vai estar reservado dentro de muito pouco tempo, porque a confiança de que está imbuído o PSD neste momento, certamente, com uma liderança fortíssima, é aquilo que vai conduzir já em 2009 a vitórias claras. Em 2012 o senhor estará no lado oposto ao meu provavelmente para reconhecer a vitória de Berta Cabral em 2012.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vivemos hoje tempos difíceis nos Açores. O inimigo que acoisa implacavelmente as nossas famílias, minando as nossas expectativas em relação ao futuro e criando não poucas dificuldades no nosso quotidiano, é o mesmo que diariamente cobra milhões de vítimas em todo o mundo.

Esse inimigo, que não conhece fronteiras, cavalga as profecias da desgraça de um sistema que assentava o seu equilíbrio numa messiânica mão invisível com 233 anos de idade.

Devo dizer que sempre desconfiei das coisas invisíveis. Não tenho a certeza que Adam Smith tenha morrido. Se calhar, a notícia da sua existência é que foi muito exagerada.

Seja como for, o que nos interessa saber neste Parlamento é perceber o que aconteceu ao conceito da aldeia invulnerável do Astérix que a propaganda socialista desenhou a respeito dos Açores.

Há uns meses, sempre que se falava na crise mundial aparecia sempre um governante socialista que nos descrevia, em género de epopeia, que, num recôndito lugar da antiga Atlântida, resistia e persistia um oásis imune ao império da crise.

Disse, anteriormente, que sempre desconfiei de coisas invisíveis. Neste ponto da questão, cabe-me dizer que nunca acreditei em coisas absurdas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui chegados, cabe-nos falar da crise. O Governo Regional é um recém-chegado a este conceito, depois de uma longa travessia do deserto entre um oásis inexistente e a dura realidade das coisas.

Chegado nestas circunstâncias, o seu comportamento é agora sôfrego, obcecado e doentio. Impedidos durante um ano e tal de falar em crise, os responsáveis socialistas banqueteiaram-se agora com a maravilhosa liberdade de, finalmente, poderem pronunciar a palavra durante tanto tempo proibida.

A crise transformou-se na desculpa para tudo. O novo hospital de Angra está atrasado? A culpa é da crise. É necessário decapitar os gabinetes parlamentares da oposição? Consequência da crise. O Sr. Deputado São Bento quer viajar sozinho para a Califórnia? Restrições de voo impostas pela crise. O delfim do PS quer ficar com a APIA? A tutela teve de mudar devido à crise. É preciso chumbar a comissão de inquérito à Fajã do Calhau? As comissões são caras, os infestantes aí existentes não a justificam e estamos em crise.

Não vou continuar este exercício, pois penso que ficou provado que no universo socialista tudo está em crise, inclusivamente eles próprios. Crise de projecto, crise de ideias, crise de soluções e crise de liderança.

Além disso, a palavra crise transformou-se num monopólio e numa marca socialista. Agora sinto, sempre que a utilizo, que a palavra já não me pertence, tal o grau de apropriação e identificação que o PS logrou com esta palavra.

Assim sendo, abandono, para todo o sempre, a disputa em redor da palavra. Sei reconhecer quando perco.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Concentremo-nos então nas soluções e propostas alternativas. A minha percepção é que às actuais dificuldades e limitações económicas devemos responder com uma ambição à escala do nosso potencial e das capacidades do Povo Açoriano.

Quero aqui deixar três contributos que trarei a este Parlamento na próxima sessão plenária.

Ao conceito socialista dos Açores enquanto aldeia gaulesa isolada e invulnerável, quero contrapor a proposta que partilho, há muito tempo, com o deputado Aníbal Pires. Falo da criação da Euro-região da Macaronésia, entidade que deverá integrar os arquipélagos dos Açores, da Madeira, das Canárias e de Cabo Verde.

Esta entidade europeia possuiria uma formidável projecção estratégica, monopolizando todo o triângulo marítimo que liga a Europa aos continentes americano e africano.

Tudo isto valorizaria, ainda mais, o que os Açores representam, por si só, nesta área estratégica com os seus 984 mil km² de extensão marítima (ou seja 57% da Zona Económica Exclusiva de Portugal e um pouco menos que 1/3 dos três milhões de Km² da Zona Económica Exclusiva da União Europeia).

Uma Euro-região com estas características, além de somar uns respeitáveis 3 milhões de habitantes, 2 de língua castelhana e 1 de língua portuguesa, possuiria, para além deste extraordinário potencial estratégico, a capacidade de gerar extraordinárias sinergias e complementaridades em áreas como os transportes, o ambiente, o turismo, a cultura, o património, o desporto, o empreendimento empresarial e a inovação, o comércio, a formação, a saúde, a agricultura e pescas, as novas tecnologias e a sociedade da informação.

A Euro-região da Macaronésia, dotada deste vasto conjunto de recursos, teria, obviamente, uma grande capacidade de atracção do investimento e de obter vastos recursos financeiros numa União Europeia que a valorizaria imenso.

A este respeito, convém não ignorar a crescente importância que o continente africano está novamente a assumir enquanto fonte de matérias-primas, potencial energético e mercados. A concorrência global neste continente envolve os Estados Unidos, a Europa e a recém-chegada China.

Se juntarmos a estes factos, a importância fulcral, para a Europa, de controlar os fluxos emigratórios provenientes do continente africano e a intenção americana de projectar um maior potencial militar nesta zona, podemos concluir que a integração de Cabo Verde nesta Euro-região complementaria e potenciaria imenso a importância dos Açores enquanto centro do triângulo estratégico do Atlântico Norte.

Por último, no que se refere a este assunto, quero referir que o tempo para tomarmos a liderança de um projecto com estas características começa a escassear. Está neste momento em formação a Euro-região das Ilhas Mediterrânicas. A própria Coalición Canaria, partido que governa aquela comunidade autónoma das Canárias, inclui a formação de uma Euro-região Atlântica no seu programa eleitoral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O segundo contributo que quero trazer à coacção é a questão do reforço dos mecanismos de identidade do nosso Povo. As sociedades que respondem melhor às crises são aquelas que possuem maior coesão e identificação colectiva.

O Estatuto foi, neste aspecto, um marco muito importante da nossa história recente. Mas podemos fazer rapidamente algo que terá um enorme impacto no reforço dos mecanismos de identidade. Falo da criação de selecções desportivas açorianas inscritas nas respectivas federações internacionais e no ensino da história e geografia e cultura dos Açores.

(Risos do Deputado Ricardo Cabral)

Não se ria Sr. Deputado. São coisas sérias. São coisas importantes para os Açores.

O impacto do fenómeno desportivo nas sociedades actuais é incomensurável. Imaginam o impacto colectivo que teria a participação de selecções açorianas nas mais importantes competições internacionais, a nível de selecções, das diversas modalidades? Tudo isto é algo que está ao nosso alcance.

O mesmo se pode dizer do ensino da história e cultura dos Açores nas nossas escolas. Num momento em que nos negam o reconhecimento da nossa identidade como Povo, será lícito continuar a privar os nossos jovens de uma estruturada e completa leccionação da nossa história. E que não se fale do currículo regional, esse desmancho que negou a aprendizagem da nossa história a uma geração de jovens açorianos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalmente quero falar de políticas de coesão porque sem o seu sucesso o nosso futuro ficará irremediavelmente diminuído. Dizem – eu não consigo ver isso, confesso - que do caldeirão da Ilha do Corvo se podem observar as 9 ilhas dos Açores.

Daquela ilha também se podem ver o insucesso das políticas de coesão. A começar por esta casa. Será admissível que este Parlamento, garante do cumprimento do nosso Estatuto, continue a discriminar a ilha do Corvo, e os deputados que ela elege, negando-lhe a delegação parlamentar a que tem direito?

Será admissível que se criem Parques Naturais e Reservas da Biosfera - muito estimáveis, é certo - mas às quais não são atribuídos meios ou até nem sequer nomeados órgãos de gestão?

Será admissível que seja construído um Centro de Visitaçao Ambiental, mas o mesmo continue sem funcionar quase três anos, repito: quase três anos após a conclusão da obra?

Será possível admitir que a política e o investimento desportivo da ilha seja uma total inutilidade?

Poderia dar dezenas de exemplos deste tipo, assim como de importantes contributos do Governo noutras áreas. A sensação que fica é que até não seria difícil resolver estes problemas.

Coloquem o que criaram a funcionar e envolvam, sem discriminações, as populações locais nas soluções. Desburocratizem, facilitem, apoiem e acompanhem os processos locais.

Não vejo que as coisas sejam muito diferentes nas outras ilhas da coesão. A coesão é um imperativo do futuro dos Açores.

No futuro seremos prósperos, mas teremos de o ser todos juntos.

Aplicando a melhor tradição militar, eu diria que é proibido deixar alguém para trás.

Disse!

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(* **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar conhecimento que a temática que foi trazida pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão merece toda atenção e todo o empenho do Governo Regional.

A figura de declaração política tem restrições regimentais que não permitem o cabal esclarecimento de toda esta temática.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem uma sessão de perguntas agendadas ao Governo e era apenas para dizer que da parte do Governo todas as questões sobre aquilo que nós estamos já a fazer em relação a preparar as famílias e as empresas açorianas, face à conjuntura internacional e nacional desfavorável, serão cabalmente esclarecidos durante essa oportunidade, uma vez que neste momento, com esta declaração política, a limitação de tempo que o Governo tem não lhe permite esse esclarecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(* **Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão trouxe-nos aqui alguns temas de interesse, de interesse para nós e de interesse para os açorianos, começando pelo tema da própria crise.

Mas, Sr. Deputado Paulo Estêvão, deu-me a impressão que o seu tom vem sendo acompanhado pelo tom de alguns intervenientes quando falam de matérias como a crise e senti e sinto, por vezes, ao contrário daquilo que é sentido pelas pessoas, que é sentido pelos açorianos, que é sentido por este Grupo Parlamentar e que é sentido por

este Governo, que é um sentido de responsabilmente se preocupar com aquilo que é a situação de crise internacional e aquilo que são os eventuais impactos na nossa Região.

Mais importante do que falar nelas, Sr. Deputado, o que importa aos açorianos é saber quais são as soluções, quais são os antídotos que temos preparados para combater os seus efeitos, para combater o impacto dessa crise na nossa Região e isso, como o Sr. Deputado sabe, os açorianos conhecem e vão conhecer melhor ainda com as respostas que vão ser dadas às perguntas que vão ser solicitadas por este Grupo Parlamentar.

Deputado Costa Pereira (PSD): O senhor já sabe as respostas. Por que é que vai fazer perguntas?

O Orador: Em relação à crise apenas esta nota e este registo que eu queria aqui deixar.

Relativamente à Região da Macaronésia, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que, nesta matéria de Macaronésia, estes governos do Partido Socialista têm trabalhado como nunca e, se calhar, trabalhado com um paralelo que não existe mesmo noutras regiões da própria Macaronésia. Temos trabalhado afincadamente na defesa da Região, na alocação de recursos financeiros a programas diversos sobre temas que o Sr. Deputado aqui enunciou na área científica, na área do ordenamento do território, na área da cultura e em tantas outras.

Portanto, as regiões da Macaronésia têm trabalhado conjuntamente, têm feito um excelente trabalho e conseguiram uma grande vitória com a qual nos regozijamos, que foi juntar a nós, ao longo destes anos, também o Arquipélago de Cabo Verde que, situando-se na mesma região geográfica, está hoje também contemplado por estes fundos para sectores de interesse comum.

A este propósito, quero deixar aqui uma nota que me parece importante e significativa daquilo que foi o esforço e o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Governo Regional e que tem a ver com o lançamento duma conferência da Macaronésia, precisamente pelos Açores e que já teve lugar aqui na Região Autónoma dos Açores.

Em relação à euro-região, quero dizer que euro-região é neste momento um conceito vago e abstracto, porque não existe. Mais importante do que falar em euro-região, o

que é importante é precisar o que é que se pretende para essa euro-região, que estatuto político-administrativo, que mecanismos e formas de governação partilhada, etc.

Relativamente a estas matérias nós gostaríamos de saber quais são as ideias e os princípios que são defendidos pelo Sr. Deputado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço as referências que aqui foram feitas em relação ao projecto da Macaronésia. Reconheço, porque é verdade, que o Governo Regional tem desenvolvido alguma acção política nesse sentido, mas quero explicitar que concordo com aquilo que vinha, em relação a esta matéria específica, no vosso Programa do Governo.

Os senhores falavam na criação de laços institucionais mais sólidos, mais duradouros em relação à Macaronésia e, portanto, falta dar este passo que é um passo decisivo.

Temos alguns exemplos, como sabe, do funcionamento de euro-regiões como, por exemplo, a Galiza e o Norte de Portugal e elas são, também como sabe, largamente subsidiárias, têm um acesso, porque essa é, digamos, a natureza da União Europeia, é algo que dentro da União Europeia é muito acarinhado, que são a conjugação de regiões quebrando as fronteiras entre estados e, portanto, nesse sentido a fonte de financiamentos que pode advir a partir do momento em que se conseguir congregar uma estrutura institucional deste tipo, é muitíssimo favorável para as regiões que têm avançado neste sentido.

Já lhe citei aqui exemplos, mas posso-lhe dizer que o governo das Baleares está neste momento a desenvolver também esta questão em relação às ilhas do Mediterrâneo.

Eu considero que vale a pena avançar neste sentido se for os Açores a liderar, a liderar do ponto de vista estratégico, se os Açores tiverem liderança de acção política. É por isso que eu há muitos anos insisto nesta questão.

É evidente que temos alguma desproporcionalidade de meios e em termos de peso demográfico com as Canárias, mas é importante garantir sectores de decisão fundamentais e esses sectores são muitas vezes garantidos com a capacidade de iniciativa, com a capacidade de estruturar projectos credíveis e com a capacidade de

liderança. Assim sendo, podemos vir a beneficiar dum contexto duma resposta internacional mais coerente, mais alargada e que dê aos Açores uma maior projecção estratégica daquela que já tem, nomeadamente neste enorme contexto regional que acabei de descrever.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar ao período de tratamento de assuntos políticos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Está plasmado na Constituição da República Portuguesa que “Todos os Cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do País, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos”. Ou seja, a participação cívica e política, antes de ser vista como um dever, deve ser encarada como um direito legítimo de qualquer cidadão.

Ao longo do mês de Janeiro, decorreram, em várias escolas dos Açores, as sessões do Parlamento dos Jovens, um programa orientado para a promoção da educação para a cidadania e do interesse dos jovens para debates sobre temas da actualidade, onde muitos jovens açorianos apresentaram e discutiram propostas de grande pertinência.

É inegável a importância do aprofundamento do conceito de Participação Cívica para uma sociedade mais desenvolvida.

Uma Comunidade em que os cidadãos estão comprometidos com as causas públicas e onde são empenhados e querem participar na definição do bem comum, não deixando essa tarefa apenas para os decisores políticos será, concerteza uma comunidade melhor preparada para enfrentar os desafios do futuro.

Neste processo, as novas gerações têm responsabilidades acrescidas.

A energia e as dinâmicas que a juventude pode e deve imprimir são determinantes para uma sociedade com uma evolução cada vez mais consciente e cada vez mais consequente.

De acordo com a UNESCO “Juventude” é a faixa populacional compreendida entre os 12 e os 30 anos, dividindo-se em dois sub-grupos. Um Sub-grupo dos 12 aos 22 anos,

público normalmente enquadrado no designado jovem estudante, e um sub-grupo dos 22 aos 30 anos, em fase de inserção no mercado de trabalho.

Nos processos de integração e de fomento da participação e integração desta faixa, tendo em conta as devidas especificidades de cada sub-grupo, são duas as estratégias que podem ser implementadas. Uma estratégia passiva, que parte do princípio em que a sociedade integrará o jovem, ou uma estratégia activa que parte do princípio que os agentes públicos promoverão o surgimento de mecanismos para uma mais fácil inserção e participação.

Nos Açores, tem vindo a ser implementada uma estratégia activa, através da criação de vários instrumentos para a materialização dessa estratégia. Uma estratégia que tem a virtude ainda de acompanhar a normal evolução dos tempos, introduzindo as novas tendências de participação.

A sua implementação tem como intenção primordial que os jovens participem, cada vez mais, na definição, concepção e execução das Políticas de Juventude, através do fomento da participação política e cívica nas suas diversas valências, tendo como eixos base a interlocução, o associativismo, o fomento à participação e a coesão social e territorial.

Essa orientação permite que, nos Açores, sejam mais de 20 mil os jovens que participam em colectividades, em manifestações culturais, desportivas, em movimentos sociais, partidários ou associativos, da mesma forma que existem, hoje, novas formas de participação através das novas tendências de criação de grupos informais, de grupos online ou de blogs individuais ou colectivos.

Para o futuro, tal como consta do Programa de Governo, as orientações estratégicas para o desenvolvimento dos Açores têm em conta o aumento dos níveis de participação dos jovens na sociedade através de várias medidas concretas, designadamente a criação do MAAJ – Mecanismo de Apoio às Associações de Juventude –, que visa apoiar as actividades das associações de juventude, de modo a permitir o *phase-in* no mercado social dos produtos desenvolvidos por essas entidades, a disponibilização de um programa de formação para os dirigentes associativos açorianos, a organização do novo Conselho Regional de Juventude, onde terão assento jovens açorianos, o incentivo aos municípios açorianos para instalarem

os respectivos concelhos municipais de juventude, a inclusão de uma representação do associativismo juvenil no Conselho Regional de Concertação Estratégica, a implementação do programa “Fórum Jovem – Escola de Cidadania”.

Noutro patamar, é de realçar a aprovação da Lei 47/2008 que permite que a partir de agora, qualquer jovem que tenha o cartão do cidadão passa a estar, automaticamente, inscrito na base de dados de recenseamento eleitoral, passando a ter direito de voto quando tiver a idade legal para esse efeito e não tendo que se dirigir à Junta de Freguesia para o recenseamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proximidade, quer entre eleitor e eleito, quer entre sociedade civil e agentes políticos, deve ser gradualmente maior.

Mas não nos esqueçamos que este é um processo de responsabilidade bi-partida onde os jovens têm de estar preparados, conscientes e comprometidos com o bem comum, da mesma forma que a Sociedade tem de estar preparada e ter os instrumentos necessários para uma inclusão eficaz desses jovens.

Nesse processo de co-responsabilização, todos os agentes políticos, todos sem excepção, independentemente da sua matriz ideológica, têm a obrigação de contribuir para a criação de novos paradigmas e novas formas de fazer política de maior proximidade, porque se há afastamento entre população e agentes políticos, a maior culpa desse facto recai sobre os agentes políticos, nunca esquecendo que se trata de um processo de responsabilidade bi-partida.

Muito Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Está aberto o debate. Inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, a participação política nos Açores, nos últimos anos, não tem sido a melhor. Muito jovens sentem-se alheados da política, é verdade, mas também é verdade que o Conselho Regional de Juventude tem um papel importante nesta matéria.

Também é verdade que o plenário jovem que se verificou em todas as ilhas é importante para chamar os jovens, mas também não é menos verdade que esses inventos que se fizeram em todas as escolas foram partidarizados e foram partidarizados porquê? Porque foram chamadas pessoas do Partido Socialista para falarem nos locais, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem! Apoiado!*

O Orador: ... foram chamados antigos e actuais deputados do Partido Socialista para participarem no debate junto dos jovens.

Deputado Berto Messias (PS): Eles é que aconselham que sejam deputados do mesmo partido. O Dr. Mota Amaral esteve no plenário jovem!

O Orador: É preciso referir isto, porque também é verdade.

Srs. Deputados, é verdade que mais de metade dos jovens, nas últimas eleições regionais, entre os 18 e os 24 anos não foram votar, mas também é verdade que a responsabilidade dos jovens não irem votar é dos agentes políticos e porquê? Porque não souberam cativar a juventude para irem votar nas últimas eleições regionais.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor sabe cativar os jovens?

O Orador: Posso dar o exemplo das eleições nos Estados Unidos da América em que houve uma elevada participação dos jovens e porquê? Porque os agentes políticos souberam cativar os jovens a participar nas eleições e o Governo Regional não está a saber fazer esse papel. É preciso trabalhar nesse sentido.

Senhores Deputados, quanto ao Associativismo Juvenil é importante fomentar, mas também é importante dar-lhes condições para que trabalhem. Não é só entregar-lhes o dinheiro à porta, é preciso acompanhar as associações de juventude no seu dia-a-dia, é preciso perceber quais são as falhas que existem na legislação, é preciso perceber quais são as falhas que os jovens sentem no dia-a-dia, mas não há interesse por parte dos governantes.

Srs. Deputados, este Governo do Partido Socialista não está a saber fazer esse papel.

Portanto, aquilo que eu deixo aqui e recomendo é que os Srs. Deputados do Partido Socialista façam chegar junto do Governo também essas preocupações, porque são, de facto, preocupações da juventude nos dias de hoje.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho pena que o Sr. Deputado Cláudio Almeida, quando eu faço uma intervenção na tribuna pela positiva, falando na importância de novos paradigmas na forma de fazer política, o presidente duma estrutura partidária de juventude faça tudo menos isso.

Em primeiro lugar, deixe-me dizer-lhe que obviamente o parlamento de jovens é uma iniciativa organizada pelas escolas e decorre da Assembleia da República e é tecnicamente essa própria iniciativa que aconselha que os convidados sejam do mesmo partido.

Deixe-me dizer-lhe também que, segundo consta, vários dirigentes do PSD também puderam estar nesse tipo de iniciativas.

Relativamente à questão da participação deixe-me dizer-lhe que a JSD, a estrutura à qual o senhor preside, nunca fez absolutamente nada para reformular os métodos de participação.

A JS, estrutura que eu presido, fez a campanha “Faz greve à indiferença”, fez a campanha “Sejas tu a decidir”. Os senhores não fizeram absolutamente nada.

Quando diz que os jovens não participam nos Açores, deixe-me dizer-lhe que desde 1996 nenhum outro governo fez o que o governo do PS fez, relativamente à questão da participação.

Hoje são mais de 20.000 os jovens que estão no movimento associativo, são imensas as políticas do PS nessa área, são imensos os jovens que participam nas manifestações desportivas, associativas, culturais e até partidárias na Região Autónoma dos Açores e o senhor, sendo presidente duma organização partidária de juventude, tem responsabilidades acrescidas nesta matéria e eu nunca vi a Juventude Social Democrata fazer o que quer que seja para defender a questão da participação de jovens.

Tenho que realçar também aquela que é uma reivindicação antiga da Juventude Socialista, e sobre a qual a JSD não se pronunciou porque não dava jeito pronunciar-se. A JSD tem uma visão enviesada estrutural que eu não entendo, mas compreendo, relativamente à Lei 47/2008, ou seja, a partir de agora, no processo de simplificação administrativa, mas também no reforço da participação política, qualquer jovem que tenha o cartão do cidadão passa a estar imediatamente inscrito na base de dados, passando a poder votar quando tiver idade legal para o efeito.

Termino dizendo o seguinte: o PS tem um legado histórico em termos de medidas e de obras feitas orientadas para a juventude como nunca se viu nos Açores, medidas essas que chegam a ser pioneiras a nível nacional.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gosto muito ver aqui o Sr. Deputado Berto Messias a falar em juventudes partidárias, mas eu estou aqui para defender, acima de tudo, não é a minha juventude partidária, estou aqui para defender os interesses da juventude açoriana.

Vozes do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Srs. Deputados, eu fico feliz e contente pelas campanhas de sensibilização que a Juventude Socialista tem feito junto da juventude e junto da sociedade açoriana, agora é preciso é que isso se traduza em resultados práticos e o que é certo é que os números não mentem. Nas últimas eleições regionais mais de 50% dos jovens entre os 18 e os 24 anos não foram votar.

Não serve de nada ter o cartão de cidadão e automaticamente o jovem estar recenseado se não se faz uma aproximação dos jovens à política, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... se os governos não chamam os jovens para o seu seio, se os governantes se fecham nos gabinetes e não têm capacidade e a coragem de ir às

associações de juventude, de ir aos estabelecimentos onde estão os jovens, conversar com eles e saber quais os seus reais problemas, isto não serve de nada, meus amigos. É por isso que eu volto aqui a referir: este Governo em matéria de políticas de juventude tem feito zero.

Deputado José San-Bento (PS): Zero? Antigamente eram passagens aéreas! Hoje são passagens a um euro!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Passagens a um euro é política de juventude!

O Orador: Srs. Deputados, enquanto que eu tenho jovens que fazem parte de associações de juventude e vêm ter comigo e dizem-me que “se eu ocupasse um cargo político recebia mais por estar nesta associação de juventude”. Se eu tenho jovens que me vêm dizer isso, acham que a política de juventude está boa neste momento na Região? Não, eu acho que se deve apoiar todas as associações de juventude por igual. Perceberam muito bem o que eu disse.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cláudio Almeida:

Sobre questões de proximidade, sobre questões de participação política, sobre questões de participação cívica a JS, o PS e o Governo dos Açores não recebem lições de ninguém, muito menos da JSD.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Mas olhe que precisavam!

Deputado Mark Marques (PSD): Presunção e água benta, cada um toma a que quer!

O Orador: Relativamente ao facto de lhes interessar e de não quererem defender o PSD e a JSD, deixe-me dizer-lhe o seguinte: ouvi perplexamente aquilo que disse a JSD no Congresso do PSD, disse que iria hastear bem alto a bandeira do PSD em todas as ilhas dos Açores. A nós interessa-nos, sobretudo, a bandeira dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou ser muito demorado porque a intervenção do Sr. Deputado Cláudio Almeida não justifica grandes explicações, porque não tem grandes perguntas, não justifica grandes análises porque não tem nenhum tipo de pensamento crítico.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Então não devia ter pedido a palavra!

O Orador: O único motivo que me fez intervir neste debate foi, primeiro registar a assumpção da importância da JSD para ser motivadora de jovens. A JSD vem aqui dizer que os agentes políticos falharam na motivação dos jovens e presumo que a JSD ainda é também um agente político. Penso que não estarei enganado.

Depois quando se fala que a motivação falhou, que há um desinteresse pela política, diz-se que a culpa é do Governo, o que dá sempre certo quando se tem que dizer alguma coisa da bancada, mas que não é justo e não é próprio de quem quer começar aqui uma carreira parlamentar. Não é assim que as coisas devem ser colocadas.

Também gostava de informar o Sr. Deputado, e reavivar-lhe a memória, de que os Governos do Partido Socialista na Região têm um património de políticas de juventude que se podem orgulhar, têm resultados no campo da mobilidade jovem, no campo da participação política, da participação cívica, do ambiente, do voluntariado, numa série de áreas que antes estavam mortas, estavam paradas e para as quais o Governo do Partido Socialista encontrou soluções, encontrou modelos, propô-los e executou-os. **Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): E os resultados foram aqueles que vimos!

O Orador: Teve bons resultados e era um dever de lealdade, respeito institucional e político o senhor reconhecer isso.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(* **Deputado Cláudio Almeida** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quando não tenho nada a dizer não peço a palavra, fico sentado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Já que o Sr. Secretário disse que eu não fiz nenhuma pergunta, vou deixar aqui uma pergunta no ar: o Conselho de Juventude dos Açores foi ou vai ser consultado com vista ao Plano e Orçamento deste Governo Regional?

Obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos fazer um intervalo de 30 minutos e regressamos às 12 horas e 10 minutos.

(Eram 11 horas e 40 minutos)

Presidente: Pedia aos Srs. Deputados que retomassem os seus lugares.

(Eram 12 horas e 15 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No passado mês de Dezembro, os açorianos deram-se conta, através das inúmeras notícias dos jornais e da televisão, de várias inaugurações de obras levadas a cabo na Vila de Rabo de Peixe, incluídas no projecto "Velhos Guetos, Novas Centralidades".

Os naturais ruídos e a euforia criada por aquelas inaugurações faziam lembrar outros tempos, com placas e mais placas descerradas, tantas vezes criticadas mas agora adoptadas, como peça integrante da infra-estrutura, para talvez recordar aos vindouros que tantas obras tiveram a impressão digital da nomenclatura socialista, que abraçou o EFTA, como se de uma herança paternal se tratasse, esquecendo tudo o que de ruim disseram acerca destes investimentos.

Felizmente Rabo de Peixe ficou definitivamente diferente para melhor, com as obras levadas a cabo pelas diversas entidades e financiadas pelo EFTA. Após um período de descrédito, as pessoas sentiram o evoluir das acções programadas, com o aparecimento das diversas construções, acreditando irreversivelmente neste Projecto.

Os equipamentos agora inaugurados, alguns deles, infelizmente de duvidoso gosto estético, embora funcionais, constituem, sem dúvida alguma, uma mais valia para a

Vila de Rabo de Peixe e a aposta na formação, desde a infância, passando pelos jovens e pelos adultos é o rumo certo para se ajudar a transformar as mentalidades.

Contudo, antes e depois de aprovado, aquele instrumento financeiro sempre foi visto inicialmente com grandes reticências e até mesmo menosprezo pelos socialistas, numa tentativa de desvalorização do que é agora pau para toda a obra, tendo o Governo Regional dito que aquela verba era ínfima, comparativamente àquilo que, de moto próprio, era investido naquela vila.

A própria Secção do Partido Socialista da Ribeira Grande veio a terreiro, depreciando o EFTA e desconsiderando todos aqueles que deram o seu melhor na candidatura que o Governo da República, do então Primeiro-ministro Durão Barroso, se empenhou diligentemente na sua aprovação.

Para além dos mais reputados técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, os representantes do Instituto Nacional de Habitação e da Secretaria de Estado da Habitação, em concertação com a Câmara Municipal da Ribeira Grande e com Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, prepararam um extenso dossier fundamentando com muita informação, diagnósticos e estudos acerca daquela Vila, tendo em vista convencer os países parceiros do EFTA na aprovação da candidatura portuguesa.

Foi um projecto cujo contributo se afigurou de muito relevante para a requalificação de Rabo de Peixe, por permitir a concretização de uma série de investimentos, visando a valorização urbana daquela vila micaelense, em áreas como o abastecimento de água, rede de esgotos, tratamento de águas residuais e reabilitação de espaços. Investimentos importantes, com repercussão directa na qualidade de vida da população e que se juntam outros, designadamente os centros Familiar, de Artes e Ofícios e Comunitário, a construção das sedes do Clube Naval, do Clube Desportivo de Rabo de Peixe, da nova Escola Profissional da Ribeira Grande e a piscina coberta. Sabemos que o EFTA só foi possível, pelas diligências das instituições que eram geridas e apoiadas pelo PSD, mesmo que se tente agora apagar a memória, quanto aos promotores deste grande projecto.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Nos discursos de auto elogio, tudo o que de bom veio trazer o EFTA é fruto do trabalho apenas dos socialistas.

Os atrasos que ocorreram na implementação das inúmeras obras incluídas no EFTA deveu-se à dança das cadeiras dos gestores, com o nomear e renomear de pessoas, numa atrapalhação, que atrasou o andamento das obras.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Mesmo depois da escolha de novos gestores, após o Partido Socialista ter ganho as eleições para o Governo da República, o desconcerto do nomeia/desnomeia continuou.

Deputado José San-Bento (PS): Nem uma placazinha com o seu nome, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Chegou-se finalmente à conclusão da maioria das obras, faltando apenas terminar algum saneamento básico e a ETAR. Contudo, ficamos preocupados e subscrevemos as apreensões da Gestora do projecto, ao afirmar, em jeito de balanço, que neste projecto falhou a articulação entre entidades que têm agora a incumbência de gerir adequadamente os novos equipamentos.

Dão que pensar estas declarações e é preciso agir em conformidade.

Há de facto betão está espalhado por quase toda a vila e esperamos agora que a bem-aventurada transformação social chegue depressa, para assim avaliarmos até que ponto os socialistas conseguiram transfigurar a minha terra, envolvendo os habitantes de Rabo de Peixe.

A população está expectante. Oxalá o resultado de todos estes investimentos seja positivo para bem da população de Rabo de Peixe.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado do PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer o Sr. Deputado António Pedro Costa, que falou nas posições socialistas contra o investimento inicial, dizendo-lhe que não era nada disso que estava em questão.

O que o Partido Socialista desde o início fez, aquando da candidatura dos EFTA, foi deixar bem claro que os Fundos EFTA eram apenas mais um leque de investimentos para a Vila de Rabo de Peixe que não tinha, até ao momento, sido descurada pelos investimentos do próprio Governo Regional que desde a primeira hora teve um cuidado especial e específico com a Vila de Rabo de Peixe e todas as suas problemáticas e que o montante de 23 milhões de euros anunciado dos fundos EFTA não era superior aos investimentos que ao longo do tempo e de forma faseada estavam projectados e já tinham acontecido na Vila de Rabo de Peixe.

Portanto, é preciso que fique claro que a postura do PS não era contra a candidatura nem contra os investimentos na Vila de Rabo de Peixe, a postura do PS foi lembrar que não eram os primeiros a intervir quando os governos do Partido Socialista estavam desde a primeira hora preocupados, acutilantes e a actuar nesta matéria.

Era essencialmente para esclarecer o Sr. Deputado desta posição do Partido Socialista, desde a primeira hora, aquando da candidatura até agora.

Obrigada.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(* **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, sem qualquer quebra de respeito e consideração é preciso muita ousadia para vir aqui dizer o que o senhor disse e eu vou relembrar:

O projecto “velhos guetos, novas centralidades” é decalcado da orientação específica para Rabo de Peixe, elaborada pelo Governo Regional dos Açores e o senhor sabe que sim.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Não é verdade!

A Oradora: Quanto à equipa para liderar o projecto, o senhor também sabe e conhece a manipulação que o Governo da República tentou fazer relativamente ao processo de concurso que decorreu e que não aceitou o nome que saiu do júri de concurso e que

tentou manipular e impor um nome que, nas palavras da Sra. Secretária de Estado, fosse aceitável pelo governo do Sr. Durão Barroso. Foi isto que aconteceu.

Quanto à participação do Governo Regional, acho inacreditável que o senhor faça tábua rasa de todo o empenho que o Governo Regional teve desde o início deste projecto até ao seu último momento.

Devo dizer-lhe também que aquilo que sempre se ouviu ao Governo Regional foi que os investimentos proporcionados por este projecto constituíam um importante contributo ao esforço que tinha vindo a ser sempre desenvolvido pelo Governo Regional. Não foi minimizado nem poderia ser.

Por outro lado, o senhor mencionou a piscina, mas a piscina só foi possível graças à boa vontade do então Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência e do Governo Regional que a financiou, porque o que os senhores tinham previsto no projecto era uma piscina oceânica que a primeira tempestade de inverno levaria. Se hoje Rabo de Peixe tem a piscina que tem e vai poder receber competições de âmbito regional e se vamos poder levar as pessoas de fora de Rabo de Peixe a Rabo e Peixe, deve isso ao empenho do Governo Regional.

Muito obrigada.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já estávamos à espera desta declaração do Sr. Deputado António Pedro, aliás que foi também reforçada num artigo de jornal, alegando também a importância do Presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe neste projecto. Quando as coisas estão prontas é muito mais fácil pôr a assinatura por baixo.

Se bem se lembram, e já passaram três anos da história, quando eu entrei como gestora do projecto, o projecto estava em risco de deixar de ter financiamento e

exactamente por todos esses aspectos que a Deputada Isabel já falou, o EFTA estava para cortar o financiamento se não se iniciasse rapidamente o plano de obras previsto. Que obras tinham sido feitas em 2005? Apenas um pequeno projecto de arquitectura que teve de ser amplamente alterado e tudo o resto estava por se fazer.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Quem disse isso? Desconhece tudo! Não sabe o que está a dizer.

O Orador: Estava tudo por fazer, Sr. Deputado. 2006 foi o ano de lançamento dos concursos de projectos. O senhor pode ir ver isso na história do projecto e teria sido bom que tivesse acompanhado naquela altura e teria visto que tudo estava por fazer e de tal maneira estava por fazer que em 2006 foi necessária uma reprogramação daquele projecto e daí que a piscina apareça realmente coberta e aquecida, no âmbito dum complexo desportivo integrado, na Rua Galvão de Carvalho. No âmbito dessa reprogramação aparece também o Clube Naval a instalar no cais de Rabo de Peixe; o Centro Familiar aparece nos terrenos do Bairro dos Pescadores, porque não estavam definidos nem locais nem planos funcionais para nenhum desses equipamentos.

Honra seja feita a esta equipa que agarrou este projecto e podemos dar o benefício à candidatura que foi no âmbito da Câmara Municipal, liderada por V. Exa., mas a partir daí zero. 23 milhões não seriam gastos se não se tivesse agarrado as tempo e a horas este projecto que, e ainda bem que o disse várias vezes, beneficia Rabo de Peixe. É uma mais valia e vai contribuir para a melhoria de vida da população de Rabo de Peixe.

Fico muito contente que reconheça a mais valia na forma como foi conduzido este projecto.

Agora, peço imensa desculpa, as placas não foram uma exigência da equipa executiva, mas uma exigência do próprio EFTA e quando o instrumento financiador exige que o seu co-financiamento seja publicitado através de uma placa, dando até as definições para que essa placa seja construída, não há nada a fazer.

Portanto, se no vosso tempo as placas serviam as pessoas, essa é outra questão, aqui serve o instrumento financeiro.

Muito obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, *presunção e água benta cada um toma a que quer* e os Srs. Deputados socialistas decididamente vêm aqui defender pontos de vista que eu não partilho de forma nenhuma e atenção: muita gente também não está do vosso lado e há muitas características que nem sequer vale a pena trazê-las para aqui, porque nem tudo correu bem, mas o que conta, finalmente, é a obra feita e isso é que é importante, mas ela só aparece porque o dinheiro foi obtido através da candidatura feita no tempo do Professor Durão Barroso.

Portanto, os socialistas têm sempre razão em tudo e até aqui tem sido sempre assim.

Sra. Deputada, tábua rasa fizeram os socialistas no passado. Tentaram apagar a memória do passado e nem uma palavra proferiram nos auto-elogios e nas intervenções que proferiram aquando das inaugurações. É nestes momentos que se vê como gostam de tomar tudo para si e deixar de fora tudo o que de bom foi feito no passado. Tudo o que é bom foram os socialistas que fizeram, o mau deste projecto é culpa dos sociais democratas.

É esta postura do consulado socialista que eu não partilho e a população de Rabo de Peixe não partilha.

Esperamos agora, sinceramente, com todas estas obras, que possa vir a tão bem-aventurada parte social. Quando Rabo de Peixe estiver socialmente transfigurado, aí sim, todos nós aplaudiremos e eu serei o primeiro a aplaudir o trabalho e o papel que a actual equipa teve, meritório certamente, no decurso deste projecto.

Também quero dizer que houve uma grande preocupação na propaganda. Nos autodoors nem se falava nas entidades financiadoras, para fazer transparecer que aquelas verbas eram apenas e tão só do Governo Regional e da Câmara e isso também não está correcto.

Posso mostrar-vos fotografias dos autodoors que falavam nas obras que estavam a ser realizadas e nem uma palavra se referiu exactamente ao EFTA. Ainda existem alguns lá para se confirmar aquilo que eu estou a dizer.

Deputado José San-Bento (PS): Chore à vontade!

O Orador: Não faço isso. O meu papel já passou e não estou com a preocupação em mostrar coisas que não fiz. Pode estar descansado que não faço isso, mas estou preocupado com as últimas palavras, em jeito de balanço, da senhora gestora do projecto, quando diz que afinal é preciso fazer muito para se rentabilizar ...

Deputado José do Rego (PS): O senhor tem responsabilidades nisso!

O Orador: Eu que estou de fora tenho sempre responsabilidades desde o princípio, mas não tenho responsabilidade na forma como tudo decorreu.

Obrigado por me estarem a tentar ajudar com os vossos apartes e quero dizer-vos que, sinceramente, tudo o que é bom foram os senhores que fizeram e esqueceram-se do mais importante que foi exactamente a obtenção daquelas verbas e ninguém pode tirar esse mérito e esse crédito ao PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

Deputado José San-Bento (PS): Vamos fazer-lhe uma estátua em Rabo de Peixe!

O Orador: Não preciso de estátua!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço imensa desculpa, mas o senhor realmente esqueceu ou desconhece o processo de financiamento deste projecto.

O EFTA não dá dinheiro, o dinheiro não foi obtido pelo PSD.

Os 23 milhões não foram depositados numa conta para se ir executando o projecto. O dinheiro dos fundos EFTA só é transferido na medida da execução e a prova é que ainda agora se está a finalizar a execução, nomeadamente de duas obras e esse dinheiro ainda não veio.

Portanto, o dinheiro não viria nunca se não se tivesse feito nada e, portanto, o mérito está na execução e não no dinheiro ter sido garantido. 23 milhões tudo bem, mas a execução é que permitiu que o dinheiro fosse uma realidade em obra.

Outro aspecto importante: aquilo que eu disse no encerramento do projecto reafirmo aqui perante vós ...

Deputado António Pedro Costa (PSD): Falta de conhecimento da história!

A Oradora: A história não se há-de reescrever duas vezes e a prova é: se calhar haverá verbas que não virão para a Região, mesmo sendo parte deste projecto, se não forem realmente executadas.

As contas são passíveis de serem auditadas por qualquer pessoa, porque estão correctas.

O que eu queria só reafirmar aqui, disse-o no encerramento do projecto e volto a dizer, é que a política do PSD, e por isto esta candidatura tem mérito, mas também tem um desmérito que é 92% do valor foi apostado em betão, e daí a responsabilidade de quem pegou neste projecto de executar estes 92%, é obra.

Agora, há um aspecto fundamental: onde é que está a sustentabilidade dos equipamentos? Onde é que está a garantia de funcionamento e de resposta social à Comunidade de Rabo de Peixe? Não estava previsto naquela candidatura, não estava previsto naquele projecto.

Não serve de nada nós construirmos uma creche e um jardim de infância se neste momento não houver um acordo de cooperação com o Governo Regional que garanta o funcionamento daquela creche e do jardim de infância.

Não serve nada ter um centro comunitário se não tivermos um acordo com a Direcção Regional da Juventude para garantir o Ciberespaço.

Não serve de nada nós termos betão se não tivermos a garantia do funcionamento e os protocolos necessários com o Governo Regional para que esses equipamentos sejam realmente uma resposta.

Portanto, não podemos apostar só no que é de construção, temos que apostar realmente nas respostas e, infelizmente, a sustentabilidade deste projecto não estava garantida na candidatura e foi construída ao longo deste três anos.

Presidente: Creio não haver mais inscrições.

Assim sendo, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Rosa.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou falar-vos de Educação.

Antes de mais é nosso dever e de qualquer cidadão sério e construtivo, congratular o Governo Regional nas pessoas do seu Presidente (não presente) e da Sra. Secretária Regional da tutela pela abertura e empenho demonstrados ao prolongarem a negociação do Estatuto da Carreira Docente, com assumidos avanços, nomeadamente ao nível dos horários, faltas por doença e avaliação de desempenho que dele decorre.

Congratulamo-nos também com a demarcação e o reconhecimento público e explícito de que não é forçoso e necessário cometer os mesmos erros que têm sido cometidos pelo Ministério da Educação nesta matéria.

Congratular-nos-emos ainda mais se algumas das preocupações que manifestarei de seguida tiverem já sido ou venham a ser ultrapassadas pelas negociações em curso.

Porém, nunca é demais frisar que o modelo de avaliação dos docentes, ora suspenso, assenta em primados economicistas que visam tão só e simplesmente limitar as progressões na carreira, não configurando uma efectiva melhoria da qualidade do ensino da rede escolar pública, e está assente em vários pressupostos falaciosos que passo a enumerar:

Primeiro, parte-se do princípio de que os professores não eram avaliados no modelo anterior e de que a sua progressão na carreira era automática. É falso!

Os professores faziam formação contínua, sem a qual não progrediam da carreira, elaboravam um relatório descritivo e auto-crítico do seu desempenho durante o escalão, que era analisado por uma comissão paritária, e trabalhavam cooperativamente em escolas com articulações, com Departamentos, Conselhos Executivos, Pedagógicos, Assembleias, Direcções de Turma e eram orientados, coordenados, responsabilizados, corrigidos e avaliados diariamente.

Não advogamos, porém, a perfeição deste modelo, mas o facto é que a avaliação era feita formativa e continuamente, com base no trabalho diário do professor;

Em segundo lugar, o modelo que se pretende implementar, não visa avaliar professores numa perspectiva formativa mas sim classificar professores individualmente.

Aqui reside a suprema falácia: Pretende quantificar-se para melhorar a qualidade, quando nos parece óbvio que a qualidade só é atingível pela via da qualificação de pessoas e instituições;

Em terceiro lugar, o modelo proposto, por assentar na individualização, põe em risco todo o trabalho cooperativo, de partilha e de articulação nas nossas escolas;

Quarto: A intenção de fazer repercutir o insucesso escolar na avaliação dos professores é, nem mais nem menos que um convite explícito à fraude avaliativa na prática docente;

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Quinto: A intenção de fazer repercutir o abandono escolar na avaliação dos professores é uma hedionda tentativa de branqueamento das verdadeiras causas para esse flagelo, que são essencialmente do foro social e não do foro pedagógico;

Deputados José Manuel Bolieiro e Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sexto: As grelhas contendo os parâmetros a avaliar não conferem, para já e reconhecidamente, objectividade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É com preocupação que vemos que numa região geograficamente descontínua, um professor das Flores que pretenda levar o filho a uma consulta de Pediatria se veja forçado a faltar no mínimo três dias, ao invés de um seu colega de outra ilha onde essa especialidade médica exista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: Pensamos que essas situações devem ser também alvo de correcção, até porque quando o Estatuto da Carreira Docente foi discutido e votado nesta Assembleia o CDS-PP alertou para este erro, mas não foi ouvido.

É com igual preocupação que temos observado nos últimos anos a confusão, alimentada em muitos casos pelos poderes políticos e por alguma comunicação social, entre sucesso escolar e qualidade do ensino.

Parece-nos perfeitamente linear e urgente dizê-lo, até porque nunca o ouvimos de ninguém com efectiva responsabilidade política e governativa, que no actual

paradigma, qualidade implica trabalho, empenho e rigor e trabalho, empenho e rigor podem implicar taxas de sucesso mais modestas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: Sejam os claros: ou trabalhamos para a estatística e promovemos o analfabetismo funcional ou trabalhamos para obter mais qualificação e excelência. Falar disto é que é falar de Educação e o CDS-PP está marcadamente ao lado da qualificação e da excelência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Sra. Ministra da Educação teve uma única, mas grande virtude que não podemos escamotear. Deu um contributo inestimável para unir uma classe profissional tradicionalmente fragmentada.

E os nossos professores, sendo que não são todos iguais e os há mais empenhados e menos empenhados, melhores e menos bons - como em todas as profissões - têm demonstrado que são, na sua esmagadora maioria, grandíssimos e abnegados profissionais.

A situação actual do Ensino só não é calamitosa porque os docentes, tantas vezes contestados e atentados na sua dignidade, privados dum estatuto que lhes fazia justiça profissional e social, têm, com enorme capacidade de sacrifício pessoal e familiar, amparado e amortecido os erros, experiências e pressões exercidos por decisores políticos, minimizando o seu impacto nos alunos.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Não é atacando a classe docente que se terá nem mais qualidade nem mais sucesso, antes pelo contrário. A qualidade é uma meta impensável numa área em que não se mantêm os profissionais motivados e em escolas onde o trabalho cooperativo é comprometido e a ênfase posta em objectivos pessoais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

É nosso dever de cidadania deixar trabalhar as Escolas e os professores naquilo que é realmente importante.

É nosso dever de responsabilidade política fazer jus ao princípio da autonomia das Escolas.

É nosso dever orientar o contributo legislativo para aliviar os professores da excessiva carga burocrática que os sufoca e que constitui um sério entrave à excelência pedagógica por todos pretendida.

Deputado Paulo Estêvão (PPMP): Apoiado!

O Orador: É nosso dever político e de consciência investir na dignificação da imagem pública dos nossos docentes e das nossas escolas públicas.

É da mais elementar justiça que o façamos, visto que a degradação da imagem pública e culpabilização desta classe pela falência do modelo educativo, e pelas derrapagens orçamentais na área da Educação, são injustas e têm, intencionalmente ou não, sido promovidas por tutelas sucessivas e irresponsáveis.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: Os modelos educativos vão inevitavelmente à falência porque as escolas são espelhos da sociedade e esta está em permanente mutação, e as derrapagens resultam da gestão que se faz dos recursos existentes. Não podem, em circunstância alguma, ser os docentes a arcar com o ónus de situações que não lhes dizem respeito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É nosso dever reconhecer que só trabalhando em articulação com os profissionais do sector poderemos ter uma escola pública capaz de dar resposta ao desafio que é a projecção da nossa Região no futuro;

É dever de qualquer tutela consciente liderar a defesa dos profissionais contribuintes que representa.

Reconheçamos, porque temos essa responsabilidade, que só podemos ter um ensino melhor se reconhecermos competência e qualificação pedagógica e científica a quem, por vocação e formação académica específica está qualificado para o efeito.

Esta é a realidade sobre a qual devemos todos reflectir e é nosso dever, por inerência, dar um contributo relevante para a pacificação de um sector que só poderá prosseguir na senda da qualidade se tiver tranquilidade e o reconhecimento que merece.

Em suma, o que o CDS-PP defende para a nossa educação é uma escola construída com os professores e não de costas voltadas para eles.

E, sendo eles os maiores especialistas em avaliação que temos, não faz qualquer sentido perdermos esta oportunidade negocial que só peca por tardia.

Que as negociações em curso redundem numa solução pacífica, para que os nossos docentes possam voltar a focar a sua energia e sapiência no que melhor sabem fazer:

...

Deputado Paulo Estêvão (PPMP): *Muito bem!*

O Orador: ... Contribuir para mais e melhores aprendizagens dos jovens Açorianos, cidadãos de amanhã.

Para defender um ensino melhor e mais digno, pode esta Casa contar sempre com o nosso contributo.

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Presidente: Está presente na galeria do público a Dra. Sandra Bessa, antiga deputada desta Casa, a quem, naturalmente, saúdo.

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com gosto que participo neste debate que me parece importante e que também, como já aqui foi dito hoje, já tardava, sobre educação.

É um facto, como foi dito na intervenção do Sr. Deputado, que nós temos em curso uma alteração significativa nas nossas escolas que tem motivado contestação por parte dos professores, que tem motivado mobilização e empenho de participar nessa discussão e isso é salutar.

Devo dizer, em primeiro lugar, que o Partido Socialista tem orgulho de ter sido o promotor dum Estatuto da Carreira Docente diferenciado daquele que vigorava no Continente, contra vozes que na altura garantiam, inclusivamente o famigerado líder do PSD, que era impossível a Região ter um estatuto autonomizado e diferenciado daquele que vigorava a nível nacional.

Como se viu, e repito, é com muito orgulho que nós criámos um estatuto com estas características. Por isso gostaria de dizer que, do nosso ponto de vista, esta coragem inicial não está, de forma nenhuma, comprometida...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está, está!

A Oradora: ... pelas alterações que agora também tivemos a humildade de reconhecer e de pontualmente alterar.

Devo dizer também, e é bom que nos lembremos, que muitas destas questões, e em política isso também deve ser louvado, que na altura defendemos quando da primeira aprovação do estatuto, eram questões que entendíamos que podiam ser eficazes na prática e algumas delas revelaram ser de difícil aplicação.

Portanto, esta postura do Governo Regional em promover a alteração deste diploma, que até já deu entrada no Parlamento, e, por outro lado, em manter com os sindicatos a capacidade de diálogo e a capacidade de negociação, é para nós meritória e merece o nosso elogio.

Devo dizer também que muitas das falácias que o Sr. Deputado apontou me parece que, só pela proposta que já deu entrada no Parlamento, estão alteradas, estão resolvidas e como todos sabemos estas negociações que estão em curso pretendem também acrescentar outras alterações que nos parecem de mérito nomeadamente no que às faltas dos docentes diz respeito e em questões que, de facto, do ponto de vista da sua exequibilidade, se revelaram com dificuldades.

Em relação à periodicidade da avaliação dos docentes que do ponto de vista anterior era anual e, como se sabe, teve algumas dificuldades na sua aplicação e passará, por isso, a ter outro regime.

Vamos também ser sérios nesta discussão, Sr. Deputado.

Parece-me óbvio que dizer que antes os professores da Região e do País eram avaliados é também de certa forma uma falácia. É um facto que a avaliação existia, mas também é um facto, como o senhor bem sabe, que ela não era efectiva, que não tinha resultados, que se dividia num relatório em que a avaliação era feita pelo próprio docente e em que era depois obtida uma menção qualitativa por parte dos conselhos executivos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Deputada não é só o relatório. Seja rigorosa!

A Oradora: Vamos recordar como é que isso era feito:

Essa avaliação era perfeitamente ineficaz, porque todos os docentes tendiam a ter uma avaliação satisfatória e nós sabemos que nem todos os docentes são satisfatórios.

Felizmente que há docentes que são excelentes e que há docentes que são, infelizmente, medíocres e até alguns maus.

O Partido Socialista defende a excelência e a eficácia da avaliação...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade!

A Oradora: ... e é por isso que nós queremos que ela seja efectiva, real e concreta e só este tipo de avaliação pode, de facto, beneficiar os bons e também penalizar os maus, porque é assim que uma avaliação funciona.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade!

A Oradora: O professor quando avalia distingue os seus alunos e a avaliação tem que ser útil, tem que ser produtiva e tem que ter efeitos. É isso que nós defendemos, é isso que nós queremos e julgamos que com este tipo de avaliação, agora sim, se está efectivamente a avaliar.

É por isso que, Sr. Deputado, na maioria das falácias que aqui apontou, o Partido Socialista não se pode rever.

Efectivamente o trabalho colaborativo não está posto em causa e a própria avaliação formativa também não, porque ao longo de todo o processo ela está contemplada, simplesmente pode e deve traduzir-se numa notação, porque esta notação do professor condiciona também o sucesso dos nossos alunos, como o senhor bem sabe. Os professores excelentes condicionam para a vida os alunos e também transformam o sistema educativo regional.

É por isso que, na maioria das premissas que apontou, eu não estou nem posso estar de acordo consigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É para genericamente aplaudir e concordar com a intervenção do Sr. Deputado Paulo Rosa que, numa perspectiva, sobretudo, dos docentes, trouxe alguns aspectos que são importantes relativamente à reflexão sobre a educação.

Sobre este sector devo dizer que a comunidade educativa, as escolas dos Açores e os professores dos Açores depositam grandes esperanças na actual equipa responsável

pela educação e o PSD espera que da parte dessa equipa haja capacidade de corresponder a essas expectativas. Reconhecemos que os anúncios que foram feitos são positivos, vão no bom sentido e a nossa posição é de aguardarmos, vigilantes e expectantes, pelos desenvolvimentos e pelas propostas definitivas.

É, portanto, com satisfação que vemos que o tempo do autismo, o tempo duma visão persecutória sobre os professores, o tempo em que se acreditava que era possível fazer nos Açores uma escola contra os professores, esse tempo está a terminar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É verdade que o Presidente do Governo é o mesmo; é verdade que o anterior responsável por esta política ainda está no Governo e é também verdade que alguns deputados que antes defendiam afincadamente o anterior modelo ainda estão aqui, se calhar para defender agora as novas políticas com a mesma cara. Mas como a verdade deve estar acima de tudo e porque o que nos interessa é a verdade, as políticas e não a posição das pessoas, nós aguardamos expectantes essas alterações que se anunciam.

Agora, vestir hoje a pele da humildade, de dizer que hoje se reconhece que havia questões que estavam mal e que era preciso serem alteradas, isso é muito fácil. É que não foi à falta dos professores, das escolas, do PSD e de outras forças partidárias terem denunciado aquilo que era inexecutável no anterior modelo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

O Orador: ... e os senhores, teimosamente, sozinhos impediram que esse modelo fosse alterado atempadamente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não apoiado!

O Orador: É muito fácil pregar agora humildade quando há uns meses se defendia uma posição de absoluta intolerância e de absoluto fechamento a qualquer alteração.

Portanto, com a mesma cara, com a mesma naturalidade com que aqui defendemos que este modelo não era correcto, não era justo, precisava de ser mudado e era inexecutável, estamos hoje aqui, com a mesma cara, com a mesma naturalidade e como o mesmo respeito pela verdade, a dizer que temos muitas esperanças nesta equipa da Secretaria da Educação, que as escolas têm nela muitas esperanças e fazemos votos,

porque é isso que interessa, que o modelo de avaliação e o sistema de educação nos Açores possam receber essas alterações positivas que se avizinham, porque elas, sendo positivas, são boas para as escolas e se são boas para as escolas são boas para todos nós.

O que nós queremos é o bem das nossas escolas, dos nossos alunos e da nossa comunidade educativa e nunca nos calámos em denunciar aquilo que era impossível realizar no anterior modelo.

Por isso, com essa naturalidade e com esse à-vontade, estamos aqui hoje, como estivemos no passado e como vamos estar no futuro.

Vozes das bancadas do PSD e do PPM: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o PSD é óbvio que a educação é um pilar essencial da construção da nossa sociedade.

É através da educação que preparamos os jovens para a inserção plena no mundo do trabalho, mas é também através da educação que preparamos os jovens para o exercício pleno da cidadania, que tanto esta Câmara se tem lamentado pelo facto dos jovens estarem, de certo modo, alheados da vida política e consequentemente do exercício da sua cidadania plena.

A razão para esta curta intervenção tem a ver, sobretudo, com a maior das falácias e a maior das falácias é dizer precisamente que a avaliação anterior era uma falácia.

Como se sabe há neste momento professores nas escolas, precisamente os mais antigos, que fizeram inclusivamente um exame de Estado para acederem à carreira.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: Se houve falácia, é preciso que isso se diga e que fique bem claro que essa falácia teve a sua origem no poder político, porque os professores o que fizeram foi precisamente cumprir com a avaliação proposta pelo poder político.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: Portanto, digamos que é desonesto intelectualmente dizer-se que a avaliação era uma falácia.

A Sra. Secretária já disse aqui que não há modelos de avaliação perfeitos e eu partilho plenamente desta ideia.

Agora eu também gostava de saber por que é que no anterior modelo não se regulou, por exemplo, o muito bom? Era importante que isso tivesse sido feito, porque aí, se calhar, estaríamos perante outra avaliação.

Quero dizer-vos ainda que o professor para progredir tem que fazer acções de formação, tem que passar, tem que fazer relatórios sobre essas mesmas acções e tem que fazer trabalhos.

De qualquer dos modos, para nós e para os professores em geral, já existem de facto sinais de que há uma grande esperança nesta nova equipa, ao contrário do que tinha sido no passado recente. Independentemente de estarmos perante o mesmo Presidente do Governo as expectativas são grandes e esperamos que a Sra. Secretária e a sua equipa consiga, de facto, devolver a motivação essencial para que todos nós consigamos preparar os jovens para o futuro, porque é isso que nos interessa. Para nós são as pessoas que efectivamente nos interessam.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tom da intervenção que eu proferi nesta Casa foi, no nosso entender, um tom de apoio e motivação à Sra. Secretária e às negociações por ela encetadas neste momento com as estruturas sindicais, porque pensamos claramente que está no bom caminho e partilhamos as expectativas já aqui proferidas por vários Srs. Deputados.

Com o devido respeito à Sra. Deputada Cláudia Cardoso, —obviamente que temos as nossas diferenças nesta matéria, eu respeito as suas e tenho a certeza que respeitará as

minhas – devo dizer-lhe que o atestado de menoridade que passou ao anterior modelo de avaliação não lhe fica bem, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... porque, além da classificação que era utilizada maioritariamente, havia outras classificações disponíveis. Se não eram aplicadas, haverá obviamente razões para isso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Está enganado.

O Orador: Pode haver desconfianças em relação à seriedade como o processo era feito, são legítimas, mas qualquer modelo de avaliação é susceptível de gerar suspeitas.

Nós estamos com grandes expectativas em relação ao próximo e vamos ver se será ou não gerador de suspeitas.

Já agora queria deixar aqui um desafio a esta Casa, que o nosso colega Rui Ramos já tocou ao de leve, embora noutra vertente, é que se há, de facto, professores medíocres, como a Sra. Deputada afirmou, tenha-se a coragem de rever os mecanismos de habilitação para a docência no ensino superior, uma vez que eles são certificados, a formação deles é validada e, portanto, estão no mercado do trabalho com toda a legitimidade.

Obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É para também acrescentar mais alguns aspectos que me parecem importantes neste debate.

Os Srs. Deputados perceberam, com certeza mal, aquilo que eu disse.

Em primeiro lugar, o modelo de estatuto que fizemos aprovar aqui no ano que passou, foi um modelo pioneiro, audaz, ousado e que, do nosso ponto de vista, em termos estruturais, e eu disse-o, tenho a certeza, era um modelo adequado.

Acontece que nós também, e isso é um mérito nosso que não nos podem retirar, para além dessa ousadia tivemos a capacidade de, reflectindo sobre um ano da sua aplicação, o alterarmos em aspectos que poderiam ser melhorados e isso é sempre meritório e deve ser sempre assim que as coisas funcionam.

Um governo deve sempre prever a aplicação, se essa aplicação sofrer alguma performance menos boa, deve sempre ser alterada do ponto de vista da sua eficácia. Isto para mim é óbvio e é evidente que todos os governos devem prever a sua acção desta forma.

Portanto, que fique claro a coragem que o governo teve na altura de o promover de forma diferenciada daquele que era e ainda é o Estatuto da Carreira Docente Nacional. Por outro lado, coisa diferente foi a dificuldade que os senhores sempre tiveram em assumir que esse estatuto era efectivamente não só diferente, mas melhor do que o nacional. Sempre tiveram dificuldade em assumi-lo.

Mais:

Os próprios senhores peticionários não compreenderam, por exemplo, o curso dos trabalhos da Comissão e que, ao pretenderem a revogação deste modelo, estariam a aplicar na Região aquele que vigora a nível nacional.

É este reconhecimento que também era bom que fosse feito ao Governo Regional e que a oposição nunca foi capaz de fazer.

O Sr. Deputado Costa Pereira do PSD veio dizer que o PSD já tinha previsto tudo o que era as dificuldades deste modelo e eu tenho que corrigi-lo Sr. Deputado Costa Pereira, porque efectivamente o PSD fez o que sempre faz: como a iniciativa era do Governo do PS era má por natureza e, portanto, o que o PSD achou que era correcto na altura foi apresentar umas alteraçõezinhas que, como já tive oportunidade de dizer, não eram nada, passava-se a avaliação, se bem me recordo, de um ano para de dois em dois anos, mexia no Estatuto do Trabalhador Estudante e pouco mais. Minudências, Sr. Deputado!

Deputado Costa Pereira (PSD): Nem essa os senhores fizeram!

A Oradora: O próprio Governo, com as alterações agora propostas, vai muito para além disso e mexe em aspectos que revelaram, do ponto de vista da sua aplicação, dificuldades, coisa que os senhores nunca propuseram e nunca fizeram, até porque o que os senhores gostam muito de fazer é ver o que é que os sindicatos dizem, – muitas vezes nem são os professores – pegam num artigo ou dois e vamos propor ao parlamento que se altere de acordo com o que os sindicatos propõem.

Srs. Deputados, a este respeito nós estamos de consciência tranquila e falamos de boca cheia em matéria de humildade.

Nós não temos nenhum pejo em reconhecer que em certos aspectos a aplicação foi difícil, foi conturbada e é por isso que a vamos alterar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Fica-lhe bem reconhecer que erraram!

A Oradora: Não se trata de incoerência, trata-se de boa política e de boas práticas, coisa que os senhores quando foram governo nunca foram capazes de fazer.

Muito obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, havia mais inscrições, mas já atingimos as 13,00 horas, tempo regimental de funcionamento da manhã.

Vamos interromper os nossos trabalhos e recomeçaremos pelas 15,00 horas com a Agenda da Reunião.

Muito obrigado.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que ocupassem os vossos lugares.

Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 5 minutos)

Estávamos no debate do **Projecto de Resolução – “Constituição de uma Comissão de Inquérito às obras da Fajã do Calhau”**, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Não sei se há mais intervenções. Creio que não.

Assim sendo, podemos passar à votação deste Projecto de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 14 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata votou a favor do Projecto de Resolução da constituição desta comissão de inquérito convicto das razões que expressou no debate, as quais foram reforçadas pela dúvida suscitada pela intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas e cuja transcrição me foi entregue pelos serviços da Assembleia, conforme requerido, e essa transcrição confirma as dúvidas quanto à utilização de dinheiros públicos e passo a citar “... na contratação de maquinaria para reforço das máquinas dos recursos florestais, o qual anda à volta dos 50 mil euros”.

Portanto, há um conjunto de contratações de aquisições de bens e serviços feitos de maneira que não se conhece e que custaram 650 mil euros ao erário público e que vem reforçar a nossa convicção de que esta Comissão de Inquérito deveria ter sido aprovada para se esclarecer esta como outras questões relativas ao impacto ambiental da obra, ao famoso controle das plantas infestantes na área, tão anunciado pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, que por si só é hilariante, além de que há uma necessidade também de se perceber quanto vai custar mais esta obra, quais são os utilizadores deste caminho, a que é que se destina e que finalidades prossegue.

Nenhuma destas questões foi esclarecida neste debate,...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Foram todas esclarecidas!

O Orador: ... daí o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata ter votada a favor do Projecto de Resolução de criação desta comissão de inquérito.

Para que não haja confusões, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não põe em causa a construção de um caminho de acesso à Fajã do Calhau. O que o Partido Social Democrata põe em causa é a construção deste caminho nestas condições, com estes impactos e com este aspecto de obra clandestina que não fica bem ao Governo, nem serve o interesse público.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Hermâni Jorge.

(*) Deputado Hermâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra este Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda que visava a criação de uma comissão de inquérito às obras da Fajã do Calhau, pelos motivos que já ontem explanou, designadamente pela desproporcionalidade da medida relativamente aos objectivos pretendidos e também pela forma mal articulada e errónea como alguns dos seus considerandos foram apresentados.

Porque o Partido Socialista preza a transparência, aliás tem sido essa a nossa tradição e será sempre essa a nossa postura, apresentámos, conforme ontem foi anunciado e fizemos entrar na Mesa com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, uma proposta que recomenda à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, comissão permanente especializada em razão da matéria, para avaliar os impactos dessa obra e relatar no prazo de 45 dias ao plenário as suas conclusões.

Regista também o Partido Socialista, com agrado, a inversão de discurso do PSD que hoje numa declaração de voto quase que vem justificar o arrependimento de terem informado ontem que votariam contra a criação da Comissão de Inquérito.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Deputado não conhece o regime de aquisição de bens e serviços, nem ouviu o que eu disse!

Presidente: Não havendo mais declarações de voto, passamos ao ponto seguinte que é exactamente, de acordo com a Conferência de Líderes ocorrida esta manhã, o debate sobre o Projecto de Resolução apresentado pelo Partido Socialista.

O Projecto de Resolução foi já anunciado esta manhã na correspondência, bem como a sua urgência.

Assim sendo, dou a palavra a um dos apresentantes para justificar o pedido de urgência e dispensa de exame em discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os fundamentos do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão constam do requerimento.

Considerando que esta matéria já foi apreciada em sede de comissão e debatida também ontem neste plenário, cremos que a Assembleia está em condições de poder passar à apreciação do Projecto de Resolução do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda está absolutamente disponível para votar a favor desta proposta do Partido Socialista.

A única crítica que temos a fazer é o facto de ter sido preciso uma proposta “excessiva e leviana” do Bloco de Esquerda para que, finalmente, houvesse uma comissão parlamentar que possa apurar todas as circunstâncias desta obra.

Agora, eu gostaria de perguntar se esta comissão que vai proceder à avaliação dos impactos da obra referida, esta avaliação dos impactos inclui ou não nomeadamente a existência ou não do projecto da obra e do respectivo orçamento, a fauna e a flora endémica que está a ser afectada, os trilhos pedestres...

Presidente: Sra. Deputada, permita-me que a interrompa. Nós estamos apenas a debater o pedido de urgência, ou seja, se esta câmara concorda que o projecto seja já votado sem baixar à respectiva comissão.

Se porventura deliberarmos neste sentido, então, sim, iremos discutir a substância do Projecto de Resolução do Partido Socialista e, portanto, haverá tempo para essa intervenção.

A Oradora: O Sr. Presidente desculpar-me-á, mas eu presumi que um voto tem que ser um voto em consciência e, portanto, eu não posso votar sem primeiro ver esclarecidas algumas das minhas questões, porque a minha decisão de voto depende das respostas que obtiver a estas perguntas.

Se esta comissão englobar as questões que estava a começar a mencionar, o voto do Bloco de Esquerda será absolutamente favorável. Se não englobar e for apenas uma questão de cosmética, o voto será negativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Eu apenas esclareço a Sra. Deputada que neste momento vamos votar apenas o pedido de urgência e só depois discutimos ou não o diploma e votaremos naturalmente a sua substância, onde a Sra. Deputada, como todos os outros, terá oportunidade de manifestar a sua opinião e o seu voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É para sinalizar que o Grupo Parlamentar do PSD votará a favor da urgência sendo certo que este pedido de urgência sinaliza, nesta matéria, a atitude do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que em vez de agir, reage, reage à iniciativa do Bloco de Esquerda e não teve nunca a preocupação de esclarecer e fundamentar aquela que é a polémica relativamente à obra da Fajã do Calhau.

Seja como for, porque tarde é o que nunca vem, o Grupo Parlamentar do PSD vota a favor da urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP votará a favor deste processo de urgência, até porque as comissões são especializadas e são especializadas para averiguar aquilo que está sob a sua alçada.

Como tal a CAPAT, Comissão que tem delegações sobre esta matéria, fará esse trabalho e mais uma vez afirmamos que o CDS/PP votará a favor do processo de urgência.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem também a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que a Representação Parlamentar do PPM votará a favor deste processo de urgência, tendo em conta que subscrevo inteiramente aquilo que foi aqui dito pelo Sr. Deputado Bolieiro: Os senhores vão a reboque do Bloco de Esquerda nesta questão.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação do processo de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte, **Projecto de Resolução – Encarrega a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho da ALRAA de, no âmbito das suas funções de acompanhamento de actividade política e administrativa, proceder à avaliação dos impactos da obra do caminho de acesso à Fajã do Calhau, na Freguesia de Água Retorta, Concelho da Povoação, em S. Miguel**, apresentado pelo Partido Socialista.

Foi deliberado em Conferência de Líderes, apesar da urgência e do regime de tramitação procedimental neste Parlamento poder ser o 132º, que seguiríamos o regime estabelecido nos artigos 92º e seguintes.

Assim sendo, começo por dar a palavra, para uma primeira intervenção, por um período máximo de 20 minutos, à Sra. Deputada Catarina Furtado.

(* **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Uma primeira nota para dizer que não é reacção, é acção na medida que nós achamos adequada.

Deputado Hernâni Jorge (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Fica este primeiro registo.

Como ontem foi aqui já referido por nós, o PS é um Grupo Parlamentar preocupado, desde a primeira hora, com as questões ambientais e visando o esclarecimento e no prosseguimento desta nossa postura e preocupação, trazemos aqui a proposta de elaboração, em sede própria de Comissão existente neste Parlamento, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, de um relatório que vise esclarecer e mostrar a transparência do processo que decorre na construção do caminho de acesso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A gente vai ver depois. Não tire conclusões precipitadas.

A Oradora: Neste sentido e a bem desta transparência que pugnamos desde sempre e de esclarecimento dos açorianos e das açorianas sobre essas matérias, o Partido Socialista propõe que em sede de Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, no âmbito das suas competências, seja feita uma avaliação dos impactos da obra do caminho de acesso à Fajã do Calhau, na Freguesia de Água Retorta, no Concelho da Povoação, em S. Miguel e que esta Comissão elabore um relatório contendo as diligências efectuadas e respectivas conclusões a apresentar ao plenário num prazo de 45 dias, após a aprovação do presente Projecto de Resolução.

É esta a nossa proposta para vermos aqui esclarecidas as dúvidas que o Bloco de Esquerda levantou, as dúvidas que possam estar para além disso e que nós queremos, com transparência, que sejam esclarecidas a bem da governação do Partido Socialista.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A bem dos Açores!

Presidente: Muito obrigado.

Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Reafirmo neste debate agora da própria Resolução, e já não do processo de urgência, e com a solenidade que é devida, Sr. Deputado Artur Lima, que esta é a típica opção reactiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não só pela reacção que envolve

a iniciativa do Bloco de Esquerda e demonstrada no meu argumento no debate da urgência, como também pela metodologia que há muito venho criticando nesta Casa. Não faz sentido, em minha opinião, e ainda para mais sob a forma de resolução, que o Parlamento encomende a si próprio trabalho. Isto é o que o Partido Socialista propõe ao Parlamento. Propõe ao Parlamento que se proponha fazer, através da Comissão, um trabalho que podia ser feito pela Comissão. A própria Comissão e os seus membros poderiam optar e deliberar no sentido de fazerem aquilo que esta resolução aqui propõe.

Deputado Hernâni Jorge (PS): A Comissão de Inquérito pretendia o quê?

O Orador: Portanto, se dúvidas havia de que esta era uma reacção e não uma acção, até por essa via fica demonstrado à sociedade que é uma reacção e uma reacção em tempo para poder ser tempestiva. Não se espera por uma reunião da CAPAT para que ela própria possa deliberar incumbir-se desse trabalho, mas é em plenário que se debate, no período legislativo, a iniciativa do Bloco de Esquerda, e se propõe que o plenário determine esse trabalho à Comissão.

É por isso uma reacção, uma reacção feita no tempo, porque é meramente reactiva e quis ser, de forma habilidosa, uma reacção tempestiva ao momento e ao período do debate que a iniciativa do Bloco de Esquerda propôs.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu nesta intervenção quero falar também e sobretudo da substância, e a substância, para que fique claro pela minha parte e pelo Grupo Parlamentar do PSD, é de que um acesso à Fajã do Calhau por via da Freguesia da Água Retorta é útil, é necessário e satisfaz a vontade das populações.

Outra questão que fique também inequivocamente declarada, pela minha parte e pelo Grupo Parlamentar do PSD, é de que essa via de acesso deve obedecer a todas as condições de segurança dos seus utentes.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Foram duas fontes de inspiração: o Espírito Santo e o Pedro Moura!

O Orador: Feitos e esclarecidos estes pontos vamos ver o que é que afinal está mal, é denunciado e carece de fiscalização, carece de trabalho de investigação e de apuramento.

Deputado Helder Silva (PS): Para isso não é preciso Tribunal de Contas.

O Orador: O que é nitidamente uma situação chocante é a desproporção entre o objectivo pretendido e os impactos ambientais daquilo que aparenta ser uma obra mal concebida, mal realizada e ainda por cima com dificuldades financeiras não confessáveis.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Obra bem concebida e bem realizada!

O Orador: Então o que é que importa fazer, seja pela via da Comissão de Inquérito, a primeira iniciativa que neste Parlamento surgiu para se apurar a verdade e os procedimentos desta obra, seja por esta via, o Grupo Parlamentar do PSD quer ver esclarecido.

Se é verdade que quem não deve não teme, o primeiro sinal que o Governo e o Partido Socialista deram à proposta do Grupo Parlamentar foi que temiam e deviam por isso. Agora vamos ver se por esta via a maioria e a coragem da maioria será para apurar tudo o que tiver de ser apurado, sem pôr em causa a importância e a necessidade daquela obra para o acesso à Fajã do Calhau.

Mas o objecto desta resolução é modesto demais para aquilo que importa alcançar. Por isso, apesar do Grupo Parlamentar do PSD votar a favor, espera que a realização efectiva do trabalho que competirá à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho possa ser bem mais ambiciosa que o objecto desta resolução.

Sr. Presidente, que fique claro então estes itens: um Partido Socialista reactivo, a importância de uma obra, a necessidade da fiscalização da sua mesma realização e dos seus desproporcionados impactos ambientais que resultaram duma intervenção deficiente e desde logo, como dizia o meu colega Deputado Pedro Gomes, o apuramento das declarações pelos vistos precipitadas do Sr. Secretário quanto aos custos, à despesa e ao instrumento jurídico-administrativo utilizado para contratar as máquinas que foram efectivamente contratadas.

Muito obrigado.

Deputado Helder Silva (PS): Os esclarecimentos têm que ser bem utilizados. Se cada vez que ouvirem um número fizerem um teatro desses ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Preocupe-se com a sua bancada, Sr. Deputado Helder Silva.

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebi, por esta iniciativa, que o objecto deste Projecto de Resolução já está à partida pré-definido.

A Sra. Deputada Catarina Furtado o que disse foi especificamente isto: “é um relatório para mostrar a transparência”. Não é para averiguar, é para mostrar a transparência e, portanto, nesse sentido eu fiquei esclarecido, Sra. Deputada, em relação ao seu objectivo, em relação ao objectivo de encontrar aqui uma situação ...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Então se está esclarecido ...

O Orador: Sr. Secretário, tenha calma, não fique nervoso. Cada vez que eu falo fica nervoso. Tenha calma.

Agora que o Sr. Secretário do Ambiente está mais calmo, eu vou continuar aquilo que estava a dizer.

Esta questão é muito clara. O Partido Socialista quer aqui limpar esta questão, mas penso que, perante a opinião pública, a questão está, de facto, muito pouco explicada.

Aquele impacto ambiental é bastante visível e os senhores em relação à questão que o Bloco de Esquerda aqui conseguiu trazer, do ponto de vista político os senhores foram obrigados a reagir e da pior forma, foram a reboque dum partido que apresentou uma proposta, que a fundamentou e que os senhores não tiveram a capacidade de lhe responder e hoje respondem em total contradição ao que ontem disseram.

Eu lembro-me das palavras do Sr. Secretário Regional do Ambiente. O Sr. Secretário do Ambiente descreveu o melhor dos mundos.

Aquela intervenção foi uma intervenção exemplar e ainda por cima era necessária por causa das infestantes.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): O Sr. Deputado cite as coisas no seu contexto. Aprenda a citar. Foi isto que eu ouvi. Agora já estou a ficar nervoso!

O Orador: Sr. Secretário, o que eu lhe digo é que quem utilizou argumentos absurdos foi o senhor, foi o senhor que veio aqui falar de infestantes, ...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Vim falar com toda a razão!

O Orador: ... foi o senhor que veio aqui descrever a melhor situação do mundo e o que pudemos verificar foi que este quadro que os senhores pintaram não corresponde à realidade, senão não teriam apresentado esta proposta aqui hoje.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou abster-me de fazer comentários relativamente ao posicionamento, quer da bancada do Partido Socialista e mesmo até relativamente ao PSD da forma como hoje abordou esta questão.

Eu queria dizer que, mesmo considerando que este Projecto de Resolução é redutor quanto ao objecto, à dimensão e à importância que no espaço público regional em que se tornou o caminho de acesso à Fajã do Calhau, a verdade é que alguma coisa se vai fazer, mesmo considerando que esse objecto é redutor.

Eu vou abster-me de continuar a insistir com esta argumentação e apenas dizer que se consegue aqui, pelo menos, o reconhecimento desta câmara e dela dar sobretudo voz às preocupações dos açorianos relativamente à protecção do seu património ambiental.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Certamente muitos dos que aqui estão nesta sala não sabem o que é uma fajã, nem sabem tão pouco as necessidades das pessoas que frequentam as fajãs, nem qual é o contexto que tem para as pessoas uma fajã.

Eu sou de S. Jorge como todos sabem, sou de uma terra de fajãs onde toda a vida e desde que há governos se abre acessos a fajãs e sempre se abriram, nos governos do PSD e nos governos do PS, fajãs essas que na sua maioria não têm plantas endémicas, têm, sim, e concordo plenamente com o Sr. Secretário do Ambiente, plantas infestantes, nomeadamente as conteiras, os incensos, as faias, etc.

Como tal, o CDS/PP votou contra a criação da comissão que o Bloco de Esquerda pedia, mas vai ser exigente nesta Comissão para que sejam devidamente clarificadas todas as situações levantadas, em relação a custos, em relação a impactos ambientais, todos aqueles que foram levantados e para tal, e aí sim, esperamos que da parte do PS não haja qualquer tipo de bloqueio para que saíamos daqui devidamente esclarecidos e nisso, mais uma vez reafirmamos, vamos ser muito exigentes para que o relatório final, e temos 45 dias para o apresentar, seja devidamente clarificador, para que não se saia daqui com qualquer tipo de dúvida em relação à abertura do caminho de acesso à Fajã do Calhau.

Tenho dito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou concluir o raciocínio de há pouco e, portanto, peço um esclarecimento no sentido de perceber se esta comissão de avaliação do impacto desta obra inclui ou não as questões levantadas e expressas na nossa proposta de comissão de inquérito? Se não inclui, inclui o quê, pergunto eu e pergunta o Bloco de Esquerda?

É ou não é uma mera medida de cosmética? Queremos ou não ir ao fundo de todas as questões, no sentido do ganho de transparência e de absoluta clareza relativamente à iniciativa e às razões desta obra?

Vamos conseguir alcançar a existência ou não do projecto da obra e do respectivo orçamento, da fauna e da flora endémica que está a ser afectada, dos trilhos pedestres existentes e que desapareceram, do domínio da expropriação pública aos legítimos proprietários de alguns dos terrenos que envolvem a obra, da população a que serve

esta infra-estrutura, dos milhões que foram gastos ou não e quanto é que falta gastar, etc?

Portanto, a questão é esta: estamos a falar a sério ou estamos a brincar? Se estamos a falar a sério estas são as questões que importa esclarecer, independentemente de ser uma comissão de inquérito ou outro tipo de comissão ou de instrumento.

Aliás, foi o próprio Grupo Parlamentar do Partido Socialista que ontem disse isso mesmo, que não era preciso uma comissão de inquérito para avaliar e alcançar todas as respostas a estas questões. É este o momento de provarem que vamos responder a estas questões ou não.

Portanto, o sentido do voto do Bloco de Esquerda estará exactamente dependente da resposta a esta questão: se vamos, de facto, fazer um trabalho a sério, com respostas a estas questões, só podemos votar a favor. Se estamos a fazer uma operação de cosmética, não será esse o caso.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Antes de prosseguirmos o debate, gostava de informar que nas nossas galerias temos, e honra-nos com a sua presença, o Dr. Borges de Carvalho, antigo e um dos primeiros deputados desta Casa, bem como o Curso de Comércio da Escola Profissional da Horta. A todos a saudação desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Vamos prosseguir. Está inscrito para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Hernâni Jorge. Tem a palavra para o efeito.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para três ou quatro esclarecimentos, na sequência das intervenções precedentes, começando por dizer, de uma forma muito clara, que o Partido Socialista não brinca às comissões e principalmente não brinca com comissões de inquérito.

O Partido Socialista faz uma proposta que considera de bom senso, adequada e proporcionada às questões que a obra do caminho da Fajã do Calhau suscita aos açorianos, à generalidade daqueles que se preocupam com estas questões.

Uma questão e um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Quando ontem e hoje volta a reincidir na sua estranheza quanto ao facto do plenário recomendar a uma qualquer comissão que exerça o mandato, então Sr. Deputado José Manuel Bolieiro a aprovação do projecto do Bloco de Esquerda relativamente à comissão de inquérito recomendava a quem para fazer o quê? A algum organismo externo ou não seria uma recomendação a deputados desta Assembleia?

Registamos também com agrado, conforme disse há pouco, mas agora no debate de substância desta matéria, a clara evolução do PSD desde ontem até hoje, apoiando de uma forma inequívoca e sublinhando o apoio à obra do caminho da Fajã do Calhau. O que se terá passado durante a noite? Certamente terão tido bons conselheiros. O sono terá sido um bom conselheiro para a bancada do PSD.

(Aplausos da bancada do PS)

Uma nota de esclarecimento à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Sr. Deputado tem manifestado neste debate e no de ontem algum desconhecimento, o que é natural e não o levamos a mal, relativamente às questões ambientais. Sr. Deputado, impacto ambiental negativo é uma coisa substancialmente diferente de qualquer aspecto visual mais ou menos chocante aos olhos e à perspectiva de qualquer um de nós e, portanto, esse é um aspecto que o Sr. Deputado não percebe, essa é uma distinção que o Sr. Deputado não fez e que, quando tratamos de coisas desta ordem, temos que fazer.

Impacto ambiental negativo não é um aspecto visual mais ou menos chocante aos olhos do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Relativamente às questões que foram colocadas sobre o objecto da nossa resolução creio que ele é claro. A resolução, aliás, está redigida de uma forma simples e muito objectiva e a CAPAT assume, em nome da bancada do Partido Socialista e enquanto

presidente desta Comissão, que cumprirá integral e escrupulosamente o seu mandato, em respeito por este plenário e em respeito pelo povo açoriano que nos elegeu.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O meu pedido de intervenção neste debate é para garantir a todos os Srs. Deputados, e em especial àqueles que compõem a Comissão que agora foi proposta, toda a diligência, toda a abertura para dar as informações, para ceder todos os elementos relativos à obra de acesso à Fajã do Calhau, porque não temos nisso qualquer temor. Tudo o que os senhores quiserem será esclarecido.

Posições de princípio relativamente à obra todos nós podemos ter. As opções foram tomadas e a nossa principal preocupação foi de dotar a maior fajã dos Açores de um acesso em condições e em segurança para as populações que dela se servem, que nela exercem actividades ou que nela pura e simplesmente vão passar os seus tempos livres. Foi esse o grande objectivo desta obra.

Terão toda a disponibilidade do Governo e da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, por parte da Direcção Regional dos Recursos Florestais e de todo o Departamento do Ambiente para vos dar todos os esclarecimentos, todos os elementos que quiserem relativamente às obras da Fajã do Calhau.

Não gostamos, porém, é que se faça afirmações completamente gratuitas como aquelas que perguntam: Quem é o dono da obra? Como se o dono daquela obra não estivesse visível aos olhos de todo o povo açoriano.

Obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro** (*PSD*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Instigado pela intervenção do Deputado Hernâni Jorge, devo dizer que ela me surpreendeu muito pela negativa, porque lhe concedo conhecimento jurídico e parlamentar para poder fazer melhor do que aquilo que aqui expressou.

Na verdade, confundir uma resolução que recomenda um trabalho a uma comissão parlamentar desta Casa com uma resolução que é criadora de uma comissão, é não conhecer o Regimento desta Casa, é não conhecer o Estatuto Político-Administrativo, nem conhecer o efeito jurídico da diferença entre uma coisa e outra.

Por isso, Sr. Deputado, percebo que a precipitação de reagir à minha intervenção o tenha levado a dizer o que não pensa e o que sabe ser diferente do que disse e, portanto, Sr. Presidente, relevo esta questão.

A criação de uma comissão é confuso para quem não está atento ou não consegue compreender o alcance do declarado. Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, o defeito não é do emissor, pode ser é do receptor.

Sr. Deputado Hernâni Jorge não pode comparar aquilo que hoje fazemos, e até podia seguir a fórmula de deliberação, como, aliás, sempre defendi, e far-me-á justiça de confirmar que sempre defendi que esse tipo de opções do plenário devia ser feito sob a forma de deliberação e não sobre resolução, mas o que o senhor acabou foi sempre por confirmar em cada uma das suas palavras que o que pretenderam foi reagir tempestivamente.

Por isso é que, em vez de ser a comissão a deliberar esse trabalho por iniciativa própria, o que quis foi fazer isso para poder reagir.

Este é o primeiro ponto que quero clarificar quanto à minha intervenção e à opção que defendo relativamente à criação de uma comissão, que é coisa bem diferente e é um direito constitutivo que ao plenário compete e só a ele; a outra é, terminados os trabalhos que possam ser feitos por recomendação do plenário, na minha opinião via/deliberação, ou por iniciativa própria da comissão. É assim que é rigorosamente entendido.

A segunda nota, Sr. Deputado, ao contrário do Partido Socialista, no debate da educação que a propósito da intervenção do Sr. Deputado do PP fez, nós não trocamos de posição, nem hoje defendemos com vigor o que defendemos contraditoriamente ao que ontem defendíamos quando antes na anterior legislatura e com o membro do governo na área da educação, o Grupo Parlamentar defendia uma coisa quanto ao sistema de avaliação e arreigadamente hoje defende o seu posto da mesma forma. Não é isso que se passa aqui com o Grupo Parlamentar do PSD. Nós mantemos a mesma

posição com toda a clareza. O Partido Socialista não, o Governo também não e mais, nem sequer no seio do Grupo Parlamentar os deputados, também eles cidadãos, que têm opinião e que expressam fora de opinião cibernética, dirão a mesma coisa que o Grupo Parlamentar ou o que o Sr. Deputado aqui disse a propósito da obra da Fajã do Calhau e mais não direi.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Pura especulação.

O Orador: Se for necessário justificar, eu ou o meu colega Pedro Gomes teremos oportunidade de esclarecer.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para responder aqui ao Sr. Deputado Hernâni que me acusou de desconhecimento.

Eu através de um aparte pedi-lhe para dar um exemplo. O senhor não deu e, portanto, não conseguiu provar esse alegado desconhecimento de que eu teria dado provas.

O que eu já verifiquei ao longo deste debate é o vosso desconhecimento em relação a muitas matérias, porque ainda hoje o seu líder de bancada falou em autos de fé ...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Actos de fé, Sr. Deputado. Não é autos de fé!

O Orador: ... quando queria exactamente fazer ao contrário em relação à matéria que tinha a ver com a liderança do Partido Social Democrata.

Portanto, se falamos de ignorância e de desconhecimento, é da vossa bancada que se inicia esse pecado original.

Gostaria também de dizer que a minha posição, Sr. Deputado Hernâni, é de que eu considere e continuo a considerar que o Partido Socialista, em relação a esta proposta que traz, é absolutamente incongruente com a descrição que foi realizada ontem em relação às obras que estavam a ser realizadas.

Ontem o que aqui foi confirmado pelos responsáveis governamentais foi de que tudo era o melhor dos mundos, que ali não existia a menor suspeição e que as coisas estavam a decorrer bem.

Assim sendo, e não existindo dúvidas ao Partido Socialista nem ao Governo, não vejo a necessidade de apresentar este projecto de resolução. É esta a incongruência que eu vos demonstrei. É este o vosso desconhecimento.

Obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não disse o que o Sr. Deputado Hernâni Jorge diz que disse, porque o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não apoia **inequivocamente** esta obra. O que nós dissemos aqui foi que apoia a necessidade da construção de um caminho que ligue a Fajã do Calhau e, portanto, não apoia inequivocamente esta obra.

Aliás, em relação a esta obra, o Grupo Parlamentar do PSD e outros grupos e representações parlamentares têm dúvidas sobre a sua concretização.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): O senhor está contratado para engenheiro.

O Orador: Sr. Deputado Hernâni Jorge, deixe-me que lhe diga o seguinte: ficámos desvanecidos com a preocupação que V. Exa. tem em relação ao Grupo Parlamentar do PSD e às supostas mudanças de opinião durante a noite. Ficámos desvanecidos e agradecemos, mas V. Exa. não precisa preocupar-se com o Grupo Parlamentar do PSD. Acho que V. Exa. deve preocupar-se com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com as dúvidas que este processo suscita no vosso Grupo Parlamentar, com as dúvidas fundadas de alguns deputados socialistas quanto a esta matéria e quanto a isto vou ler-lhe o que escreveu um ilustre deputado desse Grupo Parlamentar:

“Este episódio é uma intervenção infeliz e que mancha o bom trabalho que tem sido desenvolvido pela Secretaria do Ambiente nos Açores. Convinha que esta situação fosse devidamente explicitada.” Quem o escreve é o Sr. Deputado Alexandre Pascoal nas vestes de cidadão. Pelos vistos, como Deputado pensa coisa diferente.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

Deputada Catarina Furtado (PS): Em que é que isso invalida a vossa posição?

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, desde o início e desde que o projecto de resolução do Bloco de Esquerda, visando a criação da comissão de inquérito, foi apresentado, tem mantido a mesma posição, uma posição coerente.

Consideramos aquela iniciativa de criação duma comissão de inquérito desproporcionada ao objectivo que se pretendia alcançar.

Temos toda a disponibilidade para esclarecer as dúvidas que eventualmente existam, porque quer o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quer o Governo Regional primam pela transparência e pela informação aos cidadãos e àqueles que nos elegeram. Este é um aspecto que para nós é fundamental e que tem estado presente desde o início desta questão.

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, inverteu V. Exa. dizendo que, pelo menos, uma deliberação desta Casa deveria existir. Assim teria de ser, porque nenhuma comissão desta casa podia tomar uma iniciativa de apresentar um relatório ao plenário sem que fosse mandatada por este plenário, Sr. Deputado, aliás, é o que diz a alínea c) do artigo 42º do nosso Regimento quando diz que: “Compete às comissões permanentes inteirar-se dos problemas políticos e administrativos que estejam no seu âmbito e fornecer à Assembleia quando esta o julgue conveniente”...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é nada disso.

O Orador: ... ou seja, a Comissão de Assuntos Parlamentares ou outra comissão qualquer não poderia analisar uma problemática destas e trazer essa informação ao plenário sem que o plenário o julgasse conveniente.

É isso que sustenta o Projecto de Resolução do Partido Socialista, é isso que, face às dúvidas suscitadas pela iniciativa do Bloco de Esquerda, face às dúvidas suscitadas por alguns cidadãos desta Região, ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente da CAPAT, não diga uma coisa dessas!

O Orador: ... o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer ver essas dúvidas esclarecidas, sublinhando aquilo que já foi dito por parte da bancada do Governo e que tem sido dito por parte da bancada do Partido Socialista, que esta é uma obra necessária para acabar com o risco de acesso à Fajã do Calhau, que se faz neste momento pelo Faial da Terra, dando às populações um acesso àquela fajã, desde há muito desejado, em condições de segurança e com os impactos ambientais mínimos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Já está a tirar conclusões!

O Orador: Aliás, como vamos ver e como certamente teremos a oportunidade de verificar, a solução de recuperação daquele espaço e daquela encosta melhorará, do ponto de vista ambiental, aquilo que lá existia e que mais não eram, como disse o Sr. Secretário do Ambiente ontem e bem, do que espécies invasoras, designadamente incenso.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado vai-me desculpar, mas eu vou ter que lhe dizer qualquer coisa como isto: eu pensei que o relatório desta comissão só estaria concluído e apresentado neste plenário daqui a 45 dias.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Pareceu-me que ele já estava concluído e que o Sr. Deputado estava a fazer a sua apresentação no preciso momento em que terminou a sua intervenção.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não se encontra esclarecido relativamente às questões que levantou na sua última intervenção, mas está disposto a dar o benefício da dúvida e a fazer boa fé nas palavras do Sr. Secretário Regional e na sua garantia de total disponibilidade do Governo Regional para esclarecer e responder a todas as questões levantadas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não tenha dúvidas.

A Oradora: Sendo assim, daqui a 45 dias ...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Antes, Sra. Deputada.

A Oradora: ... quero crer que só nessa altura é que o relatório estará concluído e então avaliaremos essa boa vontade e a isenção desta comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

(*) Deputado Alexandre Pascoal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço as amáveis palavras do Deputado Pedro Gomes.

Aproveito para elucidar o Sr. Deputado José Bolieiro que um blogue não é fórum cibernáutico e para além disso gostava de saber a data em que escrevi isso.

Deputado Pedro Gomes (PSD): 27 de Maio de 2008.

O Orador: Apesar disso, quero-lhe dizer que esta é uma bancada plural, coisa que não sei se acontece desse lado, mas tudo o que escrevi nessa altura defendo hoje em dia.

Portanto, a minha posição é clara e daí é importante realçar a posição do Partido Socialista em esclarecer a obra da Fajã do Calhau e todas as dúvidas que possam daí advir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: A questão que aqui se coloca é que estamos preocupados com questões menores e processuais e o que interessa aqui é realçar a atitude do Partido Socialista e não divergirmos para assuntos menores.

Não sei se o ambiente é da vossa parte uma questão fundamental. É assim para o Partido Socialista.

Presidente: O Sr. Deputado Hernâni Jorge pede a palavra para?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Para um esclarecimento, na sequência da intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares.

Presidente: De acordo com o artigo 92º do Regimento, são apenas duas intervenções.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, eu nunca usei da palavra para intervenções, usei sempre para esclarecimentos e tive sempre o cuidado de o referenciar antes. É nessa qualidade que volto a pedir a palavra

Presidente: Faça o favor. Tem três minutos.

(* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para um esclarecimento muito rápido.

A posição e o entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente a esta obra não o esconde, já o manifestou e reiterei-o há pouco.

Em parte alguma do nosso Projecto de Resolução se pode tirar qualquer indicação de conclusões relativamente ao que quer que seja. Já não se pode dizer o mesmo do Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda quando concluía nos considerandos: “É consenso generalizado que estamos perante um crime ambiental”.

Tenho dito.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação do Projecto de Resolução, apresentado pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte, **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Primeira alteração aos Estatutos da Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E. (APIA), aprovados pelo Decreto Legislativo Regional N° 24/2006/A, de 28 de Julho”**.

Para apresentar a proposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para apresentar de forma sucinta a Proposta de Decreto Legislativo Regional, que o Governo Regional traz a este plenário, contendo a primeira alteração dos Estatutos da Agência para a Promoção do Investimento dos Açores.

Trata-se estritamente de formalizar a alteração da tutela da Agência, fazendo-a transitar de um departamento do Governo Regional para outro. Tudo o resto se

mantém igual e por tudo o resto deve entender-se o quadro funcional, os propósitos, as atribuições e as competências.

Trata-se pois aqui de trazer, no que diz respeito a uma matéria orgânica, seja de organização interna do Governo e, portanto, da sua exclusiva competência em termos constitucionais e estatutários, a esta Casa para que ela seja conformada juridicamente, uma vez que os Estatutos da APIA têm a configuração ou formato jurídico de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As alterações de pormenor agora propostas aos Estatutos da Agência para a Promoção do Investimento nos Açores, decorrentes de alterações da orgânica do Governo Regional, não nos merecem grandes comentários, embora possam indicar o reconhecimento de um falhanço e uma conseqüente mudança de estratégia.

Todavia, não queremos deixar passar esta oportunidade para tecer algumas considerações sobre a utilidade e os resultados desta Agência.

É que se, por um lado, a captação de projectos de investimentos para a Região se nos afigura um objectivo importante e mais ainda na actual situação económica, nunca será substitutivo suficiente do necessário investimento de apoio às estruturas produtivas já existentes.

Por outro lado, pouco ou nada se conhece em termos de resultados práticos da criação da APIA, conhecemos, sim, avultados contratos-programa com o Governo Regional que tardam em dar frutos.

Não somos, por princípio, contrários à criação deste tipo de agências para captar investimentos, mas acreditamos que devem ser avaliadas à luz de um rigoroso balanço entre custos e benefícios.

Ora, a ausência pública de instrumentos provisionais e documentos de prestação de contas pela APIA impedem que se faça esta avaliação em termos de rigor, o que não aceitável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Importa que o Governo e nomeadamente o novo responsável pela tutela respectiva esclarecesse concretamente quais os objectivos para a Agência, quais as acções e áreas prioritárias e mesmo quais os critérios para a atribuição do estatuto de projecto de interesse regional.

Pôr outro lado, a avaliação dos custos desta estrutura afigura-se fundamental para a compreensão dos procedimentos e, naturalmente, para a transparência democrática.

Também nos preocupa que a atribuição da classificação de projecto de interesse regional possa servir para que o Governo se vá demitindo das suas responsabilidades sociais nucleares, nomeadamente na área da educação.

Importa fazer a clarificação política dos critérios para a atribuição deste estatuto, baseado numa visão estratégica de desenvolvimento dos Açores que tem faltado aos governos do Partido Socialista.

A Representação Parlamentar do PCP não deixará de acompanhar atentamente esta situação e de avaliar a actuação da APIA em função do que consideramos que devem ser os vectores fundamentais do crescimento da nossa economia.

Disse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente, quando pela primeira vez trouxe a esta Casa o diploma que permitia criar a APIA, dizia que a APIA tinha oito objectivos estratégicos: promover a captação do investimento de origem externa à Região, divulgar as potencialidades de investimento nos Açores, identificar e canalizar para entidades próprias a gestão dos sistemas de incentivos, acompanhar os processos de candidatura de investimento, propor e promover políticas e práticas de redução de custos de contexto na Região, tendo em vista a simplificação e fiscalização dos projectos de investimento, participar directa e indirectamente na gestão de parques industriais. Mas acrescentava também que nesse sentido pretende-se reforçar a produtividade e a competitividade das

unidades produtivas regionais, a valorização que se desenvolve com actividades essencialmente vocacionadas para os sectores de bens transaccionáveis, etc, etc.

Dizia ainda que se traduziria numa aposta em novos sectores de actividades emergentes que visam, por um lado aproveitar as vantagens competitivas decorrentes da localização geográfica dos Açores, bem como das infra-estruturas aéreas, portuárias e outras criadas que geram conseqüentemente uma competitividade externa da Região, conjugada com a sua localização geográfica.

Eu diria que se, passados dois anos, não assistíssemos àquilo que nós assistimos hoje, isso era um rol de excelentes intenções. Infelizmente a prática não é assim, a prática não demonstrou que todos esses objectivos, certamente interessantes, certamente que concorreriam para o desenvolvimento económico, a competitividade da economia dos Açores, certamente seriam objectivos meritórios.

O Vice-Presidente defendia na altura que a tutela da APIA na Vice-Presidência era para defender uma lógica interdepartamental, ou seja, o Vice-Presidente era uma espécie de director desportivo.

O PSD na altura afirmou e continua a afirmar que a criação da APIA não é mais do que a duplicação de serviços que já existiam na Administração Regional, na altura, sob a tutela da Secretaria Regional da Economia.

Na altura disse também que a criação da APIA era mais uma agência de empregos.

Perguntámos quais eram as metas e os objectivos que se pretendiam atingir com a criação da APIA e as respostas foram nenhuma.

Agora ao que é que se assiste? Assiste-se à constatação por parte do Governo Regional que os resultados que se pretendiam com a criação da APIA não foram atingidos, os resultados não foram interessantes.

Primeiro mudaram de treinador, alteraram e trocaram o Presidente da APIA. Agora mudam o director desportivo.

Costuma o nosso povo dizer que equipa que ganha não se mexe. A conclusão clara, cristalina dessa alteração de tutela da APIA da Vice-Presidência para a Secretaria Regional de Economia é a prova provada de que na Vice-Presidência a estratégia deste Governo falhou, o Vice-Presidente do Governo falhou e passa agora para a tutela da Secretaria da Economia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Secretário Regional da Economia fica agora com um brinquedo novo, mas já usado e tem que provar, junto dos seus pares, que é capaz de fazer melhor que o seu colega de Governo.

Aliás, essa prova vai constar no curriculum quando se tratar da sucessão de liderança no Partido Socialista, ou seja, se conseguir fazer melhor do que o Vice-Presidente, passa a perna ao seu colega e posiciona-se melhor; se conseguir fazer igual ou pior do que o seu colega, infelizmente, perdem os Açores e perdem os açorianos.

O falhanço desta APIA, da estratégia que foi definida por este Governo, é reconhecido pelo próprio Governo.

Como disse, equipa que ganha não se mexe.

Antes era na Vice-Presidência que era bom, porque era transversal, agora é na Secretaria Regional da Economia que antes, afirmado pelo Presidente do Governo, era promíscuo a colocação da APIA sob a tutela da Secretaria Regional da Economia há dois anos atrás. A transversalidade é que era importante. Como é que ficamos? Antes era a transversalidade, agora é a promiscuidade.

O PSD afirmou que a criação da APIA era um erro estratégico. O tempo veio dar razão ao PSD. Passados dois anos os resultados da estratégia desenvolvida por este Governo, através da APIA, estão à vista de todos e são inclusive confirmados pelo próprio Governo que altera, como disse há pouco, o director desportivo.

O PSD vem agora reclamar a razão que teve há dois anos.

O PS e o Governo, voluntária ou involuntariamente, vêm dar razão ao PSD.

Aliás, citando o primeiro Presidente da APIA, Monteiro da Silva, vem inclusive dar razão, muito depois da reclamação da razão que o PSD apresentou há dois anos, veio dar razão ao PSD, e dizia o primeiro presidente da APIA: “Em praticamente todo o mundo desenvolveram-se as agências com estas características nos anos 70, 80 e 90, mas a verdade é que o seu êxito não foi assinalável, porque normalmente o que conta mais é o investimento das pessoas que estão cá dentro”.

V. Exas. falharam com a criação da APIA, V. Exas. falharam com a criação das Ilhas de Coesão, V. Exas. e o Partido Socialista confirmam a razão daqueles que afirmam que o Partido Socialista e este Governo estão claramente em fim de ciclo.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A razão foi dada ao PSD. O Partido Socialista e o seu Governo vêm confirmar esta razão dois anos depois. Foi pena que esses recursos utilizados para a construção e desenvolvimento da APIA não tenham sido aproveitados doutra maneira. Perdeu-se dois anos.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César para uma intervenção.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vem no sentido de voltar a esclarecer o Sr. Deputado Jorge Macedo em relação ao assunto que está em discussão.

O que está em discussão nesta câmara não é o trabalho da APIA, o que está em discussão é, sim, a alteração estatutária da Agência para a Promoção de Investimento dos Açores de forma a adequar-se à nova orgânica do Governo Regional.

Se o Sr. Deputado tivesse lido o preâmbulo do Decreto Legislativo Regional, que foi analisado por nós em Comissão, teria reparado que isto decorre de uma alteração orgânica no próprio Governo.

É alterado e é criado a tutela do investimento externo, investimento externo que é transversal e, portanto, a transversalidade mantém-se, é posta na Secretaria da Economia.

Portanto, o que deu para perceber é que a cartilha estava feita e o senhor até falou das Ilhas de Coesão e daqui a bocado estamos a falar de sociedades de Ilhas de Valor,...

Deputado João Costa (PSD): Não era mal nenhum!

O Orador: ... ou seja, qualquer que fosse a forma como nós apresentássemos aqui, os senhores iam falar exactamente do mesmo.

Portanto, o que está aqui em causa é esta forma de concretizar a alteração que foi feita à orgânica do Governo, orgânica que os senhores criticaram.

Se os senhores querem fazer essa discussão não faltam fóruns de discussão para o fazer. Este não é o momento certo para o fazer.

Disse.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina para uma intervenção.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao diploma que é posto em cima da mesa em discussão neste momento e em discussão na Subcomissão de Economia, que teve lugar em Ponta Delgada, nós não temos muito a acrescentar em relação à alteração orgânica e isso foi referenciado na altura.

O que nós também reforçamos, em termos políticos, foi que a própria criação da Agência tinha sido um erro estratégico da parte do Governo Regional, da parte do Partido Socialista e é nesse sentido que eu vou também fazer algumas breves considerações.

A primeira consideração que eu faria tem a ver com o actual Sr. Presidente do Conselho de Administração da APIA que numa entrevista a jornal da Região fez as seguintes abordagens à actividade da Agência, que tem como título e passo a citar: “As intenções de investimento na APIA rondam os 500 milhões de euros”.

Entretanto, na entrevista, o Sr. Presidente da APIA assumiu a sua responsabilidade, e o seu querer puxar a situação para a verdade obrigou-o a fazer as seguintes declarações e passo a citar: “A nossa economia é muito pequena e não representamos nada para ninguém. Já estou ligado a isto há muito anos e posso dizer que o investimento do exterior para os Açores sempre foi difícil de conseguir. O único investimento que temos na Região é essencialmente madeirense e continental”. Sim, e continuo a citar: “O investimento estrangeiro é difícil”.

Mais abaixo diz: “Temos de pensar que somos apenas 250 mil pessoas e não se pode fazer planeamento com menos de 500 mil pessoas”.

Portanto, aquilo que eu vejo também é uma falta de entusiasmo e um, digamos assim, hastear da guarda perante as dificuldades de captar investimento externo, que era a bandeira principal da criação desta Agência.

Bem sabemos que o investimento externo à Região não é só investimento estrangeiro, seria, com certeza, também investimento do Continente e da Madeira, mas penso que seria muito benéfico para a Região, dentro da perspectiva de aposta num sector muito

importante que é o sector do turismo. A captação desse investimento estrangeiro seria essencial para o nosso desenvolvimento e aproximarmo-nos de níveis europeus de qualidade a esse nível.

Claro que ele fala aqui também na parte dos investimentos externos, que só serão benéficos e estimulantes para as empresas públicas que têm alguma dimensão.

Para isso, penso que não era preciso criar uma agência para se efectuar, digamos assim, a captação desse investimento externo, porque elas próprias só por si são apelativas.

Antes de finalizar, queria também fazer duas ou três considerações sobre aquilo que são os contratos-programa que este Governo já instituiu entre a Região e a Agência para o Investimento.

A primeira questão que eu quero aqui levantar, é uma questão de índole fiscal, porque nos dois contratos-programa assinados, um que tem a ver com a Resolução 150/2006 e outro com a Resolução 127/2008, a questão do imposto em sede de IVA não está esclarecida, está omissa naquilo que são os valores a transferir para a Agência para o Investimento. E queria aqui afirmar que a omissão da questão do IVA, neste diploma, não desobriga a APIA a liquidar o IVA no subsídio que lhe é atribuído.

Portanto, estamos a falar em proveitos de 2006 e 2007 que já totalizam 655 mil euros e dos quais nós não sabemos se foi entregue o respectivo imposto ao Estado. Penso que isso é uma questão fundamental quando o próprio Estado, perante os contribuintes, tem uma exigência fiscal a todos os níveis e não sabemos esse imposto foi liquidado em 2006 e 2007, porque no segundo contrato-programa frisa muito bem e passo também a ler esta parte que diz que “a verba global de 875 mil euros terá a seguinte decomposição: 530 mil euros será para o exercício de 2008, acrescida de IVA à taxa legal em vigor e os 345 mil euros já vêm do contrato-programa anterior”. E aqui a questão do IVA está e continua omissa.

Eu penso que é muito pertinente e urgente que esta questão seja esclarecida, porque nós acreditamos que para se exigir também temos que ser exigentes e para sermos cumpridores também temos que dar o exemplo a este nível.

Em relação ainda aos contratos-programa, o contrato-programa de 2006 refere, na sua parte da comparticipação financeira, que o valor de um milhão a ser atribuído à

Agência para o Investimento visa a actividade a desenvolver pela APIA no período de 1 a 31 de Janeiro de 2007, o qual se estima suficiente para cobrir os serviços prestados no âmbito deste contrato.

Ora, se formos ver as demonstrações financeiras de 2006 e 2007, que são aquelas que estão disponíveis, nós constatamos que desse milhão de euros, 148.042,06 foi para o exercício de 2006 e, portanto, para o exercício anterior daquilo que estava previsto no contrato-programa. Para 2007, 506.957,94 de proveito e diferido para 2008 345 mil euros.

A questão que aqui se coloca, e que a própria declaração anual de 2006 especifica muito bem, é a questão do subsídio à exploração e diz o seguinte: “Nos subsídios à exploração são reconhecidas as noções dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos relacionados”.

Portanto, a questão que se coloca é saber se os contratos-programa e o subsídio que está sendo atribuído à Agência para o Investimento tem exactamente a ver com o seu nível de actividade, com os seus projectos ou se é só para compensar custos, ou compensar aquilo que a Agência demonstra na sua ineficácia de actuação no mercado e nos quais, convenhamos, tem aqui custos relativamente pesados e só para dar um exemplo, posso dizer que, com cinco funcionários actualmente na Agência, temos um custo global, a nível do pessoal, de 323.236,77 euros e dos quais 87.964,55 é para o Conselho de Administração, no qual só tem um elemento executivo, que dá uma média de 6.238,18 euros por mês.

Na questão das rendas e alugueres temos um valor mensal de 3.450.00 euros.

Ainda por cima a empresa dá-se ao luxo de, não utilizando a parte do seu subsídio, aplicá-lo num depósito bancário que no ano de 2007 lhe rendeu 14.638,18 euros.

Para reforçar ainda mais o investimento feito na APIA, a nível de custos e de despesas, queria só fazer aqui referência também à questão do seu activo corpóreo. Nós sabemos que o capital social estatutário da APIA é de 50 mil euros e já foram investidos em activo corpóreo 125.622,78 euros e dos quais 57 mil são só para aquisição de equipamento de transporte, nomeadamente viaturas.

Portanto, com esse nível de investimento feito e com esse nível de despesa e de encargos que a APIA tem, é claro que os contratos-programa têm que ser também pesados e estamos a falar de um 1.500.000 euros aplicados nesta Agência nesses dois anos e meio de actividade.

Aquilo que, de facto, o CDS disse atrás continua a reafirmar: esta Agência ainda não provou a sua existência.

Na altura o CDS foi contra a criação da própria agência e, perante esses dados e os resultados que tem apresentado, continua a manter a mesma posição e, portanto, passar de uma tutela para outra, o caso é indiferente. Aliás, posso dizer que o anterior titular da tutela e o actual, que vai supervisionar a Agência, não estão aqui presentes, porque de facto não é do seu interesse discutir aqui essas matérias e por isso a nossa posição será naturalmente contra.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta questão eu vou cingir-me fundamentalmente ao objecto da proposta que aqui foi trazida ao plenário.

Em relação à alteração da tutela da APIA, considero que esta alteração se impunha. Não percebo é por que razão é que não foi esta a opção inicial.

Considero, evidentemente, que a tutela anterior foi decidida contra toda a lógica e, portanto, se a filosofia do Governo mudou em relação a esta questão, considero que mudou na direcção lógica.

Em relação à existência desta Agência para captar o investimento externo, considero que, do ponto de vista estratégico para os Açores, ela tem algumas potencialidades.

O que ficou demonstrado ao longo destas intervenções é que nestes dois anos não se atingiram os resultados expectáveis e, portanto, espero que daqui para a frente seja possível melhorar muito estes resultados e dar-lhe a rentabilidade e projecção estratégica que a ideia tem e que a Agência pode ter para o desenvolvimento económico dos Açores e para a captação dos investimentos que são tão necessários à nossa economia regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabem eu estive na Subcomissão de Economia sobre este mesmo diploma e na altura parecia-me que tinha ficado bastante claro, até porque alguns dos deputados, na altura presentes, estão aqui hoje e alguns até voltaram a falar hoje, que este não era o debate.

Eu percebi perfeitamente e disse-lhes: tenho imensa pena, mas esse debate que os senhores gostariam de fazer, com certeza que têm outros instrumentos para utilizar, têm outras ocasiões e até sejam activos e não reactivos como agora parece que está na moda dizer nesta Casa. Esperaram todos chegar aqui à Assembleia para depois aproveitarem o pretexto para voltarem a insistir com o mesmo debate que nós já sabemos que não é para fazer a propósito deste diploma.

Este debate é jurídico, técnico e não tem nada de político. As interpretações são, obviamente, possíveis para quem as queira fazer. A mim compete-me aqui explicar os propósitos da alteração e julgava que o tinha feito de forma clara, embora tenha pena que não tenha sido suficientemente clara para a atenção que me prestaram e para a capacidade de análise que fizeram desta nossa proposta.

Folgo, no entanto, em registar o pré-anúncio do voto favorável do Sr. Deputado Jorge Macedo, da bancada do PSD, uma vez que acabou a sua intervenção dizendo que nós íamos de encontro àquilo que o PSD sempre defendeu e, portanto, aguardo o anúncio oficial de voto favorável.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(* **Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria pelo fim da intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência, dizendo que o PSD nesta matéria vai votar de acordo com aquilo que os senhores vão ver quando chegar a hora.

Quando o senhor disse há bocadinho que se tratava apenas e só de uma alteração orgânica, o problema é mesmo esse, o problema é que os senhores estiveram errados durante dois anos, ...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... o problema é que o PSD afirmou por diversas vezes que a criação da APIA era pura e simplesmente a duplicação de serviços. Os senhores disseram que não, disseram que era preciso garantir a transversalidade e passados dois anos o que é que nós temos? Temos anunciado no site da APIA a privatização das cantinas das escolas secundárias e uma intenção de investimento numa escola secundária em S. Miguel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às intenções que eu anunciei no princípio, manifestadas pelo Sr. Vice-Presidente, isso é muito pouquinho, isso é quase nada, o que significa que se perderam dois anos com uma teimosia vossa, perderam-se dois anos a alimentar um organismo criado por V. Exas. e que na prática os resultados são fraquinhos.

Eu na altura perguntei ao Sr. Vice-Presidente quantos euros é que, passados seis meses, um ano, dois anos, a APIA conseguiu captar de investimento externo para os Açores. A resposta nunca veio. Aliás, veio na Comissão, e está lavrado em acta, e quando eu perguntei: e se trazer zero euros, o que é que faz ao Presidente do Conselho de Administração? Na altura a resposta foi: “Eu demito o Presidente do Conselho de Administração”, e depois no debate da altura tentou ser desmentido, mas na vossa bancada ainda hoje existem Srs. Deputados que podem testemunhar que aquilo que foi dito na Comissão de Economia era verdade. Os senhores fugiram sempre com o “*rabo à seringa*” para nunca dizerem quais eram os resultados que pretendiam obter.

O Sr. Secretário Regional da Presidência da altura, agora Sr. Secretário Regional da Economia que, aliás, tenho pena de não poder questioná-lo relativamente aos objectivos que ele espera atingir com a Agência sob a sua tutela, disse, referindo-se a mim, quando começou a sua carreira depois de acabar o curso também não sabia se ia ter ou não muitos clientes. Na altura também respondi que os senhores já levavam 10 anos de carreira e, portanto, não estavam em início de carreira.

O que nós verificamos e constatamos aqui, com esta alteração de tutela, é que os senhores foram teimosos, não quiseram entender o que é que era razoável, não quiseram perceber que se tratava claramente duma duplicação de serviços e passado dois anos nós estamos quase na estaca zero. Infelizmente foi isso que se passou.

Os senhores agora queriam também, não sei se a ausência do Sr. Secretário Regional da Economia também traduz isso, passar aqui com este diploma como “*gato por vinha vindimada*”, mas não é assim. Essa alteração de tutela reflecte, regista e assinala o insucesso de dois anos da APIA sob a tutela do Vice-Presidente do Governo Regional. Essa é que é a realidade. Os senhores podem escamotear todos esses pormenores e dizer que é apenas uma alteração de orgânica, mas não é.

Esta é uma questão política séria, porque o insucesso da APIA mede-se também pela vossa atitude agora de transferir para outro director desportivo ou de mudar de director desportivo, porque de treinador já mudaram e certamente mudaram para uma pessoa que é capaz de trazer investimento externo para a Região, mas acontece que a própria APIA, como dizia o primeiro Presidente, é um instrumento que já está ultrapassado e que foi votado ao insucesso por diversas vezes, em diversas situações, 10 anos antes.

Os senhores criaram a APIA 10 anos depois e recordo, na altura, que o primeiro Presidente da APIA tinha saído há pouco tempo da Presidência da EDA e claramente era necessário arranjar um emprego. Foi por isso que na altura nós dissemos que a criação da APIA podia também traduzir-se numa agência de empregos.

Os senhores falharam, o Vice-Presidente do Governo falhou e era muito importante para os Açores e para os açorianos que o Secretário Regional da Economia tivesse agora um melhor desempenho que teve o vosso colega Vice-Presidente do Governo.

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para além desta alteração orgânica, houve inúmeras alterações na Orgânica na passagem do IX para o X Governo Regional, como deve saber, e muitas delas não vieram aqui, aliás não tinham que vir, porque esta matéria é, e volto a frisar, estatutariamente da responsabilidade exclusiva do Governo Regional. Isso significa que as opções que são feitas, em termos estratégicos, em termos técnicos ou até em termos táticos, se quiser, são da responsabilidade do Governo Regional e sobre isso estamos conversados.

O diploma está apresentado e está apresentada a alteração proposta. Esta é uma matéria da exclusiva responsabilidade do Governo Regional e foi isso que eu vim cá fazer com muito gosto e voltarei a fazer nos casos que forem necessários.

Questão bem diferente é que existem mecanismos para os Srs. Deputados tentarem apurar aquilo que pretendem saber. Existem mecanismos dos Srs. Deputados procederem a este debate, que aqui querem gerar, mas que, infelizmente, da minha parte não terão sorte nenhuma de fazer. Se existem mecanismos, então usem-nos. Já sabiam disso desde a Comissão e não os usaram.

Para dar um exemplo, o Sr. Deputado Pedro Medina na Comissão pretendia fazer um leque de perguntas, que hoje fez aqui, mas na altura absteve-se, porque percebeu qual era o âmbito do diploma e chegou aqui e fez as mesmas perguntas.

Portanto, os senhores têm maneira de as fazer noutro contexto, com outro enquadramento e posso-vos afiançar que estamos disponíveis para que esse debate se faça, não a propósito deste diploma, não a propósito desta alteração e não nestas circunstâncias.

Acho que isto é fácil de perceber e só não percebe quem tem má vontade política.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Jorge Macedo quer por força discutir a actividade da APIA, quando já percebeu que não é isso que está aqui em questão.

Deputado Jorge Macedo (PSD) Mas é isso que interessa!

O Orador: Mas não é isso que está em questão. Se for essa a vontade dos Srs. Deputados, utilizem os mecanismos que têm.

Eu estive numa Comissão onde, na audição anterior, foi inquirido um Secretário Regional, exactamente por causa de um assunto que interessava ao PSD ouvi-lo. Por que é que não utilizam os mecanismos que têm à sua disposição para isso?

Os senhores que gostam tanto da Constituição da República Portuguesa e de fazer uma interpretação restritiva, aliás, como fizeram sobre o Estatuto e ainda continuam a fazer, ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não fizemos não. O senhor está mal informado!

O Orador: Eu vou ler-vos o artigo 321º da Constituição da República Portuguesa:

“É da exclusiva competência do Governo Regional a matéria respeitante à sua própria organização e funcionamento”. É isto que está em causa, Srs. Deputados.

A Agência para Promoção de Investimentos dos Açores foi criada por decreto legislativo regional.

A tutela e a superintendência económica e financeira só pode ser alterada por decreto legislativo regional. É isto que está em causa.

Além disso, os senhores dizem que há aqui uma mudança. A mudança que há, em termos de transversalidade não existe. A transversalidade mantém-se. O investimento externo foi criado e foi posto na tutela da Secretaria Regional da Economia.

Portanto, a ideia que foi utilizada e que foi transmitida por este Governo no último debate mantém-se. A transversalidade na Agência para a Promoção de Investimentos dos Açores é necessária e mantém-se, desta vez sob a tutela da Secretaria Regional da Economia.

Foram estes os ajustamentos que foram feitos.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser muito breve nesta última intervenção.

Os senhores não conseguem convencer um único açoriano com os vossos argumentos, porque o que os senhores queriam trazer a esta Assembleia era uma alteraçãozinha

orgânica, mas não é isso que se passa, o que se passa é que nós queremos saber por que é que os senhores querem fazer essa alteração orgânica? Aliás, nós já sabemos por que é que a querem fazer e querem fazê-la, porque os dois anos anteriores, de tutela do Vice-Presidente, revelaram-se num insucesso. Isso todos nós já percebemos e temos é que discutir isso aqui e não podem dizer: os senhores façam as perguntas noutra fórum. Não, Srs. Deputados, nós queremos saber por que é que a APIA passa da tutela que antes era apelidada de transversalidade, para a tutela que antes era apelidada de promíscua.

É preciso esclarecer, porque o Sr. Presidente do Governo, quando nós dissemos na altura que havia organismos que já podiam desenvolver a actividade que a APIA ia desenvolver na Secretaria Regional da Economia, respondeu-nos: “Isso é promíscuo”. Ou seja, passa-se da transversalidade para a promiscuidade e passa-se ainda para uma outra coisa, passa-se para a propaganda. A APIA é também um excelente instrumento de propaganda do Governo. Senão vejamos:

No dia 15 de Outubro de 2007 eram anunciados 300 milhões de euros de intenções de investimento. Passados alguns meses, a 25 de Julho de 2008, esse montante passava para cerca de 500 milhões de euros.

Mas dizia-se mais e é preciso ter lata para dizer que se disse, e dizia-se que se previa que em 2013 o investimento conseguido através da APIA seria de 1.200 milhões de euros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quem é que acredita numa palavra daquilo que os senhores dizem? Quem é que acredita que neste momento existem 500 milhões de euros de intenções de investimento? Quem é que acredita que esses 500 milhões de euros de investimento são concretizáveis?

Quando se pergunta quanto é que é concretizável, falam em 10, 15%. Então não estamos a falar de 500 milhões, estamos a falar de 50 milhões de euros. É preciso falar verdade.

Para além da transversalidade que agora cai, para além da promiscuidade que agora aparece, aparece também um excelente instrumento de propaganda ao serviço do Governo do Partido Socialista. Isso faz com que os açorianos e os investidores não

acreditem e isso é muito mau para a estratégia de desenvolvimento económico dos Açores.

Obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É para um ligeiro esclarecimento que me esqueci de fazer há pouco.

Quero demonstrar que a questão técnica não está aqui em debate. Não é pelo facto de não se querer que esteja em debate, é pelo facto, como eu já expliquei, de se tratar de uma questão eminentemente de conformação jurídica.

Mesmo assim posso informar o Sr. Deputado Pedro Medina que o IVA, relativamente aos dois contratos-programa, está pago.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Sras. e Srs. Deputados, temos aqui uma Proposta de Decreto Legislativo Regional à qual não foram apresentadas quaisquer propostas de alteração e, portanto, eu faria a votação apenas de uma só vez por não se justificar nem votação na especialidade, nem votação final global.

Vou pôr à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer agora um intervalo de 30 minutos. Regressamos às 17 horas e 15 minutos.

(Eram 16 horas e 45 minutos)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

O próximo ponto da nossa Agenda é a **Proposta de Resolução – “Orçamento da ALRAA para o Ano de 2009**, apresentada pela Mesa da Assembleia.

O Orçamento foi elaborado pelo Conselho Administrativo, foi aprovado pela Mesa e, conforme se pode constatar da respectiva nota justificativa, significa um acréscimo de 14 ou 11%, conforme nos estejamos a referir ao Orçamento inicial de 2008 ou ao resultado após o segundo Orçamento Suplementar.

Sobem, quer as despesas correntes designadamente ao nível dos custos que um conjunto de legislação automaticamente implica para esta Casa, quer ao nível também do investimento, designadamente ao nível da informática e ao nível da substituição do som do plenário que já é muito antigo e se encontra em risco de falhar.

Particpei também, por videoconferência, na reunião da Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relativamente a esta matéria.

Está aberto o debate sobre esta Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

A Representação Parlamentar do PCP pretende apenas manifestar a sua concordância com esta proposta de orçamento, salientando que os aumentos da despesa decorrem, no essencial, do cumprimento das leis em vigor, apresentando-se como um documento equilibrado e rigoroso, ao contrário do que foi afirmado pelos que pretenderam passar publicamente a ideia de um descontrolo despesista e colocar esse ónus exclusivamente nas novas forças que integram a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Mas queremos também destacar, ainda, que parte do aumento da despesa se relaciona com uma boa prática e que elogiamos, boa prática de recusa de soluções de trabalho precário e com a integração nos quadros da Assembleia de trabalhadores que

satisfazem necessidades permanentes dos serviços, prática esta que o Governo Regional deveria, nos serviços sob a sua tutela, saber imitar. Assim, o aplaudiríamos também.

Disse.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer que, do ponto de vista técnico e até do ponto de vista orçamental, tanto mais que na sua nota explicativa está claramente admitido que esta Proposta de Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para 2009 foi elaborada de acordo com objectivos gerais de contenção de despesas, o Bloco de Esquerda não tem qualquer questão a levantar a este Orçamento.

Agora, tem uma questão a levantar sobre aquilo que nós consideramos ser mais uma trapalhada que vem na sequência de algumas que acontecem e têm vindo a acontecer desde que esta Casa iniciou os seus trabalhos.

Eu já nem me quero referir à confusão da votação do Programa do Governo, nem à confusão e à indignação que se instalou entre as diversas forças políticas com as declarações do líder do Partido Socialista no dia 19 de Novembro sobre as propostas de alteração à Lei Orgânica.

Aproveitava para referir que registei com agrado o convite ao diálogo do líder da bancada do Partido Socialista no que diz respeito ao Voto de Protesto hoje de manhã aqui debatido, em que o Sr. Deputado convidou, de alguma maneira, ao diálogo e considerou que se provavelmente fosse dialogado a própria posição do Partido Socialista teria sido diferente.

Registo com agrado essa abertura, mas não posso deixar de chamar a atenção que ela é exactamente ao contrário daquilo que o mesmo Partido Socialista fez no que diz respeito às propostas de alteração à Lei Orgânica, em que foram postas em cima da mesa sem nenhum tipo de diálogo, sem nenhum tipo de auscultação e, portanto, sem nenhum tipo de atenção às outras bancadas.

Agora temos em mão uma Proposta de Orçamento desta Casa que daqui a pouco, provavelmente amanhã ou dentro de minutos, estará desactualizada, porque, como nós

sabemos, estão em cima da mesa propostas de alteração à Lei Orgânica que rege esta Casa, com regras diferentes e, portanto, o Orçamento que nós agora vamos aprovar daqui a alguns minutos já não é o orçamento para esta Casa, porque as coisas vão ficar diferentes, como todos nós sabemos, por vontade da maioria.

Portanto, este é um Orçamento aprovado para uma realidade, quando essa realidade mais cedo do que tarde vai ser outra completamente diferente.

Do nosso ponto de vista é mais um paradoxo, é mais uma trapalhada que decorre da pressa e da vontade clara de calar as oposições ao Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É só para, da parte do Partido Socialista, conforme já foi reiterado em Comissão, referenciar as boas práticas que têm vindo a ser seguidas ao longo dos anos na orçamentação das despesas e receitas desta Casa, o que sucede mais uma vez com esta iniciativa.

Dizer também que alguns paradoxos podiam não existir neste plenário se determinados projectos tivessem sido apreciados e votados em Dezembro passado.

Presidente: Se me permitem, eu gostava só de dar um pequeno esclarecimento, excepcionalmente, já que sou o responsável pela apresentação do Orçamento.

Sra. Deputado Zuraída Soares, o Orçamento é uma previsão e embora se possa dar a coincidência de estarmos hoje a votar uma previsão que amanhã será alterada, a verdade é que também, de acordo com as regras legais e orçamentais em vigor, existe a obrigação de apresentar este Orçamento no primeiro ano da legislatura em Janeiro.

Relativamente à sua preocupação, o que eu lhe posso garantir, aliás como tem acontecido, é que da parte da gestão desta Assembleia a lei será cumprida e, portanto, se a lei for alterada no sentido de trazer mais despesas, nós teremos que ver ao nível da gestão ou eventualmente até ao recurso a um orçamento suplementar, teremos que cabimentá-las e teremos que cumpri-las.

Se porventura a hipótese for a inversa, também lhe posso dizer, Sra. Deputada, que haveremos, com certeza, através de alterações de rubricas orçamentais, de arranjar forma de dar bom uso a esse eventual excedente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Normalmente a aprovação do Orçamento não regista intervenções dos grupos parlamentares.

No entanto, considerando que alguns manifestaram a sua posição e para que fique claro e não haja dúvidas sobre a nossa posição, tal qual manifestámos em sede de Comissão, o Grupo Parlamentar do PSD vota a favor deste Orçamento, sobretudo tendo por base duas premissas, uma delas é que há uma continuidade no esforço de racionalização e contenção de despesas que se tem verificado nos últimos anos, o que é importante também para a dignificação deste Parlamento e, por outro lado, ao contrário das notícias alarmistas que por aí passaram de que haveria um aumento exponencial das despesas do Parlamento, o que se verifica não é isto.

Portanto, com este Orçamento entendemos que se está a dar um bom exemplo para aquilo que são as obrigações e os deveres desta Casa ao nível das despesas públicas. É nessa medida que votamos a favor.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou colocar o Orçamento da ALRAA para 2009 à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da Agenda da Reunião – **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão para a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Altera o Decreto Legislativo Regional nº 19/2007/A, de 23 de Julho”**.

Em Conferência de Líderes foi situado neste ponto na Agenda e temos então que deliberar e votar em primeiro lugar o pedido de urgência.

Tem a palavra ao Sr. Secretário Regional da Economia para justificar a urgência.

(* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A razão pela qual o Governo requer o procedimento de urgência e dispensa de exame em Comissão para este diploma tem a ver exactamente com os objectivos que se visam alcançar com ele, de desburocratização e simplificação do procedimento dos requisitos que são necessários para o processo de análise de candidaturas. É este o objectivo.

Também justifica o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão o facto de não se alterarem os objectivos, não se alterarem o âmbito, não se alterarem a política de incentivos que está corporizada no decreto.

São apenas alterações procedimentais e julgamos que tendo em conta a necessidade, no entender do Governo, de simplificar e desburocratizar esse processo, solicitamos por isso o processo de urgência e dispensa de exame em Comissão, estando o Governo disponível para prestar todos os esclarecimentos que a Assembleia julgar pertinentes sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos pôr à votação o pedido de urgência.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à apreciação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Altera o Decreto Legislativo Regional nº 19/2007/A, de 23 de Julho”**.

Ao nível da Conferência de Líderes foi deliberado que o debate seria feito também de acordo com o artigo 92º do nosso Regimento.

Assim sendo, eu daria a palavra para uma primeira intervenção ao Sr. Secretário Regional da Economia. Tem 20 minutos para o efeito.

(* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para apresentar este diploma e para apresentar aqueles que são os objectivos, não vou certamente referir alguns dos aspectos que já foram mencionados anteriormente no pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Gostava de salientar apenas que as alterações que a seguir se fazem têm fundamentalmente duas ou três grandes áreas em que se podem incluir.

Em primeiro lugar uma área de procedimentos, fundamentalmente alterando o momento no qual é exigível o comprovativo de determinadas situações que são exigíveis ao que os promotores do investimento devem reunir.

Essa alteração é fundamentalmente o que acontece ao nível dos artigos 3º e 4º.

Em segundo lugar, há uma alteração que podemos dizer mais substantiva em relação à forma como decorre o processo de pagamento dos incentivos, criando-se várias possibilidades que estão ao dispor dos empresários, tais como:

O pagamento natural como decorre do próprio sistema, é o processo de antecipação e de adiantamento, num caso com o recurso a um mecanismo de apresentação de factura e disponibilização do montante. Passados 15 dias a partir da disponibilização do montante, o promotor deve apresentar o recibo comprovativo de que efectivamente pagou.

Também uma outra possibilidade que está ao dispor dos promotores de incentivos é efectivamente aquela de adiantamento até 30% da componente não reembolsável do subsídio com determinadas limitações e garantias, para salvaguarda dos interesses que aqui estão em causa.

Uma outra vertente, com um carácter substantivo, tem a ver com a criação dum mecanismo de comunicabilidade de competências e de análise de projectos. Por que razão é que se faz isso? Faz-se isso para não pôr em causa o processo que foi seguido até este momento.

Como sabem existem protocolos com as câmaras de comércio, dando competência às câmaras de comércio para, nos projectos de investimento até 200 mil euros, elas poderem analisar.

Antes não havia qualquer norma legal que permitisse essa comunicabilidade de competência.

Nós estamos numa situação em que, se por acaso chegarmos a um ponto em que existem recursos humanos disponíveis na Administração Regional para proceder à análise de projectos de investimento, não faz sentido nenhum que as câmaras de comércio tenham, pelos mais variados motivos, pelas mais variadas razões, projectos que estejam ainda em análise e o Governo com recursos disponíveis.

Nestes casos, e apenas nestes casos de celeridade e de urgência, é que se cria este mecanismo que, e também gostava de dizer, é um mecanismo para ser usado em concertação com as próprias câmaras de comércio.

Por que razão é que aqui se coloca e não se coloca no protocolo? É porque sendo esta uma alteração que acaba por enformar todo este quadro de relacionamento, se torna mais útil fazer aqui.

Por último, uma alteração sobre a qual também gostava de referir, tem a ver com a natureza retroactiva dessas alterações, permitindo que elas se apliquem a todos os projectos de investimento que actualmente já estão em análise e que já deram entrada nos diversos organismos receptores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD gostaria, desde já, de referir que vê com bons olhos esta iniciativa do Governo Regional que vem, no fundo, dar corpo a algo que há muito se sentia, embora nem sempre admitido por parte do Partido Socialista, que a crise estava nos Açores, contrariamente àquilo que o Sr. Secretário Regional dizia, creio que esta manhã, quando falava na crise internacional e nacional.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não falei em crise, falei na situação.

O Orador: Já falou e, se bem me lembro, penso que falou hoje de manhã, falava na crise internacional, na crise nacional e, obviamente, na crise regional.

É escusado “*tapar o sol com a peneira*”, porque os agentes económicos, as empresas e as famílias sentem-na e, portanto, não falar nela não significa que as pessoas não a sintam.

Esta atitude reactiva que o Governo teve depois do dia 19 de Outubro, relativamente à crise, naturalmente que é sempre bem-vinda e, aliás, já por diversas vezes o PSD teve a oportunidade de felicitar o Governo em relação a essa matéria.

Ainda em relação ao pedido de urgência solicitado pelo Governo e que mereceu o nosso acordo, embora não tivéssemos explicitado os motivos, concordamos perfeitamente com aquilo que o Sr. Secretário disse quando invocou o processo de urgência.

Em relação a esta proposta, é uma iniciativa que é importante, ainda que tenha que se referir que se tudo isto é simplificável e desburocratizável neste momento, por que é que não o foi há dois anos atrás quando este diploma foi aprovado aqui nesta Casa? Provavelmente nesta situação ter-se-ia evitado que muitas empresas, que hoje em dia atravessam situações complexas em função da evolução da economia regional afectada ou não pela economia nacional e pela economia internacional, já não teriam passado por situações que as ajudaram a enfrentar com maior dificuldade a crise que tem sido vivida e por isso é aqui aplicável um termo comum: *“tarde é o que nunca chega”*. Bem bom que o Governo o fez.

Provavelmente se tivesse sido mais razoável ao admitir aquilo que só agora existe, já podia ter feito isto uns meses antes quando se começaram a notar os sinais de crise, ainda na legislatura anterior, muito provavelmente o que se poderia ter feito, em nosso entender, era ter tido esta atitude de simplificar desde o início.

Por outro lado, estas medidas, sendo importantes e merecendo o nosso apoio, poderiam ser um pouco mais ousadas no estrito domínio dos artigos que o Governo se propõe rever neste momento, e não estou aqui a falar daquilo que ainda é possível introduzir no restante articulado deste decreto legislativo regional.

Julgo ser possível proceder-se ainda a alterações importantes, mas essas, recorrendo à argumentação que o Sr. Secretário utilizou para justificar o processo de urgência, serão algumas que podem modificar ligeiramente a filosofia deste sistema de incentivos e adaptá-los a uma realidade, que hoje é diferente – a economia mundial e regional hoje são diferentes do que era há um ano atrás – e por isso talvez se justifique a alteração de alguma filosofia do diploma, mas aí, obviamente, compreendemos que não é uma matéria que possa ser resolvida através de um processo de urgência, é uma

matéria que tem que se maturada a nível duma apreciação em comissão e que nos disponibilizamos, desde já, para trabalhar essa questão, porque aquilo que pretendemos é que os agentes económicos regionais e, neste caso concreto, que as empresas regionais possam rapidamente ultrapassar a situação complexa que estão a viver hoje em dia.

No estrito domínio dos artigos 3º e 4º do Decreto Legislativo Regional, para os quais o Governo Regional propõe alterações e mesmo naqueles que procede a aditamentos, designadamente no caso do 14-A, da apreciação que fizemos neste curto período de tempo, uma vez que volto a referir e lembrar que estamos num processo de urgência, entendemos que há alguns afinamentos possíveis que seguramente serão considerados bem-vindos para as empresas regionais e por esse mesmo motivo, dando o nosso acordo a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, entendemos entregar à Mesa, o que fizemos antes da discussão deste diploma, um conjunto de propostas de alteração relativamente a este diploma que o Governo acabou de apresentar.

Não sei, Sr. Presidente, se é oportuno de imediato fazer, em termos globais, a apresentação destas propostas de alteração ou se deixaremos depois para a discussão na especialidade?

A única questão que eu gostaria aqui de referir é que temos alguns afinamentos possíveis que, em nosso entender, são importantes.

Presidente: Sr. Deputado, julgo que isso ficaria para a especialidade, uma vez que estamos ainda a debater o diploma na generalidade.

O Orador: Na discussão na especialidade teremos oportunidade de explicarmos o porquê destas alterações por nós propostas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tive a oportunidade na semana passada, quando fui recebido em audiência pelo Sr. Presidente do Governo Regional, de referir este conjunto de medidas e tive a oportunidade de dizer que é fundamental aumentar a celeridade para a promoção e facilitação de investimento privado.

Tive também a oportunidade de referir que é necessário desburocratizar e que deveriam ser criados mecanismos de antecipação dos pagamentos do incentivo.

Portanto, nesse sentido existe, como é óbvio, uma total disponibilidade do Partido Popular Monárquico em aprovar esta iniciativa legislativa do Governo.

Gostaria de dizer também que aquilo que foi o contexto em que entrámos nesta discussão, tendo em conta a situação de crise em que se vive, do ponto de vista internacional e com claros reflexos também Região, exigem uma confluência política, uma confluência de posições para que a resposta do sistema político às necessidades das populações seja mais eficaz.

Neste sentido temos a maior disponibilidade em relação ao tratamento destas matérias e faremos aquilo que nos incumbe o dever nesta questão.

Presidente: Queria fazer só uma pequena precisão.

Há pouco o Sr. Deputado António Marinho, quando falou se podia deixar para o debate na especialidade, estava a referir-se às propostas de alteração?

Deputado António Marinho (PSD): Exactamente!

Presidente: As propostas de alteração serão objecto de debate, segundo a alínea d), do nº 2, do artigo 147º.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Temos perante esta câmara uma proposta de alteração às regras de acesso ao Sistema Incentivos para o Desenvolvimento Regional.

Estamos, de maneira geral, de acordo com as alterações propostas, mas pensamos que importaria relevar o sentido e orientação destes incentivos e, afinal, que tipo de desenvolvimento regional é que se consagra neste sistema, porque a expectativa, aliás cada vez mais remota no actual cenário de crise e retracção do investimento, de milagrosos e avultados investimentos privados não pode fazer com que o Governo Regional abdique das suas responsabilidades.

É-nos muito difícil compreender a atribuição de incentivos em sectores em que o investimento directo do Governo Regional é altamente deficitário e essa situação é especialmente gritante em relação aos incentivos a estabelecimentos do ensino básico

e secundário, aos estabelecimentos de saúde privados e aos lares de idosos e residências assistidas.

Apesar das recentes declarações sobre os fabulosos aumentos do investimento público, tão surpreendentes no Partido Socialista, a verdade é que até há bem pouco tempo defendia, assanhadamente, o mercado e as suas virtualidades, a par da contenção dessa mesma despesa pública.

A verdade é que intervenção do Governo Regional nesses sectores é unanimemente reconhecida como insuficiente.

O incentivo ao investimento privado, correcto e necessário, na nossa opinião, não pode ser o argumento para a demissão do papel de intervenção da Região, especialmente nas áreas sociais que são núcleos fundamentais da sua competência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Posto isto, uma questão de especialidade:

Da leitura da proposta de aditamento ao artigo 14º-A não resulta líquido que exista uma obrigatoriedade de devolução das verbas recebidas a título de antecipação de pagamento, caso o promotor não cumpra a obrigação de entrega do respectivo recibo no prazo determinado.

Estamos em crer que a prudência aconselharia a que se clarificasse este ponto de forma a evitar problemas futuros.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) **Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Conselho do Governo do passado dia 4 de Dezembro de 2008, numa das medidas que lá apresentava, falava na decisão de antecipar o pagamento das participações governamentais no âmbito dos sistemas de incentivos.

Essa medida tomada no dia 4 de Dezembro só seria possível com uma alteração ao Decreto Legislativo Regional que integra o Sistema de Incentivos Regional, sistema esse que tem assumido um papel muito importante nos Açores, principalmente na dinamização do investimento privado.

As alterações que o Governo traz aqui hoje, no sentido de desburocratizar o sistema e ao mesmo tempo facilitar a vida às empresas, através da antecipação de pagamentos ou pelo adiantamento da componente não reembolsável, nos dias que correm são importantes para a empresas e o Partido Socialista irá votar favoravelmente essas alterações.

Relativamente às alterações que hoje são feitas, e ainda não conheço as propostas do PSD, elas poderiam ter sido feitas no passado, porque este sistema de incentivos tem pouco mais de dois anos, mas a situação que se vive hoje nas empresas é uma situação diferente daquela que se vivia há dois anos atrás.

Portanto, a capacidade de liquidez da banca para satisfazer os empresários não é a mesma que há dois anos atrás, ou seja, a comparticipação e o tempo de espera que os empresários tinham entre o momento de pagarem o seu investimento, serem analisadas as facturas e se o próprio investimento tinha ou não sido feito no local levava um hiato de tempo diferente. É isto que queremos combater, fazendo uma antecipação dos pagamentos contra factura e não contra o respectivo recibo.

Relativamente ao adiantamento da componente não reembolsável também vem facilitar, em parte, a liquidez das empresas.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dizer que só se facilita a vida a quem tem dificuldades e dificuldades obviamente provocadas por aquilo a que o Sr. Secretário Vasco Cordeiro habilmente evitou pronunciar, que é a palavra “crise”. Eu julgo que não devemos ter medo, venha ela de onde vier, seja qual seja a origem.

O que é certo é que ela está nos Açores e por isso concordo com os seus argumentos da urgência e dispensa de exame em comissão, mas acrescento-lhe aquilo que o Sr. Secretário não quis acrescentar, que é por causa da crise.

Concordamos também com os argumentos que foram justamente aqui aduzidos pelo Sr. Deputado José do Rego, na dificuldade das empresas ao acesso ao crédito bancário que está efectivamente mais caro e mais difícil de aceder.

Concordamos com esta medida que o Governo toma de facilitar e simplificar todo esse processo de incentivos. Estamos plenamente de acordo, agora o nosso acordo leva-nos, e não nos podem impedir, a dizer que estamos perante um cenário de crise ou de futura crise, se é que já não é presente. São os empresários que dizem que vendem menos, que têm dificuldades de crédito, que têm dificuldades em pagar os salários, etc. etc. Aliás, até temos exemplos bem recentes do Governo ter tomado medidas sobre essa matéria relativamente a empresas que estavam falidas.

Eu lembro que na altura este decreto foi bem-vindo, mas também na altura já se dizia, como o Sr. Secretário bem se lembra, que isto era um decreto para simplificar a anterior legislação, o Decreto Legislativo Regional nº 3/2005, o que já foi um passo positivo de desburocratizar e simplificar. Na altura o Governo entendeu que não era necessário simplificar mais e que aquela simplificação da altura era suficiente em relação à legislação que estava dispersa e que foi agregada neste diploma único.

Agora, há necessidade de simplificar, porque efectivamente estamos perante um cenário de crise.

O CDS, apoiando as medidas do Governo, obviamente também não pode deixar de dizer e de o ligar à crise. Aliás, não deixa de ser uma coincidência este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão com as medidas apresentadas pelo Governo pós eleições e com a sessão de perguntas que se avizinha e com o anúncio das medidas e, portanto, está tudo relacionado com dificuldades causadas pela crise.

Podem ir ao dicionário e ver os sinónimos de crise. Chamem-lhe o nome que quiserem, agora que é crise, é crise.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava apenas de clarificar alguns aspectos que me parecem importantes no âmbito desta discussão.

Em primeiro lugar eu não considero que esta seja uma atitude reactiva do Governo. Discordo aí do Sr. Deputado António Marinho. Não é certamente uma atitude reactiva.

O Governo desde há muito tempo, aliás como teremos oportunidade de constatar em detalhe durante a sessão de perguntas que está prevista para esta sessão legislativa, teve a oportunidade de atempadamente apresentar um conjunto muito vasto de medidas e de acções no que diz respeito a isso.

Eu discordo, desse ponto de vista, da apreciação que foi feita pelo Sr. Deputado António Marinho em relação a esta matéria.

Uma segunda questão tem a ver com aquilo que os Srs. Deputados dizem que eu não digo.

Os senhores querem que eu diga...

Deputado Mark Marques (PSD): *Crise!*

Deputado António Marinho (PSD): Custa um bocadinho, mas é só a 1ª vez!

O Orador: Não digo, não digo, não digo!

Falando a sério, eu penso que, independentemente do nome que lhe dermos, seja crise, seja situação de turbulência, seja turbulência internacional, seja situação financeira difícil, o que interessa é que não estamos numa situação a exigir capacidade de liderança, capacidade de acção, e essa capacidade de liderança ou de acção estão desde logo demonstradas pelo Governo e, portanto, é isso que fundamentalmente interessa, independentemente do nome que lhe dermos.

Um outro aspecto que eu gostava de clarificar também é o seguinte:

Por que razão não foi apreciado nesta Casa essa simplificação e essa desburocratização? Eu percebo o argumento, mas não concordo com ele.

Eu não sei se esse diploma foi ou não aprovado por unanimidade. Na altura já cá estava, mas não me recordo.

De qualquer das formas o que eu tenho a dizer sobre isso é que, e a experiência ensina-nos também muito, o Governo aproveitou as situações que se tornaram particularmente visíveis e notórias tendo em conta toda esta situação e conjuntura e, portanto, não há nenhuma razão para ficarmos presos a soluções que não demonstram ser as mais adequadas.

É por isso que o Governo aqui está a apresentar e a propor ao Parlamento que altere aquilo que foi aprovado há dois anos atrás para um sentido que nós entendemos ser mais conforme com as necessidades que se verificam neste momento.

Há efectivamente outras alterações, Sr. Deputado António Marinho.

Conforme exactamente os Srs. Deputados devem ter notado, houve legislação nacional que saiu que, entretanto, alterou os códigos das actividades económicas.

Também devem ter reparado que nós não aproveitamos para corrigir já aqui esse aspecto.

Em penso que fundamentalmente o que se exigia, e foi isso que o Governo fez, era centrar exactamente, na nossa perspectiva, a intervenção naquilo que era o necessário.

Há todos estes aspectos que não constituem um óbice ao funcionamento do sistema, porque efectivamente a própria legislação nacional que altera os códigos das actividades económicas prevê uma tabela de correspondências que permite, por essa via, resolver o problema.

O Governo terá todo o gosto em analisar as propostas de alteração e presumo que já estão aqui.

Quanto à questão do Sr. Deputado Aníbal Pires em relação ao incentivo ao investimento privado e à filosofia subjacente ao mesmo e o Governo sair do investimento público, Sr. Deputado, a perspectiva do Governo é muito diferente da sua. A questão não é quem substitui quem, a questão é quem acresce a quem para satisfação do interesse público. É isso que nós procuramos e é isso que nós tentamos fazer.

O Governo tem perfeita consciência dos seus deveres e das suas responsabilidades, assume-os na íntegra, conforme é notório, mas a questão neste momento é criar mecanismos que possam, em última instância, satisfazer o interesse público e o interesse público qual é? É ter mais creches, é ter mais lares de apoio a idosos, sejam eles da iniciativa privada ou da parte pública.

Estamos a falar de um sistema de incentivos e daí não se pode concluir, pelo menos eu acho que não se deve concluir, que o Governo esteja a fugir às suas responsabilidades, porque o objectivo aqui não é fomentar a intervenção do Governo em determinadas áreas, a intenção aqui é permitir o interesse público e penso que o Sr. Deputado

percebe que, neste caso concreto, o interesse público não corresponde à intervenção governamental. A intervenção governamental é uma coisa para alcançar o interesse público e o interesse público pode ser alcançado por via da intervenção governamental, por via dos próprios actores privados, através de tarefas em que o Estado tem também um papel interventivo, mas ao nível da regulação e de um conjunto de outras matérias.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não pode admitir isso nas suas competências?!

O Orador: Portanto, discordo completamente da sua perspectiva de que este sistema de incentivos se traduza numa fuga do Governo às suas responsabilidades.

Relativamente à questão da devolução de verbas, existem mecanismos jurídicos que resolvem o problema que o Sr. Deputado referiu.

Não é necessário constar aqui para que se um promotor por qualquer razão recebe o adiantamento e não apresenta o recibo, efectivamente tem que devolver o dinheiro que recebeu. Sobre isso não há a mínima dúvida, sobre isso não há a mínima questão ou dúvida jurídica que se levante.

Por último, Sr. Deputado Artur Lima, em relação à questão da palavra “crise”, eu penso que já esclareci. Os senhores não me podem obrigar a usar palavras. É uma das vertentes da liberdade de expressão.

Registo o acordo com as medidas e efectivamente se o Governo aqui está, no caso concreto do SIDER, a apresentar propostas de alteração à legislação existente, é porque entende que essa legislação pode ser melhorada mais uma vez, Sr. Deputado Aníbal Pires, para satisfação do interesse público e o interesse público aqui o que é? É ter dinheiro a entrar na economia, é ter investimento, não é para que o Governo possa dizer apenas que tem dinheiro a entrar na economia, que tem investimento privado, mas é para ter mais emprego, para ter melhores condições para as famílias açorianas, para as famílias açorianas terem empregos cada vez mais bem remunerados e cada vez mais seguros e com melhores qualificações. É este o interesse público que também aqui está em causa.

Muito obrigado.

Deputados Helder Silva e Lizuarte Machado (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É só para referir aqui duas ou três questões em função daquilo que acabou de ser referido pelo Sr. Secretário Regional de Economia, quer também duma referência do Sr. Deputado José do Rego.

Em primeiro lugar, deixe-me dizer-lhe Sr. Secretário, o senhor já disse uma ou duas vezes crise. Ninguém o pode obrigar a usar essa palavra e o senhor tenha cuidado, porque senão o Sr. Presidente do Governo vai contar quantas vezes é que o senhor diz a palavra “crise”, para pôr no seu discurso, para ver se disse mais ou menos do que disse a RTP. Não use muitas vezes, porque o Sr. Presidente do Governo não gosta.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Eu não sei como é que funciona dentro do PSD, mas aqui não é assim!

O Orador: À parte este aparte dentro da minha intervenção, há aqui duas ou três questões relativamente à atitude reactiva.

Não tenho dúvidas que o Governo teve uma atitude reactiva. Todos os governos por esse mundo fora tiveram atitudes reactivas, foram confrontados com uma situação de crise complexa com contornos completamente diferentes que nunca tinham existido ou que, se calhar, cada um nós não se lembra disso, porque não viveu por exemplo a crise dos anos 30 nos Estados Unidos e, portanto, foi o resultado da falência, e há já quem fale disso, do capitalismo.

Foi algo completamente novo em que todos os governos europeus, o Governo da República, o governo americano, a Comissão Europeia, todos eles têm tido atitudes reactivas.

Portanto, o Sr. Secretário não se preocupe, o Governo foi reactivo, mas poderia ter sido menos reactivo do que aquilo que está a ser.

Agora passo à segunda questão e vou falar naquilo que disse o Sr. Deputado José do Rego, que apresentou as coisas de uma forma completamente diferente do que apresentou o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário diz que a experiência é extremamente importante e que Governo chegou à conclusão que havia coisas que poderiam ser melhoradas, que poderiam ser desburocratizadas e simplificadas.

O Sr. Deputado José do Rego não disse isso. Disse: “na altura, a situação era diferente do que é agora”. A questão não é essa, de ser diferente do que é agora.

Há uma questão fundamental – os economistas gostam muito de utilizar essa palavra – os chamados “custos de contexto”, que são aqueles custos que, efectivamente, influenciam e de que maneira a actividade empresarial e condicionam o investimento estrangeiro de uma forma mais do que evidente. Entre estes custos de contexto e na economia portuguesa em geral, contemplando também aqui os Açores, devido à própria carga da administração pública regional ou nacional, esta burocracia é um dos custos de contexto que é visto como mais impeditivo do andamento da actividade empresarial e de desencadear o investimento.

Ora, esta questão deve ser permanentemente seguida pelos governos.

Aqui, o que sou obrigado a assumir em termos burocráticos tem de continuar, e porquê? Porque isto não pode andar – passe a expressão – tudo “à balda”.

Agora, o que é possível recuar em termos de burocracia, em termos de simplificação de procedimentos, deve ser uma atitude normal de qualquer governo, e porquê? Porque os governos trabalham para as pessoas e para as empresas e, se podem simplificar a vida às pessoas e às empresas, devem fazê-lo.

Se o tivesse feito, já não seria uma atitude reactiva, aí seria uma atitude pró-activa, de ter desburocratizado algo, de ter simplificado um processo, e teria permitido que algumas empresas – e aí é que pode ser o problema – não tivessem chegado a uma situação tão complicada, tão aflitiva, como sabemos que algumas estão a passar.

Finalmente, só uma outra questão, para reforçar aquilo que disse na minha primeira intervenção.

O Sr. Secretário dizia agora que o Governo centrou toda a sua intervenção exclusivamente naquilo que é fundamental neste momento, e que há mais coisas, há

algumas matérias que podem e devem ser objecto de atenção em termos do próximo futuro. Inclusivamente algumas delas decorrem, até, de alterações recentes, como foi o caso, em que falou, da classificação das actividades económicas. As nossas propostas de alteração também se centram exclusivamente nesse domínio, porque há matérias que, no campo do SIDER, podem ser a justificação para que, na altura, este diploma não tivesse sido aprovado por unanimidade. No caso concreto, o PSD absteve-se.

Deve ser mesmo no próximo – muito próximo – futuro, porque são igualmente importantes, são igualmente fundamentais para que o tecido empresarial açoriano consiga “*passar entre os pingos da chuva*” e se afaste da crise ou da situação crítica que está a viver da forma mais rápida e mais eficaz.

Obrigado.

Presidente: Não sei se há mais inscrições? O Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma segunda intervenção, tem a palavra.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas um comentário às palavras que o Secretário da Economia me dirigiu e para lhe dizer o seguinte: é evidente que a satisfação do interesse público pode ser conseguida de várias formas, mas cabe, em primeiro lugar, ao Governo Regional e ao investimento público, sem dúvida e aí estaremos ou não de acordo, até porque começo a ter algumas dúvidas, porque aquilo que tem sido a estratégia do Governo Regional é passar para o investimento privado algumas das competências que cabem, em primeiro lugar, ao Governo Regional.

Penso que essa é, enfim, de facto uma opção que diferencia o PCP do Partido Socialista, legitimamente, mas gostamos de afirmar a nossa posição.

Relativamente à questão do artigo 14-A, foi apenas uma chamada de atenção, porque eu penso que se acautelarmos desde já, no corpo da lei, independentemente dos restantes instrumentos, talvez haja aqui alguma facilitação, em termos processuais, em termos do não cumprimento.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições para o debate na generalidade, e enquanto estão sendo distribuídas as alterações na especialidade, entregues pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, vamos fazer um intervalo, por cinco minutos, para terem um primeiro contacto com essas alterações.

Obrigado.

(Eram 18 horas e 20 minutos)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 40 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio que já foram, a todos, distribuídos os textos das alterações.

Nós ainda não fizemos a votação na generalidade.

O Sr. Deputado Helder Silva pretende a palavra para?

Deputado Helder Silva (PS): Queríamos pedir um intervalo regimental de 15 minutos, para apreciarmos as propostas do PSD.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado, está concedido.

Deputado Helder Silva (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

(Eram 18 horas e 45 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradece que retomassem os vossos lugares.

(Eram 19 horas e 05 minutos)

Presidente: Creio que agora podemos retomar os nossos trabalhos.

Eu começaria por, e não havendo mais inscrições na generalidade, proceder à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passaria, de seguida, ao debate e apenas dos artigos para os quais há alterações. Chegaram à Mesa alterações aos artigos 1.º e 2.º da Proposta.

Relativamente ao artigo 1.º, não sei se preferem que se faça ponto a ponto relativamente às propostas de alteração? O PSD propõe alterações ao artigo 3.º e 4.º que constam do artigo 1.º, mas creio que o debate pode ser feito em conjunto.

Portanto, está aberto o debate relativamente ao artigo 1.º.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às alterações que são propostas ao artigo 1.º, elas têm a ver exactamente com o momento da comprovação de determinadas exigências que são feitas nas condições gerais de acesso ao promotor.

A situação actual é alterada no sentido de que essas condições, ou seja, as condições das alíneas a), b), c) e d), passem a ser exigíveis na data da apresentação da candidatura. Continua a haver esta referência e o que se altera é que a condição que é referida na alínea e) passa a ser exigível no momento da assinatura do contrato de incentivos.

Ou seja, em concreto, estamos a falar é de cumprir as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, nomeadamente ter a situação regularizada em matéria de licenciamento. Aquilo que fazemos é passar do momento da apresentação da candidatura para o momento da assinatura do contrato de concessão de incentivos.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(* **Deputado António Marinho** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tinha ficado convencido que seriam apresentadas todas as alterações em conjunto e, portanto, estava preparado para falar em todas as propostas de alteração por parte do PSD. Mas, uma vez que o Sr. Secretário falou exclusivamente na alteração que o Governo propõe para o artigo 3.º, não sei se me cinja exclusivamente a falar nisso.

Presidente: Estamos a debater as alterações ao artigo 1.º e artigo 2.º.

O Orador: Não, eu digo artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional.

Presidente: O artigo 1.º, é que introduz alteração ao artigo 3.º.

O Orador: É uma alteração aos artigos 3.º e 4.º do diploma.

Presidente: Exacto.

O Orador: Eu não sei se posso fazer a apresentação de todas as propostas, ou como é que é melhor?

Presidente: Creio que é melhor uma a uma.

O Orador: Eu acho que podíamos juntar, porque há uma lógica subjacente a tudo.

Presidente: Mas apenas relativamente ao artigo 1.º.

O Orador: Pronto, então, relativamente ao artigo 1.º, que introduz alterações no artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional, concordando com a proposta do Governo, entendemos duas coisas:

Em primeiro lugar, as alterações aos prazos de entrega dos comprovativos relativos à matéria de licenciamento, e de tudo isso, são obviamente muito desejáveis. Entendemos que, quando estamos a falar (e não vou voltar a utilizar a “palavra-chave”) em dificuldades das empresas, essas dificuldades, sentidas neste momento, têm tido reflexos óbvios ao nível da necessidade que as empresas têm de solver os seus compromissos para com a Segurança Social e para com o Fisco.

Nesse sentido, parece-nos razoável que, no momento em que se vai proceder efectivamente à atribuição de subsídio, aí é inquestionável que as empresas tenham de ter a sua situação regularizada ou terão de ter acordado um plano de pagamentos com o Fisco ou com a Segurança Social.

Por isso, parece-nos também que é razoável levar a que só no momento da assinatura do contrato as empresas tenham a obrigatoriedade de apresentar os comprovativos da situação regularizada perante o Fisco e perante a Segurança Social.

Por outro lado, e ainda no que respeita ao artigo 3.º, entendemos, no caso da alínea d) do n.º 1, em que até aqui a redacção era “possuir uma situação financeira equilibrada verificada pelo cumprimento do indicador de autonomia financeira igual ou superior a 25%”, entendemos que se justifica, neste caso, reduzir para 20% e os motivos são óbvios: estamos aqui a falar de situação financeira equilibrada verificada pelo

cumprimento do indicador de autonomia financeira. É justamente a esse nível que as empresas sentem maiores dificuldades.

Assim sendo, achamos que a alteração é razoável para as empresas poderem efectivamente aceder ao subsídio, porque só o podem fazer prescindindo um pouco de alguma, digamos, exigência nesta matéria.

Penso que é uma proposta fundada no bom senso em que a empresa não tem de ter, pura e simplesmente, uma situação financeira equilibrada; os 20% parecem-nos uma percentagem razoável para atestar essa matéria.

Eu penso que, segundo o que depreendi, falo só relativamente a este. Não sei se fale já relativamente ao 4.º, uma vez que também está no conjunto das alterações ao artigo 1.º da Proposta de Alteração do próprio Governo Regional.

Falo de tudo de seguida, não é? Não, fico-me por aqui, pelo 3.º?

Presidente: Nós resolvemos, em Conferência de Líderes, pelo que vem previsto no artigo 92.º. E é verdade que, no artigo 92.º, n.º 3, cada Deputado só pode intervir duas vezes.

Mas, como estamos a fazer o debate artigo a artigo, eu penso que pode haver depois outras intervenções de outros Deputados.

O Orador: E falarei depois nas restantes alterações?

Presidente: O Sr. Deputado não, porque esgota as suas intervenções.

O Orador: Eu penso que, salvo melhor opinião, esta não tem sido uma prática corrente.

Senão, então aproveito para falar já de todas as alterações.

Não sei, o Sr. Presidente melhor decidirá, certamente.

Mas acho que é razoável fazer de uma vez a apresentação de um conjunto de propostas de alteração, porque senão fico limitado aqui a dizer as alterações correspondentes ao artigo 3.º e depois não tenho mais direito à palavra, porque estou limitado a duas intervenções.

Portanto, obviamente que há uma lógica a todo o conjunto de propostas de alteração, que só faz sentido se se prosseguir, ou agora ou se o Sr. Presidente me quiser dar a palavra depois.

O Sr. Presidente melhor decidirá, eu sento-me e aguardo a sua decisão.

Presidente: Nós podemos fazer o debate na especialidade relativamente aos dois artigos, se for esse o entendimento. Mas nesse caso, Sr. Deputado, continua a ter apenas duas intervenções e poderá falar sobre esses dois artigos.

O Orador: Sobre os outros artigos para os quais propomos alterações? Muito bem.

Então, sendo assim, continuaria, dizendo que no caso do artigo 3.º estão explicadas as duas primeiras e, portanto, aquilo que propomos para alteração da alínea d), do n.º 2 e n.º 3 do artigo 3.º, é isso que decorre daquilo que referi há pouco.

Relativamente ao artigo 4.º, a lógica subjacente à alteração da alínea b) do n.º 1 é idêntica àquela que apresentei para a alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º.

Relativamente à alteração que propomos para a alínea d), sabemos perfeitamente das dificuldades que as empresas têm, neste momento, de se acomodar a um ritmo mais lento da actividade económica. Se a actividade económica está a evoluir em ritmo mais lento, naturalmente que a execução dos investimentos tende a ser, também ela, mais lenta e, por isso, consideramos que seria razoável que o prazo de dois anos, que até aqui tem sido a norma e que consta do Decreto Legislativo Regional existente, seja prolongado para um prazo máximo de quatro anos, de forma a permitir que o planeamento e os investimentos das empresas sejam feitos por um período relativamente mais longo, não colocando em causa absolutamente mais nada do resto do diploma.

Relativamente ao n.º 2 do artigo 4.º, que é o comprovativo da condição referida na alínea e), respeitante à legalização da actividade, licenciamentos, etc., entendemos que também aqui, tal como foi feito no caso do artigo 3.º, se deve permitir que o comprovativo seja entregue, não como se exige actualmente, no momento da apresentação da candidatura, mas também aqui se permita que este comprovativo seja entregue no momento da assinatura do contrato de incentivos.

E ficaria, então, por aqui, já que não posso falar no artigo 14-A, que é o único que falta.

Presidente: Ou consideramos o debate na especialidade no seu global e, então aí, temos uma primeira intervenção e uma segunda, sem prejuízo dos pedidos de esclarecimento ou consideramos que isso é para cada um dos artigos. A questão, Sr. Deputado António Marinho, é esta.

Portanto, talvez facilite o debate – e a própria expressão das opiniões – nós considerarmos que o n.º 3 do artigo 92.º deve ser considerado artigo a artigo. Mas deixo isso também à consideração da câmara.

Tem a palavra Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu devo confessar que fiquei confuso com a explicação da Mesa quanto à interpretação do artigo 92.º e a minha interpelação é no sentido de podermos tentar clarificar a interpretação que resulta deste artigo.

Se não estou em erro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a interpretação deste artigo e a prática nesta câmara sempre foram no sentido de que a primeira e a segunda intervenção de cada Deputado nos debates da generalidade estava sujeita às regras temporais que estão fixadas no artigo, isto é, primeira intervenção 15 minutos, segunda intervenção 10 minutos, sendo as intervenções subsequentes de 3 minutos, até se esgotar o debate, não havendo mais oradores inscritos.

Idem, idem, a mesma interpretação para o debate na especialidade, que se fez nesta casa diversas vezes, em blocos de artigos ou artigo a artigo, consoante as matérias, ou até alínea a alínea, como já aconteceu, sendo que o orador usava da palavra pela primeira vez 10 minutos, na segunda vez 5 minutos, e as restantes intervenções, de 3 minutos, até haver oradores inscritos e até terminar o debate. Sempre foi esta a interpretação do artigo 92.º.

Gostaria de obter da Mesa o esclarecimento quanto àquilo que me pareceu ser uma nova e diferente interpretação deste artigo 92.º.

Posso ter percebido mal, mas daí a razão de ser da interpelação que faço, agora, à Mesa.

Muito obrigado.

Presidente: Não foi uma nova e diferente interpretação. O assunto não foi levantado na Conferência de Líderes, mas estamos em tempo de ser aqui devidamente deliberado. Eu penso que facilita o debate, já o disse, que seja considerado e aplicado artigo a artigo.

Para esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado António Marinho.

(* **Deputado António Marinho (PSD)**: Bom, se o Sr. Presidente conclui que é mais proveitoso e facilita o debate escolher artigo a artigo, eu não posso comentar o seguinte, porque entra num outro artigo.

Presidente: Muito bem.

Em relação às alterações apresentadas para o artigo 1.º, está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima, para uma primeira intervenção. Tem a palavra para o efeito.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que aqui devemos fazer todos um esforço; o objectivo primeiro desta alteração era a simplificação e desburocratização do processo.

Pela nossa parte queríamos tentar perceber, tanto da parte do Governo como da parte do PSD, aqui uma questão à qual sou muito sensível, que é exactamente a alínea b), n.º 3, que são as obrigações fiscais. Parece-me que a proposta do Partido Social Democrata põe um travãozinho na celeridade do processo, porque as dívidas ao Fisco, muitas vezes, não são culpa das empresas, às vezes decorrem de outros processos. Temos a máquina fiscal que temos e hoje em dia penhoram qualquer coisa mesmo sem a gente saber.

Portanto, parece-me que a proposta do Partido Social Democrata não facilita muito, e eu gostaria de a perceber.

De resto, julgo que o sentido deve ser simplificar. Esta proposta dos 20 para os 25% não sei se fará alguma diferença, até em termos de algumas regras que possam existir, diminuir dos 25 para os 20%. Não sei se isso colide com alguma outra legislação que possa eventualmente estar em vigor, mas também não sei qual é o alcance dessa medida de 5%.

De resto, sobre o artigo 1.º, era isto que tínhamos a dizer e que as medidas devem ser no sentido de simplificar todo o processo.

Presidente: Para participar no debate está inscrito o Sr. Deputado José do Rego.

(* **Deputado José do Rego (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer um ponto da situação que é: o artigo 1.º praticamente não tem discussão nenhuma, quer dizer, o Governo apresenta uma alteração a dois artigos, o 3.º e o 4.º do diploma, e o artigo 1.º assenta nesta alteração e, portanto, discutir o artigo 1.º é, ao fim e ao cabo, não discutir nada, ou seja, o Governo quer alterar dois artigos, que são o 3.º e o 4.º e, portanto, está discutido, por natureza, o artigo 1.º.

Relativamente àquilo que o Governo apresenta para o artigo 3.º, eu julgo, para quem tinha dúvidas, que a alínea e) está dentro de uma agilização ou desburocratização, que se pretende, do processo de licenciamento, ao dizer: não é necessário ter o licenciamento pronto; sabemos quanto tempo demoram muitas vezes os licenciamentos, mais tarde será feito, na altura de assinar o contrato com o Governo a nível do incentivo, quando antes era exigido que isso fosse feito aquando da entrega da candidatura.

Sobre esta matéria, julgo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tem dúvidas e irá aprovar a proposta que vem do Governo.

Relativamente ao PSD, e à questão relacionada com as dívidas à Segurança Social ou ao Fisco, que só deveriam ser comprovadas mais tarde e não no momento da apresentação da candidatura, nós sabemos que entre o momento que decorre da apresentação da candidatura até à assinatura do contrato, há momentos que exigem trabalho e há um conjunto de candidaturas a analisar, para depois vir um senhor, porque não consegue comprovar que tem a sua situação regularizada com a Segurança Social ou com o Fisco e invalidar todo esse tempo e trabalho dispendidos. Assim, deve ser no momento da candidatura que a pessoa deve dizer que tem a sua situação regularizada, e não mais tarde, apesar de haver situações que poderão ser diferentes, por culpa do Fisco ou não, mas isso que prove o promotor, nunca será a administração a provar se a pessoa tem ou não razão e se tem a sua situação regularizada com o Fisco.

Portanto, nesta matéria, julgo que está correcto manter a posição anterior de, aquando da apresentação da candidatura, a pessoa provar perante a administração pública que tem a sua situação regularizada na Segurança Social e no Fisco e que, assim, está apto a concorrer. Então, os técnicos da Secretaria ou da Câmara de Comércio começam a iniciar o processo de análise deste e doutros processos.

Não é na altura em que vai assinar que vai dizer “afinal não tenho a situação regularizada, não consigo regularizá-la” e todo aquele trabalho vai por água abaixo, perdeu-se todo aquele período, quer na Câmara de Comércio, quer ao nível da análise, por parte dos técnicos do Governo, e nós sabemos o custo destes técnicos. Portanto, julgo que se deve manter tal e qual está.

Já que se está a falar nas propostas do PSD, relativamente ao ponto 3 e à alínea d), julgo que há alguma ilegalidade, que não é bem possível passar dos 25 para 20%, em termos comunitários, em termos de concorrência.

Não quer dizer que não se pudesse ultrapassar, por modificações à Comunidade Económica Europeia, mas no momento actual em que temos alguma pressa em agilizar todo o processo julgo que não é oportuno fazer essa modificação à Comunidade Económica Europeia, para passar de 25 para 20%, como é exigido no sistema europeu em termos das candidaturas e de concorrência, situação da qual não estou bem a par, mas que é uma situação que exige esse estudo.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir o artigo 1.º da proposta, ou seja, as alterações aos artigos 3.º e 4.º do Decreto.

Em relação às propostas que foram apresentadas pelo PSD, eu gostava de informar a câmara do seguinte:

Na análise e na aproximação que o Governo fez a esta matéria, o objectivo principal foi efectivamente simplificar. Todas as alíneas deste n.º 3 foram dissecadas para ver, tendo em conta este objectivo, até onde é que poderíamos ou não ir.

Eu passo a explicar porque razão é que o Governo optou apenas por avançar naquelas alíneas e, portanto, porque razão é que o Governo discorda das propostas de alteração que foram apresentadas pelo PSD.

Em relação à Proposta de Alteração que foi apresentada pelo PSD para o artigo 3.º, alínea d), ou seja, passar de um indicador de autonomia financeira igual ou superior a

25% para igual ou superior a 20%, a razão pela qual nós não concordamos com isso é porque vai exigir modificações à Comissão Europeia e os indicadores que nós temos é que é difícil ser aceite pela União Europeia a diminuição desse indicador. Se nós estamos aqui num processo de simplificar, entendemos que não devemos avançar por aí.

Também gostava de acrescentar, em benefício desta posição do Governo, o facto deste não ser considerado, pelos próprios parceiros que foram ouvidos a este propósito, quer numa reunião de Dezembro, quer numa reunião de Janeiro, como um factor decisivo em termos de questões levantadas no âmbito do SIDER.

Por isso não optámos por essa solução e decidimos manter o indicador de autonomia financeira igual ou superior a 25%. Já está notificado, já está aceite pela União Europeia e, portanto, desse ponto de vista não temos problema.

Em relação às propostas de alteração do PSD para o número 2 e o número 3, eu devo confessar que foi efectivamente ponderada pelo Governo a questão de nós retirarmos, do momento de apresentação da candidatura, a proposta que foi apresentada pelo PSD. Por que razão é que não fomos por este caminho? Porque, vamos supor que existe um promotor que tem a sua situação com o Fisco ou com a Segurança Social por regularizar, neste momento ele, para apresentar a candidatura, tem de comprovar que tem a situação regularizada. Se for apenas no momento de assinatura do contrato de concessão de incentivos, o que acontece é o seguinte: o promotor apresenta o projecto, o projecto é analisado e pode ser aprovado. A partir do momento em que for aprovado nós já não estamos a falar apenas de uma questão de procedimento, estamos também a falar de uma questão de tomada de *plafond* para aquele projecto e, se no momento da concessão do incentivo, por qualquer motivo o promotor continuar a ter a situação em dívida, isto acaba por “atrasar”, permitam-me a expressão, o sistema, ou seja, teremos um contrato aprovado, um *plafond* que já está ocupado e teremos um promotor que não consegue assinar o contrato de incentivo, porque não tem a sua situação regularizada.

Eu gostava de referir o seguinte: eu percebo o objectivo da proposta do PSD e reconheço que, efectivamente, numa primeira aproximação, ela tem sentido, mas as razões pelas quais nós não seguimos esse caminho foram essas que eu acabo de

explicitar à câmara. Daí que mantenhemos a obrigação de apresentar a declaração de conformidade e de situação regularizada da parte fiscal e da parte da Segurança Social no momento da apresentação da candidatura.

Ainda dentro do artigo 1.º da proposta, agora em relação ao artigo 4.º, a proposta que o Governo apresenta tem também a ver com a parte do processo de licenciamento e, no caso da alínea f), “Projectos de arquitectura”, ser no momento da assinatura do contrato de concessão de incentivos. São esses os objectivos da proposta do Governo.

O PSD apresenta propostas para o artigo 4.º, havendo uma alteração ao financiamento por capitais próprios. Eu tenho aqui as objecções que o Governo apresenta em relação a esta proposta, que são as mesmas que apresenta em relação ao indicador de autonomia financeira: nós estamos convencidos que isso iria dificultar o processo, porque exigiria a comunicação à União Europeia e as informações que temos é que seria difícil ser aceite e, desse ponto de vista, não fomos por este caminho.

Depois, o projecto tem uma duração máxima de execução de 4 anos a contar da data de celebração do contrato de concessão de incentivos.

Nós temos, neste momento, uma situação de 2 anos que até, em algumas situações, podem ser alterados, havendo uma margem de tolerância. O nosso objectivo aqui não é o de prolongar ou de alargar o período de realização de investimento. Pelo menos não foi essa a abordagem que fizemos, a nossa abordagem é dar condições aos empresários para que, naquele período, possam fazer investimento, porque o nosso entendimento é exactamente este: o que nos interessa é criar as condições para que, dentro daquele prazo, reforcem a posição do investidor de realizar aquele investimento, não dar-lhe as condições de prolongar o investimento e, por essa via, dar margem para que esse investimento não seja feito no momento em que nós entendemos que, se ele for feito, terá efectivamente um bom resultado na economia.

Em relação à questão do n.º 2, há aqui um aspecto que é necessário precisar, que é o seguinte: o que é necessário comprovar, no momento da apresentação da candidatura? Não é o licenciamento, é apenas que se deu início ao processo de licenciamento, ou seja, que o promotor apresentou, junto da entidade competente, o requerimento, o pedido que dá início ao processo de licenciamento.

Este aspecto foi, efectivamente, também um em que o Governo optou por manter a situação como está e porquê? Porque o que nós temos, neste momento, é: quando apresenta a candidatura, apenas tem de provar que deu início ao processo de licenciamento. Se nós passarmos esse momento para o contrato de concessão de incentivos, isso implica que há um atraso – pelo menos, é esta a razão pela qual não concordamos com essa proposta – porque, se só tem de provar que deu início ao processo de licenciamento no momento da assinatura do contrato de incentivos, acaba por haver aqui uma margem que nós não consideramos adequada.

São estas as razões pelas quais o Governo acha que a sua proposta cumpre melhor os objectivos que foram expostos do que a proposta que foi apresentada pelo PSD. São esses os motivos pelos quais o Governo discorda das propostas do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção sobre a alteração ao artigo 1.º, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piões.

(* **Deputado Aníbal Piões (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às propostas de alteração, eu gostaria de tecer aqui uma ou duas considerações, muito breves.

Relativamente à proposta do PSD, que contrapõe uma descida de 25 para 20% relativamente ao indicador de autonomia financeira e, apesar das explicações já dadas pelo Deputado José do Rego e pelo Secretário Regional da Economia, penso que era mais adequado, de facto, no contexto global de grande dificuldade que têm as empresas, que este indicador pudesse ter um valor, enfim, mais baixo que os 25%, uma vez que, de facto, há algumas dificuldades, que acho que são admitidas por todos, relativamente à situação financeira das empresas.

Isto coloca-se quer em relação à alínea d) do artigo 3.º, quer ainda em relação à alínea b) do artigo 4.º.

Quanto ao ponto n.º 2 do artigo 3.º, gostaria de dizer que penso que não se deve facilitar ou beneficiar quem não cumpre os deveres fiscais. Portanto, abrir aqui a possibilidade, à data da candidatura, de as empresas não terem a sua situação regularizada, penso que seria dar aqui mais uma margem para que quem não cumpre

possa beneficiar em pé de igualdade com quem cumpre e se alguma coisa deve acontecer, é haver rigor no cumprimento das obrigações fiscais, quer por parte das empresas, quer por parte dos cidadãos.

Relativamente ao artigo 4.º, parecia-me também adequado que o prazo pudesse, tal como o PSD propõe, ser alargado para 4 anos. Compreendo as razões que foram aduzidas à discussão pelo Sr. Secretário Regional da Economia, mas parecia-me mais adequado.

Eu não sei se este é o momento oportuno, mas gostaria de dizer que, se fosse possível, preferia que a votação fosse feita ponto a ponto, uma vez que o sentido de voto da Representação Parlamentar do PCP é diferente.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É perfeitamente perceptível a orientação de voto do Partido Socialista e coincide naturalmente com aquilo que tem sido a opinião do Governo, outra coisa não seria de esperar.

Mas gostaria, de qualquer forma, de deixar aqui claramente três ou quatro questões, em relação às intervenções, quer do Sr. Deputado José do Rego quer, depois, do Sr. Secretário Regional da Economia.

O Sr. Secretário utilizou a palavra “atrasar” para dizer que, se não fosse qualificada a regularização da situação perante o Fisco e a Segurança Social, iria ficar o *plafond* afecto a determinado projecto, depois chegariam ao momento de apresentação e, não estando pronto, iria “atrasar”. O grande perigo que pode haver, Sr. Secretário, e estou a falar no máximo de boa fé, é de “atrasar” a actividade das empresas.

Quanto às empresas hoje em dia – e o Sr. Secretário sabe isso muito bem, como Secretário Regional da Economia, porque tem contactos diários com o tecido empresarial, conhece as dificuldades que as empresas estão a viver – muitas há que obviamente se conseguiram aguentar, porque atempadamente reorientaram a sua estratégia e têm outra capacidade, mesmo até em termos empresariais, em termos da qualidade e da formação dos próprios empresários, mas também há outras empresas

que apanharam com a crise em cima e estão perfeitamente aflitas, estão numa situação de sufoco, embora sejam empresas que, economicamente, são rentáveis.

O que interessa aos Açores, o que interessa a Portugal, o que interessa à Europa, o que interessa à América, numa crise que foi essencialmente financeira e que impede as empresas de procederem aos seus pagamentos atempados, desde que essas empresas sejam economicamente viáveis, é dar-lhes força para que, ultrapassado o mau momento, ultrapassada a fase baixa do ciclo, essas empresas estejam capazes de enfrentar os desafios que daí virão.

Se elas são economicamente rentáveis, se existe em determinada altura um problema de natureza financeira que, num prazo relativamente curto, pode ser resolvido, há que dar força a essas empresas. É isso que se permite, com a transferência, da data da apresentação da candidatura para a data de assinatura do contrato, da possibilidade delas regularizarem a sua dívida perante o Fisco e perante a Segurança Social.

Olhar para um projecto, ver que é economicamente viável, a empresa está a atravessar dificuldades financeiras, cortar-lhe as vazas é o pior que podem fazer a essa empresa.

Sr. Deputado Aníbal Pires, o que é importante é as empresas que dão emprego. Isso é só para responder relativamente a uma questão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É também aqueles que cumprem!

O Orador: Ainda quanto à questão do “atrapalhar”, se for reduzido ou se se tentar reduzir ao máximo o momento que decorre entre a apresentação da candidatura e a assinatura do contrato, isto é, se a avaliação for rápida, é perfeitamente indiferente apresentar numa ou noutra fase. Dar-se essa possibilidade às empresas economicamente viáveis é aquilo que defendemos.

Quanto aos 20%, as dificuldades maiores que as empresas têm neste momento são ao nível financeiro.

Por força da evolução mais recente da economia internacional e nacional – não falamos da regional – as empresas estão a atravessar problemas financeiros. Se o problema das empresas é financeiro, é manifestamente desejável que se reduzam um pouco as exigências a esse nível.

Diz o Sr. Secretário, e aí concedo, que o processo de notificação à União Europeia obviamente poderia fazer perdurar um bocadinho, mas vale a pena e vale a pena, porque

vai integrar, no espírito desta proposta que o Governo faz, um conjunto muito maior de empresas.

Diz que tem informação de que isso eventualmente pode não ser aceite pela União Europeia. Acredito que sim, obviamente os contactos são estabelecidos pelo Governo. No entanto, face às situações de emergência que têm sido criadas, face àquilo que tem sido a evolução dos programas de combate à crise, também feitos a nível da União Europeia, esta situação, desde que bem explicada, desde que se expliquem as fragilidades de um tecido económico forçosamente frágil, porque é insular, porque está afastado das grandes zonas continentais, porque está longe do mercado e tem um mercado reduzido, espartilhado e dividido por nove ilhas, se isto for bem explicado a União Europeia tem de ser sensível a uma situação destas e, por isso, valia a pena arriscar.

Quanto à passagem dos 2 para 4 anos, a questão é basicamente esta: as empresas estão sem fôlego e como estão sem fôlego os investimentos que fazem têm de ser muito mais acautelados, têm de ser feitos com muito maior cuidado.

Por exemplo, a fabricação de chinelos e de sapatos, vamos supor, se calhar os chinelos, neste momento, valem a pena, porque nos sapatos o projecto é global. Agora vamos comprar o equipamento para a fabricação de chinelos. Os sapatos ficam a aguardar, e só quando passarmos a uma velocidade de cruzeiro é que, então, nos metemos nos sapatos.

É isto que se pretende com a passagem dos 2 para 4 anos. Qualquer empresa, se puder produzir os chinelos e os sapatos neste momento e se isso lhe permitir obter benefícios decorrentes dos dois, avançará não no prazo de 2 nem de 3 nem de 4 anos, mas de 6 meses, se for possível fazer o investimento nesse período.

Quando o Sr. Secretário diz que a apresentação relativa ao licenciamento se refere a ter dado início ao processo de licenciamento, naturalmente que a empresa, no momento em que recebeu a luz verde por parte de quem decide e vai assinar o contrato de incentivos, é que deve dar início aos custos mais significativos. É essa a boa política financeira, dentro das próprias empresas. Seguramente que os custos mais significativos são os afectos ao licenciamento das actividades.

Ir à Direcção Regional da Indústria ou à Direcção Regional Y dar início ao processo não representa nada, porque depois vão ficar três, quatro, cinco ou seis meses, o tempo que decorre até ao contrato de concessão de incentivos, com o processo lá metido, mas não lhe vão dar andamento. Portanto, é perfeitamente indiferente.

Portanto, acho que também aqui se devia conhecer a realidade.

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, eu percebi perfeitamente as razões e percebo o sentido das propostas de alteração do PSD.

Há duas opções que estão claramente aqui em causa.

A opção que o Governo convictamente segue é de aligeirar e de fazer entrar o mais rapidamente possível, na economia privada, aqueles montantes que, tendo a ver com sistemas de incentivos, podem ser aligeirados desta forma. Esta é a opção que nós convictamente seguimos.

O objectivo do PSD até pode ser o mesmo, mas resolve seguir outro caminho e nós não consideramos que, nesta fase, tendo em conta a situação que temos, esse caminho seja o mais aconselhável e por isso é que seguimos por aqui.

Em relação à questão do “atravancar”, o “atravancar” refere-se apenas – eu penso que fui perfeitamente claro – ao facto de nada garantir, no momento do contrato de concessão de incentivos, que a situação esteja regularizada. Portanto, nós termos toda esta parte a decorrer para só depois, quando está tudo preparado, se parar, porque não há condições, nós achamos que essa não é uma boa solução.

Foram esses os motivos, são essas as razões pelas quais nós não seguimos esse caminho.

Em relação ainda à parte referida no n.º 2, sobre o início do licenciamento, isso joga com aquilo que também referimos atrás, ou seja, o facto da empresa comprovar que está a dar início ao processo de licenciamento – e apenas ao início – é no momento de apresentação de candidatura e por isso também é que nós alterámos um conjunto de circunstâncias, nomeadamente a questão da apresentação do licenciamento, da

apresentação do projecto de arquitectura, até mesmo na fase de concessão de incentivos.

Nós achamos que estas medidas, as medidas que foram propostas pelo Governo, alcançam um bom ponto de equilíbrio entre aquilo que nós podemos fazer já, aquilo que temos condições para fazer agora e aquilo que é possível fazer, salvaguardando também o interesse público de rigor, de exigência e, de certa forma, se alcançar o interesse último de pôr esse sistema mais ágil e mais célere.

São essas as razões, repito, considerando apenas esses aspectos que foram referidos pelo Sr. Deputado António Marinho.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos pôr à votação a Proposta de Alteração do PSD para o artigo 1.º.

Trata-se de um artigo grande, que altera o artigo 3.º e o artigo 4.º do diploma. Eu perguntava aos proponentes como é que se pode pôr à votação: na totalidade? Para este efeito considerar o artigo 3.º e o artigo 4.º? Não sei como é que preferem.

(* **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, eu acho que a única diferença que há é que no nosso caso fomos mais além em determinar.

Presidente: Posso pôr o artigo 3.º da Proposta de Alteração do PSD à votação? Diga, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, eu pedia que, se fosse possível, fizéssemos a votação ponto a ponto, porque eu tenho posições diferenciadas relativamente a cada um.

Muito obrigado.

Presidente: Muito bem.

Então vamos pôr à votação, relativamente ao artigo 1.º, a Proposta de Alteração do PSD que consiste na nova redacção da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º.

O Sr. Deputado Aníbal Pires deseja a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, a votação ponto por ponto é absolutamente essencial, porque há questões com as quais estamos completamente de acordo e há outras em que, por força das propostas de alteração que apresentamos, a proposta do Governo não merece o nosso acordo. Portanto, deverá ser ponto a ponto.

Presidente: Mas é isso que estamos a fazer, vamos votar a alínea d) do artigo 3.º.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, a alínea d) na proposta do Governo?

Presidente: A proposta do Governo, Sr. Deputado, está aprovada na generalidade. Nós vamos votar em primeiro lugar as propostas de alteração, depois de votadas as propostas de alteração, se forem aprovadas, votamos o artigo com essa proposta de alteração. É assim que fazemos, Sr. Deputado.

Creio que estava bem.

Vamos votar a proposta de alteração do PSD para a alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a Proposta de Alteração ao artigo 1.º, que se consubstancia no n.º 2 do artigo 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a alteração proposta pelo PSD ao artigo 1.º, que tem a ver com o n.º 3 do artigo 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Face a este resultado, creio que não é necessário votar o artigo 3.º, porque ele se mantém exactamente igual.

Vamos passar ao artigo 4.º e vamos votar a Proposta de Alteração para a alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar a Proposta de Alteração da alínea d) do no 4.º, do artigo 4º, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a Proposta de Alteração do PSD para o n.º 2 do artigo 4.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos iniciar o debate na especialidade, sobre as Propostas de Alteração apresentadas pelo PSD relativamente ao artigo 2.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Alteração do PSD tem contornos semelhantes àquilo que tínhamos referido em relação à alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º.

No caso da proposta do Governo, depois da empresa ter beneficiado do adiantamento de 30% do valor aprovado, o investimento correspondente, a partir daí, é possível fazer-se e tem de ser executado no prazo máximo de 180 dias a partir da data de concessão do adiantamento.

Isto é estar perfeitamente desgarrado de certas realidades, porque há algumas realidades em que os seis meses não servem nem para metade, nem para 40%, 30% ou 10% do investimento a fazer. É razoável que o prazo mínimo seja o prazo de um ano, para se permitir que as empresas possam executar os investimentos, porque se assim não for, aquilo que se está a fazer com esta Proposta de Alteração, que em si mesma é positiva e desejável, acaba por ser algo que pura e simplesmente não pode ser utilizado pelas empresas. Não me parece que seja isso, seguramente, o que o Governo pretende. Não é aprovar algo, aqui, que depois em muitos casos pura e simplesmente não poderá ser utilizado.

Portanto, parece-me que este prazo mínimo de um ano é perfeitamente razoável. Tal como as outras, cumpre os critérios de bom senso que devem existir na nossa actividade e, por isso, parece-me perfeitamente razoável.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para apresentar as Propostas de Alteração do Governo, sobre o artigo 2.º e que se traduzem no aditamento do artigo 9.º-A e no aditamento do artigo 14.º-A.

Em relação ao artigo 9.º-A, penso que está claro e que já foi explicitado, na apresentação geral do diploma, qual o sentido, quais os objectivos e quais os cuidados que o Governo quer ter na implementação deste artigo.

Em relação ao artigo 14.º-A, ele no fundo cria um conjunto de possibilidades às quais os promotores de investimento podem recorrer, no sentido de também aumentar a própria liquidez da empresa, quer através do mecanismo de apresentação da factura, após o pagamento ou a transferência do montante correspondente, comprovativo, nos 15 dias seguintes, com o recibo de pagamento; quer em relação à parte do adiantamento da componente não reembolsável deste subsídio.

Eu centrar-me-ia mais na parte deste artigo 6.º e aproveitava, se me permite, Sr. Presidente, para alertar que, em relação à republicação do diploma, por uma arreliante falha informática, não consta, na republicação, o n.º 6 do artigo 14.º-A. Portanto, eu alertava a câmara para que, em sede de redacção final do diploma, se tivesse em atenção essa parte, no artigo 15.º ou 16.º. Alertava apenas a Comissão de Redacção para esse aspecto.

Vou centrar-me na questão material deste n.º 6, uma vez que, havendo a proposta do PSD, julgo que é esta que pode suscitar mais questões.

Em primeiro lugar, este n.º 6 e esta solução que aqui é propugnada não pode deixar de ser considerada como efectivamente é, ou seja, como um procedimento excepcional, ao qual o empresário pode recorrer, mas um procedimento excepcional ao ser-lhe adiantada esta componente não reembolsável.

O prazo que aqui está, de 180 dias, ou seja, de 6 meses, tem a ver também com uma situação de não alteração do prazo anterior, do prazo do investimento e, portanto, da mesma forma que não se alterou o prazo anterior e que o Governo, na sua proposta, não mexia no prazo anterior, também entende que não deve mexer neste prazo, que não deve ser além dos 180 dias.

Há aqui duas situações que eu também gostava de salientar:

Sobre esse adiantamento, há uma distinção da parte da própria execução financeira ou execução material do projecto que, penso, tem alguma relevância no âmbito da consideração desses 180 dias, prazo que acaba por dar, no entender do Governo, margem de manobra suficiente ao empresário para, numa situação excepcional e com 30% de adiantamento da componente não reembolsável, poder fazer ou pagar investimento.

Nós compreendemos que o prazo de 1 ano também tem, efectivamente, uma justificação, mas também é nosso entendimento que, de certa forma, o Governo está a ser exigente nesse ponto de vista.

A nossa ideia não é alargar mecanismos de investimento. Nós temos de fazer entrar dinheiro nas empresas, liquidez nas empresas, por todas as questões que estão atinentes a isso, – questões de emprego, questões de postos de trabalho, questões de realização do investimento, questões de dinamização da economia – mas não podemos também levar isto ao ponto de alargar demasiado os prazos e acabar, por esta via, por permitir uma menor actividade, um menor dinamismo a esse nível.

A Região, no caso concreto a parte pública, está a aligeirar procedimentos, mas a parte pública está, também, a impor obrigações aos privados para essas medidas excepcionais.

São esses os motivos que levam, no fundo, à manutenção deste prazo de 180 dias.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais intervenções.

Já agora, Sr. Deputado António Marinho, um esclarecimento:

As Propostas de Alteração ao artigo 2.º, que apresenta, são?

Deputado António Marinho (PSD): Ao nº 6 do artigo 14.º-A.

Presidente: Portanto, vamos votar a proposta de alteração ao nº 6 do 14.º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos proceder agora à votação final global do diploma.

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro pretende a palavra para?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Eu esperava que tivesse sido o Sr. Secretário da Economia a fazê-lo, até porque o alertei por telefone.

Nós fizemos a votação e bem, numa orientação pragmática, das Propostas de Alteração, apresentadas pelo PSD, à Proposta de Decreto Legislativo do Governo.

No entanto, na especialidade, todos os artigos da Proposta do Decreto Legislativo do Governo estão por votar e, portanto, esses artigos têm que ser votados na especialidade.

Podem ser todos em conjunto mas, antes da votação final global, eles carecem de votação na especialidade, Sr. Presidente. Era isto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem razão, Sr. Deputado. Agradeço-lhe o esclarecimento.

Falta votar um texto base, que é a Alteração ao Decreto Legislativo Regional, apresentada pelo Governo.

Eu perguntava ao proponente se essa votação pode ser feita na sua globalidade.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Da parte do proponente não há qualquer inconveniente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O PSD pretende a votação na especialidade de forma diferente, pelo que vai fazer uma grelha e propor à Mesa uma votação pela grelha que indicar, se não houver objecção dos outros Grupos Parlamentares.

Nós vamos propor uma grelha de votação, na especialidade, dos artigos, porque temos votações diferenciadas.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sim, uma vez que não são muitos artigos podemos votar artigo a artigo.

Presidente: Assim sendo, vamos votar artigo a artigo.

Da proposta base do Governo, vai ser posto à votação o artigo 1.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos à votação do artigo 2º da Proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Eu penso que os artigos 3.º, 4.º e 5.º da Proposta do Governo podem ser colocados à votação em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 3.º, 4.º e 5.º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Agora sim, vamos fazer a votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para sinalizar três questões, nesta declaração de voto.

Em primeiro lugar, verificámos, da parte do Sr. Secretário da Economia, a compreensão em relação a todas as matérias em que fizemos Propostas de Alteração; infelizmente, a compreensão do Sr. Secretário acabou por não se traduzir no voto favorável em relação a cada uma delas.

Dessa forma, em nosso entender – e penso que isso vai ser claro no próximo futuro – ficam completamente goradas as expectativas que pelo menos alguns empresários tinham quando souberam que iria ser apresentada uma Proposta de Alteração no sentido de desburocratizar e de simplificar o processo.

Quero só lembrar que, com aquilo que apresentámos, tentámos dar um contributo para melhorar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, apresentando estas Propostas de Alteração. Só o facto de o Governo não as ter aprovado é que levou a que, na votação final global, nos tivéssemos absterido.

Fica, de qualquer forma, o nosso empenho, demonstrado na votação que fizemos na generalidade, em que votámos favoravelmente este diploma, porque considerámos que seria um passo importante para melhorar a capacidade das empresas açorianas enfrentarem a situação de crise que se está a viver.

Infelizmente, não foi tão longe quanto poderia ter ido.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do Partido Socialista, nós votámos com consciência uma das primeiras medidas que o Governo apresentou no seu Conselho de Governo em Dezembro, que era desburocratizar e antecipar pagamentos aos empresários. Não temos dúvidas em relação ao que aqui fizemos.

Relativamente à compreensão do Sr. Secretário ou do próprio PS em relação a algumas propostas do PSD, nós fomos claros que algumas nem sequer são pretensões dos empresários, e que na reunião que o Governo teve com as Câmaras de Comércio eles aceitaram manter os 25% que lá estavam.

Relativamente às questões que nós falámos dos 25%, pusemos as questões pontuais comunitárias que havia necessidade de fazer e que iriam levar algum tempo, e que havia a probabilidade de a Comunidade dizer não.

Portanto, não há que ter problemas em relação ao PS ou ao Governo terem tido compreensão.

Nós percebemos, nós queremos tudo melhor para a nossa Região – para mais emprego, para mais empresas, para melhores empresas – mas esta é a solução para o momento presente e não há que ficar ainda com algumas angústias existenciais relativamente a essas propostas que aqui foram feitas.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria dizer que, em relação à iniciativa que o Governo Regional aqui apresentou depois de, nos últimos dois anos, o PPM ter reivindicado este tipo de medidas, fico bastante contente que se tenha conseguido este feito político por parte do Governo Regional.

Portanto, não sendo a resposta ideal, é a resposta que eu penso que irá permitir melhores condições para que o investimento e o apoio às empresas possam ter um resultado melhor na nossa economia.

Presidente: Não havendo mais declarações de voto, vamos dar por terminados os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã, às 10 horas.

Muito boa noite.

(Eram 20 horas e 20 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Hernâni Hélio Jorge

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Jorge Alberto da Costa Pereira

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Diana Rosa Ávila Valadão

() Texto não revisto pelo orador.*

Documentos Entrados

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

Encarrega a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de, no âmbito das suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa, proceder à avaliação dos impactos da obra do caminho de acesso à Fajã do Calhau, na freguesia de Água Retorta, concelho da Povoação, em São Miguel

O Partido Socialista tem estado na primeira linha da defesa das questões ambientais, como o demonstram as políticas públicas levadas a cabo nos últimos anos, designadamente a criação da Secretaria Regional do Ambiente, o desenvolvimento de diversos instrumentos de planeamento e o aumento substancial dos meios financeiros disponibilizados para as políticas de Ambiente;

Pugnando sempre pela transparência da acção governativa, importa avaliar quais os impactos da obra do caminho de acesso à Fajã do Calhau, na freguesia de Água

Retorta, concelho da Povoação, em São Miguel, nomeadamente quanto às questões ambientais e de segurança dos actuais acessos ao referido local.

Assim e nos termos da alínea *d)* do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta o seguinte Projecto de Resolução:

1. A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no âmbito das suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa, deve proceder à avaliação dos impactos da obra do caminho de acesso à Fajã do Calhau, na freguesia de Água Retorta, concelho da Povoação, em São Miguel;
2. A Comissão deve elaborar um relatório contendo as diligências efectuadas e respectivas conclusões, a apresentar ao Plenário da Assembleia Legislativa no prazo máximo de 45 dias, contado da data de aprovação da presente resolução.

Horta, 27 de Janeiro de 2009,

Os Deputados Regionais, *Hélder Silva, Hernâni Jorge, Catarina Furtado e Berto Messias.*

O Redactor, *José Rodrigues da Costa*